



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS – PPGER**

**VIVIANE SÁ TELES DE SOUZA COSTA**

**OFICINAS COM MÃES DE CRIANÇAS NEGRAS:** o racismo na percepção das mães do grupo de convivência do CRAS João Paulo II.



**PORTO SEGURO - BA**

**2023**

**VIVIANE SÁ TELES DE SOUZA COSTA**

**OFICINAS COM MÃES DE CRIANÇAS NEGRAS:** o racismo na percepção das mães do grupo de convivência do CRAS João Paulo II.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico - Raciais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - CSC, da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em ensino de Relações Étnico-Raciais.

**Orientadora:** Profa. Dra. Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito

**PORTO SEGURO - BA**

**2023**

**Catálogo na Publicação (CIP)**  
**Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)**  
**Sistema de Bibliotecas (SIBI)**

C837o Costa, Viviane Sá Teles de Souza, 1977 -

Oficinas com mães de crianças negras: o racismo na percepção das mães do grupo de convivência do CRAS João Paulo II. / Viviane Sá Teles de Souza Costa. – Porto Seguro, 2023.

141 f.

Orientadora: Profa. Dra. Eliana Póvoas Estrela Brito

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais. Campus Sosígenes Costa.

1. Mãe de Criança Negra. 2. Racismo. 3. Criança Negra. I. Brito, Eliana Póvoas Estrela Brito. II. Título.

CDD – 305.8



Universidade Federal Do Sul Da Bahia – UFSB Pró-  
reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PROPPG

**Programa de Pós-graduação em Ensino e Relação Étnico-Racial – PPGERAta**  
**de defesa de Mestrado**

Aos dias 10 do mês de do ano de 2023, às 9h.30, na sala virtual [meet.google.com/trc-omie-zvx](https://meet.google.com/trc-omie-zvx), reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelos docentes: Profa. Dra. Eliana Povoas Pereira Estrela Brito (presidenta da banca), Profa. Dra. Ana Cristina Santos Peixoto (membra interna ao PPGER), Profa. Dra. Carolina Bessa Ferreira de Oliveira (membra interna ao PPGER) e Profa. Dra. Napoliana Pereira Santana (membra externa à instituição) a fim de arguirem a mestranda **Viviane Sá Teles de Souza Costa**, na defesa de seu trabalho de pesquisa intitulado: OFICINAS COM MÃES DE CRIANÇAS NEGRAS: o racismo na percepção das mães do grupo de convivência do CRAS João Paulo II. Aberta a sessão pela presidente, coube à candidata, na forma regimental, expor o tema dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionada pelas/os membras/os da banca, tendo dado as explicações que foram necessárias. As/Os membras/os da banca consideraram o trabalho de conclusão de mestrado/dissertação:

Aprovado

Aprovado com modificações

Não aprovado, devendo ser realizada nova defesa no prazo de \_\_\_ meses.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ELIANA POVOAS PEREIRA ESTRELA BRITO  
Data: 10/08/2023 11:58:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

-----  
Profa. Dra. Eliana Povoas Pereira Estrela Brito (UFSB/PPGER) - PRESIDENTA DA BANCA

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** CAROLINA BESSA FERREIRA DE OLIVEIRA  
Data: 10/08/2023 16:07:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

-----  
Profa. Dra. Carolina Bessa Ferreira de Oliveira (membra interna ao PPGER)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ANA CRISTINA SANTOS PEIXOTO  
Data: 11/08/2023 16:23:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

-----  
Profa. Dra. Ana Cristina Santos Peixoto (membra interna ao PPGER)

Documento assinado digitalmente  
 NAPOLIANA PEREIRA SANTANA  
Data: 10/08/2023 15:46:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

-----  
Profa. Dra. Napoliana Pereira Santana(membra externa à instituição)

Documento assinado digitalmente  
 VIVIANE SA TELES DE SOUZA COSTA  
Data: 11/08/2023 21:33:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

-----  
Viviane Sá Teles de Souza Costa(candidata)

Webconferência, 10 de agosto de 2023.

## De Mãe

Conceição Evaristo|

O cuidado de minha poesia  
aprendi foi de mãe,  
mulher de pôr reparo nas coisas,  
e de assuntar a vida.

A brandura de minha fala  
na violência de meus ditos  
ganhei de mãe,  
mulher prenhe de dizeres,  
fecundados na boca do mundo.

Foi de mãe todo o meu tesouro  
veio dela todo o meu ganho  
mulher sapiência, yabá,  
do fogo tirava água  
do pranto criava consolo.

Foi de mãe esse meio riso  
dado para esconder  
alegria inteira  
e essa fé desconfiada,  
pois, quando se anda descalço  
cada dedo olha a estrada.

Foi mãe que me descegou  
para os cantos milagreiros da vida  
apontando-me o fogo disfarçado  
em cinzas e a agulha do  
tempo movendo no palheiro.

Foi mãe que me fez sentir  
as flores amassadas  
debaixo das pedras  
os corpos vazios  
rente às calçadas  
e me ensinou,  
insisto, foi ela  
a fazer da palavra  
artifício  
arte e ofício  
do meu canto  
da minha fala.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me sustentou e trouxe até aqui. Agradeço por essa jornada de tantos desafios e aprendizados. Chego aqui deste outro lado uma nova Viviane, atravessada pela longa travessia. Transpus um mar de conhecimentos sentimentos e sensações dignas daqueles que se arriscam.

Agradeço a minha família que está sempre ao meu lado, me apoiando e vibrando positivamente a cada passo. A meus pais Zita e Vicente pelo amor de sempre, sem esse porto seguro a navegação certamente seria mais difícil. A minhas irmãs, Giselle e Michele, pelo amor, companheirismo e parceria que nos define. A meus afilhados (as) sobrinhos (as) e cunhados, obrigada pela força e presença em minha vida. A Isabela e Miguel meus filhos amados, razão e inspiração de todos os dias, fontes de minhas alegrias, motivação e energia vital. A meu amado esposo Bell, pela parceria, apoio, compreensão e amor de sempre. Vocês são minha orientação em alto mar, a vocês toda a minha gratidão.

A minhas amigas de todas as horas Aurea, Branca e Vanda, pelas risadas, desabafos e encontros, pelas trocas e recarga de energias. As (os) companheiras (os) de corrida, da turma Glamour pelo incentivo e pela energia positiva nas primeiras horas da manhã, com vocês aprendi a ter calma, pois, dedicação e disciplina geram bons resultados, na corrida, na vida e também no mestrado.

Agradeço aos colegas de turma: Mara, Paulo Henrique, Amanda e Vanessa, pela química que houve entre nós, um dia nos encontraremos presencialmente, e vai rolar a festa. Ao grupo de orientação É noix Afetadx! minha gratidão por cada contribuição, compartilhamento e momentos de aprendizado.

Sou imensamente grata à toda a equipe do CRAS João Paulo II que me acolheu com tamanha boa vontade, abraçando a proposta com tanto empenho. A todas as mulheres/mães colaboradoras da pesquisa, por compartilharem suas vivências, com vocês aprendi sobre resistência, filhos, vida e sobre mim mesma.

A banca avaliadora da qualificação, professoras Napoliana, Ana Cristina e Carolina, pelas pontuações valiosas que contribuíram muito para o resultado final deste trabalho.

A professora Eliana Póvoas que com muita sensibilidade e paciência não permitiu que esse barco virasse, nem perdesse a rota. Muito obrigada!

## RESUMO

O estudo – a partir de sete oficinas realizadas - apresenta como o racismo é vivenciado pelas mães de crianças negras do SCFV do CRAS João Paulo II, em Bom Jesus da Lapa – BA. Objetivando criar espaços de trocas, de vivências e reflexões sobre os modos pelos quais as mães de crianças negras preparam suas crianças para a vida social fora do ambiente familiar, as oficinas trataram dos seguintes temas: Racismo na Escola; Cabelo Crespo e Estética Negra na Escola; Racismo na Infância; Família e Criança Negra; Mãe de Criança Negra; Autorretrato e Colcha de Retalhos. O racismo afeta a vida de pessoas negras desde a infância e se apresenta de diversas maneiras e em diversos lugares, incluindo a escola. A educação dos filhos e filhas das mulheres participantes da pesquisa foi o principal foco das oficinas considerando que o educar é um processo amplo que envolve além da escolarização a transmissão de valores no âmbito familiar. No desenvolvimento da base teórica, a pesquisa apoiou-se em estudiosas (os) como Hooks (2013; 2019); Abramowicz (2012); Gomes (2020); Kilomba (2019); Rosemberg (2012); Munanga (2008) dentre outras (os). As oficinas foram estratégias metodológicas para compreender como as mães/mulheres, do SCFV do CRAS João Paulo II, percebem e enfrentam situações cotidianas de racismo. A pesquisa buscou identificar como as mães concebem o racismo no ambiente escolar vivenciado por suas crianças e como agem e reagem a ele, assim como conduzem a educação de filhas e filhos a resistirem ao racismo. O trabalho demonstrou que, a partir de suas próprias experiências, as mães desenvolvem estratégias de enfrentamento buscando seus direitos, para isso, contam com a rede de apoio oferecida pela equipe do CRAS, que as auxiliam e orientam. Durante o desenvolvimento das oficinas, foi observado que as mães/mulheres participantes atribuem ao papel de mãe grande importância na condução de uma educação antirracista, procurando, a partir da observação e do diálogo, identificar se as/os filhas/os vivenciam situações de exclusão, discriminação ou preconceitos raciais na escola.

**Palavras Chave:** Mãe de Criança Negra; Racismo; Criança Negra.

## ABSTRAT

The study had seven workshops, which presented how racism is experienced by mothers of black children from the SCFV of CRAS João Paulo II in Bom Jesus da Lapa - Ba. Aiming to create spaces for exchanging experiences and reflections on the paths in which mothers of black children prepare their children for social life, outside the family environment, working on the following themes: Racism at School; Curly Hair and Black Aesthetics at School; Racism in Childhood; Family and Black Child; Mother of a Black Child; Self-portrait and Patchwork Quilt. Racism affects the lives of black people since childhood and it is presented in different ways and in different places, including the school. The education of the sons and daughters of the women participating in the research was the main focus of the workshops, considering that educating is a broad process that involves, in addition to schooling, the transmission of values within the family. As theoretical basis, the research was supported by authors such as Hook (2013; 2019); Abramowicz (2012); Gomes (2020); Kilomba (2019); Rosemberg (2012); Munanga (2008) among others. The workshops were used as methodological strategies to understand how the mothers/women - of the SCFV of CRAS João Paulo II - perceive and face everyday situations of racism. The research sought to identify how mothers conceive racism in the school environment experienced by their children and how they age and react to it, as well as how they lead the education of daughters and sons to resist to racism. The work demonstrated that, based on their own experiences as mothers, they could develop strategies seeking for their rights, and for this, they rely on the support network offered by the CRAS team, which acts as an aid and guide. During the development of the workshops, it can be observed that the mothers/women participants attribute great importance to the role of mother in conducting an anti-racist education, seeking from observation and dialogue to identify whether their daughters experience situations of exclusion, identifies or racial prejudices at school.

**Key words:** Mother of black children; Racism; Black children.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 01 – Painel Eu fui assim, estou assim

Figura 02 – Amarração de turbantes 01

Figura 03 – Amarração de turbantes 02

Figura 04 – Autorretrato 01

Figura 05 – Autorretrato 02

Figura 06 – Pintura retalhos Amada

Figura 07 – Alinhavando os Retalhos

Figura 08 – Pintura Mulheres Poderosas

Figura 09 – Pintura Vitória

Figura 10 – A Colcha de Retalhos

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Endereço, equipe técnica e espaço físico do CRAS João Paulo II 2018 e 2019.....	35
Quadro 02 – Atendimento Individualizado no CRAS João Paulo II 2018 e 2019.....	37
Quadro 03 – Equipe do CRAS João Paulo II.....	42
Quadro 04 – Perfil das colaboradoras da pesquisa.....	44

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

E-SUS- Estratégia do Sistema Único de Saúde

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

FRGPS – Fundo do Regime Geral de Previdência Social

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INSS- Instituto Nacional do Seguro Social

MDS- Ministério de Desenvolvimento Social

MS- Ministério da Saúde

OMS- Organização Mundial da Saúde

PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEFI- Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PNAS – Política Nacional da Assistência Social

PPGER – Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

SEDS- Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SES- Secretarias Estaduais de Saúde

SISAB- Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica

SUAS- Sistema Único da Assistência Social

UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNISA – Universidade Santo Amaro

## Sumário

PRIMEIRAS PALAVRAS.....	15
1 O CRAS E O CRAS JOÃO PAULO II EM BOM JESUS DA LAPA – BA.....	20
<b>1.1 Relatório circuncidado 2018 e 2019.....</b>	<b>33</b>
1.1.1 O CRAS João Paulo II durante a Pandemia de COVID 19 .....	39
<b>1.2 As mulheres do SCFV do CRAS João Paulo II: colaboradoras da pesquisa .....</b>	<b>43</b>
2 OFICINAS COMO ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	55
<b>2.1 Oficinas com grupo de mulheres do SCFV do CRAS João Paulo II .....</b>	<b>56</b>
2.1.1 Oficina 1: Racismo na escola.....	56
2.1. 2 Oficina 2: Cabelo crespo e a estética negra na escola. ....	61
2.1.2.1 “Olha a nega do cabelo duro que não gosta de pentear!” .....	64
2.1.2.2 Os meios de comunicação e o racismo.....	66
2.1.3 Oficina 3: Racismo na infância .....	70
2.1.4 Oficina 4: Família e criança negra .....	77
2.1.5 Oficina 5: Mãe de criança negra .....	81
2.1.6 Oficina 6: Autorretrato.....	84
2.1.7 Oficina 7: Colcha de retalhos .....	86
3 AS MÃES DO SCFV DO CRAS JOÃO PAULO II E AS EXPERIÊNCIAS RACISTAS .....	88
4 A MATERNIDADE NEGRA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA CRIANÇA NEGRA, NA PERSPECTIVA DAS MÃES DO SCFV DO CRAS JOÃO PAULO II .....	97
5 SER MÃE E MULHER NEGRA .....	104
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	116
REFERÊNCIAS.....	119
ANEXO - PERFIL DA COLABORADORA DA PESQUISA .....	125

APÊNDICES .....	127
-----------------	-----

## PRIMEIRAS PALAVRAS

A pesquisa *OFICINAS COM MÃES DE CRIANÇAS NEGRAS: o racismo na percepção das mães do grupo de convivência do CRAS João Paulo I<sup>1</sup>* nasceu do desejo de estudar o impacto do racismo na vida das crianças negras, desejo que fora iniciado na graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB e Serviço Social pela Universidade Santo Amaro – UNISA, onde tive acesso a discussões antirracistas. As raízes de tais anseios são profundas, visto que fui criança negra, periférica, percebia tratamentos sociais diferentes, mesmo ouvindo sempre que somos todos iguais<sup>2</sup>.

Ao tornar-me mãe, fui tomada pela necessidade de outro olhar, por uma necessidade de recusar a resposta pronta baseada na tão falada igualdade. Fui invadida pela necessidade do verdadeiro tratamento igualitário, fui tomada pela necessidade de me fazer ouvir contra aquilo que me afetava. E o que me afetava tinha nome: racismo.

No ano de 2021, por sugestão da professora Napoliana Santana, ex orientadora na graduação em Pedagogia, me inscrevi no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais –PPGER- da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB e fui aprovada. Minha intenção naquele momento seria pesquisar o currículo da Educação Infantil. Pretendia mergulhar no universo da creche e da pré-escola para compreender como se dava as relações raciais neste que é o primeiro ambiente de descoberta da diferença, quais desdobramentos? Quais caminhos percorrer para intervir na realidade das crianças negras que ali frequentavam? Eram alguns questionamentos. Porém, eu não pertencia a esse universo da Educação Infantil, não estava inserida no contexto o que poderia me causar algumas dificuldades.

Nesta proposta a escola teria uma participação coadjuvante, faria uma ponte entre a pesquisadora e as mães, e trabalharíamos com grupo focal e entrevistas com mães e professoras. As aulas presenciais naquele momento ainda estavam suspensas, por conta da

---

<sup>1</sup> Durante a qualificação ocorrida em 15 de março de 2023, foi sugerida pela banca avaliadora a mudança do título, de forma que abrangesse de maneira mais direta a maternidade da mulher negra.

<sup>2</sup> A CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O IMPACTO DO RACISMO EM SEU PROCESSO FORMATIVO, Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia – UNEB Departamento de Ciências Humanas e suas Tecnologias DCHT, Campus XVII, como pré-requisito para conclusão do curso de Pedagogia. Sob a orientação das professoras Ma. Ádma Bernadino Magalhães Co-orientadora: Ma. Napoliana Pereira Santana; POLÍTICAS PÚBLICAS, RACISMO E INFANCIAS NEGRAS: O PROCESSO FORMATIVO DA CRIANÇA NAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS DE CURRÍCULO, Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como requisito final para obtenção do título de Especialista em Gestão e Políticas Públicas para Educação Básica, ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT XVII, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Orientador: Prof. Ms. Alexandre Alves.

pandemia de COVID 19<sup>3</sup>, funcionando de modo híbrido, no qual as famílias pegavam as tarefas na escola em dias agendados e as professoras mantinham contato com alunos e famílias via internet.

Logo, as condições para a realização da minha pesquisa em ambiente escolar eram desfavoráveis. Contudo, a ideia ainda era estudar a visão das famílias sobre as questões raciais trabalhadas na escola dos filhos, e diante dos obstáculos o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS surgiu como um espaço possível para a realização da minha pesquisa, uma vez que, eu conseguiria ter acesso ao público-alvo: as famílias de crianças negras e é um local que eu já tinha contato prévio.

Em 2016, realizei o estágio acadêmico em espaço não formal de educação, pelo curso de Pedagogia no CRAS João Paulo II, que me acolheu e onde desenvolvi um trabalho, junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV, com o grupo de crianças e adolescentes. Além do estágio, havia vínculo profissional com esse local, pois, sou Agente Comunitária de Saúde e trabalho na Estratégia de Saúde da Família<sup>4</sup>, tanto pelo Centro de Referência quanto pela Unidade de Saúde.

O Centro de Referência da Assistência Social João Paulo II foi inaugurado em 2011 e desde então acolhe famílias de catorze bairros da cidade de Bom Jesus da Lapa - BA. As demandas variam desde busca por cestas básicas e cadastro em benefícios sociais até acompanhamento psicossocial e visitas domiciliares. As colaboradoras da pesquisa são participantes do grupo de mulheres do SCFV e elas foram as representantes de suas famílias e a partir de suas falas percebemos a visão de mundo das mesmas a respeito do racismo que permeia a sociedade. Nos encontros dos grupos do SCFV são abordadas várias temáticas visando uma sensibilização, troca de saberes e construção de conhecimentos diversos.

Assim, após a mudança do local de pesquisa, a proposta foi direcionada para estudar o racismo a partir da percepção das famílias, na pessoa das mães de crianças negras. Passei

---

<sup>3</sup> COVID-19 é a doença causada por um novo Corona vírus chamado SARS-CoV-2. A OMS soube deste novo vírus pela primeira vez em 31 de dezembro de 2019, após um relatório de um conjunto de casos de 'pneumonia viral' em Wuhan, República Popular da China. Em 11 de março de 2020 a OMS caracterizou o surto de Covid 19 como uma pandemia. (WHO, 2022, disponível em: [https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=CjwKCAjw9-KTBhBcEiwAr19igwIlmfY1-DEZNqjCy4EwgU5IMhXTd-bcqUAFYRS9Je9i-Xn8f\\_64PBoCitIQAvD\\_BwE](https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=CjwKCAjw9-KTBhBcEiwAr19igwIlmfY1-DEZNqjCy4EwgU5IMhXTd-bcqUAFYRS9Je9i-Xn8f_64PBoCitIQAvD_BwE)). Acesso em: 18 de abril 2022. O Ministério da Saúde (MS) recebeu a primeira notificação de um caso confirmado de covid-19 no Brasil em 26 de fevereiro de 2020. Com base nos dados diários informados pelas Secretarias Estaduais de Saúde (SES) ao Ministério da Saúde, de 26 de fevereiro de 2020 a 30 de abril de 2022, foram confirmados 30.448.236 casos e 663.497 óbitos por COVID-19 no Brasil. (MINISTERIO DA SAUDE, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19/2022/boletim-epidemiologico-no-111-boletim-coe-coronavirus/view> Acesso em 18 de abril 2022.

<sup>4</sup> Programa que mantém parceria direta com o CRAS para encaminhamento e acompanhamento na área da saúde de problemas advindos da violação de direitos básicos das famílias assistidas

então a indagar-me como as famílias percebem o racismo existente no ambiente escolar dos seus filhos? Como elas lidam com as questões raciais? As famílias conversam sobre racismo com as crianças? As famílias estão atentas ao que os filhos vivenciam na escola quando o assunto são as questões raciais? Pensei novamente na criança negra que fui, e me vi agora como mãe de criança/adolescente que sou.

Assim como vivi na infância situações racistas na escola, meus filhos também o vivem? E continuei a questionar se as mulheres que participam do grupo de mulheres do CRAS percebem situações de racismo vivenciadas nos processos de aprendizagem de seus filhos no ambiente escolar. Elas percebem a importância de identificar tais situações? Como elas enfrentam tais racismos? Como educam seus filhos para esse enfrentamento? A participação delas no grupo de convivência auxilia nestas percepções?

O trabalho desenvolvido pelo CRAS junto às famílias é caracterizado pela visão de família que a instituição possui e que respeita a diversidade de formação familiar. De acordo com Gebara (2014) não há apenas uma composição familiar, vários arranjos, advindos das diferentes classes sociais, se formam. “entretanto, no caso dos setores populares, dentre outros motivos, por não deterem os meios de soberania e por possuírem valores diversos e próprios da cultura popular têm menor influência na concepção dominante de família.” (GEBARA, 2014, p.48). Assim sendo, o CRAS é um lugar de acolhimento da diversidade existente no território.

As mulheres, nesta pesquisa, representam as famílias, e com a propriedade de quem é pessoa central neste núcleo posiciona-se como responsável pela educação dos filhos (as), algumas em corresponsabilidade com esposo/companheiro, outras sozinhas. Esta mulher que toma a frente da sua família é também resultado das transformações sociais ocorridas no decorrer do Século XX. Gerbara (2014, p. 49-50) afirma que “em relação às mulheres, destacam-se suas conquistas de direitos legais; inserção no mundo do trabalho; as importantes ocorrências na esfera privada, com maior autonomia obtida nas escolhas afetivas e o enfraquecimento da hierarquia de gênero nas relações conjugais”. As transformações citadas pela autora, embora contemplem com mais veemência mulheres brancas, demonstra que o mundo a partir do século XX vivencia mudanças sociais significativas que afetam a vida de todas as pessoas inclusive mulheres pretas e suas famílias.

A educação dos filhos e filhas das mulheres participantes da pesquisa é o centro deste estudo. Aqui, o educar é considerado um processo amplo que envolve além da escolarização, a transmissão de valores no âmbito familiar, que se caracteriza como uma das funções mais importantes da família, de modo especial da família de criança negra que “além de formar as

crianças para a vida em sociedade, terá que prepará-las para condições especiais, pois a criança negra terá que enfrentar desde a mais tenra idade situações de discriminação e racismo” (GEBARA, 2014, p. 71). Diante deste cenário, emergiu a ideia de se investigar o racismo escolar na perspectiva das famílias de crianças negras atendidas pelos CRAS.

Para tanto, o estudo teve as seguintes questões: Como as mães das crianças negras atendidas pelo CRAS percebem e atuam sobre as práticas racistas ocorridas nos processos de escolarização de seus/suas filhos/as? A convivência no CRAS fortalece práticas de resistência? A pesquisa de abordagem qualitativa adotou o uso das oficinas como estratégias metodológicas, nas quais se pretendeu alcançar respostas para tais questões.

Como objetivo geral investigou-se como as mães de crianças negras lidam com o racismo nos processos de escolarização de seus filhos/as e teve como objetivos específicos:

I – Identificar como as famílias de crianças negras atendidas pelo CRAS João Paulo II percebem o racismo no ambiente escolar dos/as filhos/as;

II – Perceber como as mulheres do SCFV do CRAS João Paulo II lidam com as questões raciais vivenciadas por seus/suas filhos/as;

III – Entender como a participação no SCFV do CRAS João Paulo II auxilia as mães/mulheres/ família no enfrentamento ao racismo no ambiente escolar.

A relevância do presente estudo concentrou-se na perspectiva social considerando o racismo vivenciado por crianças negras em ambiente escolar e reafirmando que “nos processos e práticas sociais que incidem e constituem crianças, desde o início, há o recorte de etnia raça e classe social produzindo diferenças.” (ABRAMOWICZ, OLIVEIRA, 2012, p. 52).

Vale lembrar que é preciso “pensar, simultaneamente, em condição socioeconômica e pertença racial para entender o racismo estrutural-material e simbólico brasileiro” (ROSEMBERG, 2012, p. 31) visto que ser negro e pobre neste país implica em acesso desigual a bens de consumo, e até mesmo a recursos públicos. Neste sentido, é importante pensar gênero, raça e classe como categorias que se atravessam e se entrecruzam em um sistema de opressão, considerando que a visão/interpretação da mãe de criança negra percebe o mundo a partir da ótica de mulher negra e pobre.

A pesquisa foi embasada em estudos de pesquisadores como Maria Aparecida Silva Bento (2012) que estuda a respeito da identidade racial da criança pequena; Nilma Lino Gomes (2012; 2020) que aborda questões relativas a estética da pessoa negra e sobre políticas públicas antirracistas. Anete Abramowicz et al (2006) que trata sobre a diferença na Educação Infantil; Anete Abramowicz e Fabiana Oliveira (2012) que discutem as relações raciais e a

sociologia da infância no Brasil; Kabengele Munanga (2008) discutindo o racismo na escola; Ana Celia da Silva (2011) abordando a representação social do negro nos meios de comunicação; Tania Aretuza Gebara (2014) que pesquisa gênero, família e relações étnico raciais; Hédio Silva Júnior (2012) que aborda Educação Infantil, diversidade e igualdade racial no âmbito jurídico; Eliane Cavalleiro (2007) pesquisando a relação família de criança negra e escola.

## 1 O CRAS E O CRAS JOÃO PAULO II EM BOM JESUS DA LAPA – BA

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – é, segundo o site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social<sup>5</sup>, uma unidade pública da Assistência Social que oferece atendimentos individualizados (ou em grupos) a indivíduos e famílias. Nestes atendimentos, as pessoas podem compartilhar questões diversas relativas ao seu dia-a-dia em família e na comunidade, a exemplo das suas dificuldades de relacionamento, de sobrevivência, dos cuidados com os filhos e até situações mais delicadas como violência doméstica. Desta maneira, o CRAS é uma ferramenta importante para conhecer e intervir na realidade das famílias atendidas por ele. Segundo a Lei 12.435/2011 (BRASIL, 2011, Art. 6C, Parágrafo 1º)

O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços sócio assistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos sócio assistenciais de proteção social básica às famílias.

Por ser instalada no território<sup>6</sup>, onde atua diretamente com os sujeitos e suas vivências, o CRAS opera como agente mobilizador familiar e social, no sentido de fortalecer os vínculos entre os membros e promover o desenvolvimento de habilidades e capacidades humanas. De acordo com as Orientações Técnicas Centro de Referência – CRAS (2009), a essa unidade pública é recomendada “a realização de estudo sobre a realidade socioeconômica do município, que possibilite conhecer a incidência de situações de trabalho infantil, negligência, violência, entre outros, de modo a traçar quais territórios devem ser priorizados com a instalação do(s) CRAS.” (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS CRAS, 2009, p. 16). Assim,

---

<sup>5</sup><https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras> - Acesso em 20/04/2022.

<sup>6</sup> Neste trabalho compreende-se território de acordo ao conceito do geógrafo Milton Santos, em que o mesmo é o espaço onde a vida circula e movimenta proporcionando aos aspectos geográficos personalidades, significados e sentidos. “O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento” (SANTOS, 1988, p.10). Desta forma, o território não vem a ser apenas um mero pedaço de chão com paisagem urbana ou rural mas, nele todos os acontecimentos se dão, todos os crescimentos florescem, todos os laços se fazem e todos os rompimentos se quebram. Nele é plantada e colhida a história das famílias que ali moram.

reconhecendo os pontos fragilizados do município e os riscos sociais a qual o território está exposto, o Centro de Referência Social pode interferir nas diversas realidades existentes.

Vale ressaltar que o trabalho da equipe do CRAS deve ser estrito às necessidades e demandas da comunidade por ele atendida, para isto, os serviços ofertados pela unidade de referência precisam estar em consonância com aquilo que a área de abrangência carece, conforme instruem as Orientações Técnicas CRAS (2009, p. 09)

A oferta dos serviços no CRAS deve ser planejada e depende de um bom conhecimento do território e das famílias que nele vivem, suas necessidades, potencialidades, bem como do mapeamento da ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social e das ofertas já existentes.

Desta forma, o desenvolvimento de um trabalho efetivo, que venha orientar e intervir positivamente nas vidas das pessoas que procuram e são acompanhadas no CRAS passa por planejamentos aos quais os profissionais envolvidos discutem temas, abordagens e estratégias a serem trabalhadas junto à comunidade.

Segundo o Ministério da Cidadania (Orientações Técnicas CRAS, 2009) o CRAS conta com equipe de multiprofissionais que procuram compreender a situação de cada família e identificar as necessidades delas, indicando como a Assistência Social poderá contribuir para melhorar as condições de vida e suas relações familiares e comunitárias. Desta maneira, no CRAS as famílias buscam acesso a benefícios sociais, assim como participam de atividades educativas em grupos, organizados a partir da faixa etária, favorecendo o fortalecimento do vínculo instituição/comunidade, além de estimular e promover a convivência, interação e socialização da família e da comunidade.

De modo ímpar, é o trabalho realizado junto às famílias que vem a ser o eixo identitário primordial do desenvolvimento de ações da Assistência Social, sendo esse eixo a matricialidade sociofamiliar que

se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo a PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS CRAS, 2009, p. 12)

O CRAS do Joao Paulo II foi inaugurado em 2011, através da Secretaria de Ação Social do município, na gestão da educadora e ativista do Movimento Negro em Bom Jesus da Lapa, Rosemaire de Souza Nascimento<sup>7</sup>, na época com 35 anos. A ex gestora contou que quando assumiu a pasta, a cidade não possuía nenhum programa de assistência social até então:

*Na verdade eu assumi a secretaria de ação social em 2008 e a secretaria não tinha nenhum programa de assistência né, desse nível. A gente só tinha, não tinha na verdade, então imediato eu consegui com a SEDS, na época a gente tinha ligação com a SEDS que é Secretaria do Desenvolvimento Social em Salvador, e a gente conseguiu com a equipe da SEDS todo procedimento. Arrumar toda secretaria porque a gente, não tinha estrutura aqui para receber CRAS, nem nenhum outro programa de Atenção Básica, então a gente veio, montou toda a estrutura da secretaria para receber os CRAS. Na verdade na época a gente recebeu dois CRAS um na sede e um quilombola. [...] o CRAS aqui da cidade nós colocamos aqui no João Paulo II porque no momento era a área que tinha a maior demanda da população que o CRAS precisa atender que era as mulheres, era todo público, o maior público do bolsa família, mulheres, crianças e idosos era no João Paulo II. Era a maior área de vulnerabilidade social era o João Paulo II. Ele pegava o João Paulo II, Marimbondo e toda aquela área ali que eu esqueci o nome agora, então a gente decidiu implantar lá no João Paulo II que ficou bem ali naquela praça da feirinha. Nós implantamos ele ali (informação verbal I)<sup>8</sup>*

Conforme o relato, o CRAS do Joao Paulo II, foi o primeiro CRAS urbano da cidade e atendia a necessidade da população que morava tanto no bairro sede como nos bairros circunvizinhos que até os dias atuais são atendidos nesta instituição. “A localização do CRAS é fator determinante para que ele viabilize, de forma descentralizada, o acesso aos direitos sócios assistenciais”. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS CRAS, p. 33, 2009). A importância da localização dá-se devido à intencionalidade de descentralizar os serviços disponibilizados, com o intuito de diminuir as distâncias entre os usuários e o CRAS, assim como aproximar profissionais da realidade a qual irão atuar.

A primeira equipe do CRAS Joao Paulo II, contava com uma assistente social, uma psicóloga, um técnico de nível superior e uma recepcionista. A secretária de Ação Social da época, conta que quando foi instituído o CRAS no referido bairro,

---

<sup>7</sup> Rosemaire de Souza Nascimento, 52 anos de idade, negra, professora da Educação Básica, na rede municipal, graduada em Pedagogia (UNEB) e Pós- Graduada em Ciências da Educação (Pro Saber), ativista do Movimento Negro em Bom Jesus da Lapa.

<sup>8</sup> Entrevista concedida à mim por Rosimeire de Souza Nascimento em 2022. Transcrição minha. Doravante informação verbal I

*ela (a assistente social) teve que sair de casa em casa fazendo todo o mapeamento da área, conhecendo as pessoas visitando casa por casa ela e a equipe, o pessoal da secretaria, junto com a secretaria, fazendo cadastro dessas pessoas e logo em seguida a gente começou desenvolver oficinas lá. La tinha oficina de pintura a gente tinha alguns parceiros que faziam oficinas de artesanatos, tinha atividades com as crianças, era uma coisa assim ainda um pouco tímida porque a gente estava ainda começando né? E uma coisa assim bem complicada, mas a gente conseguiu fazer algumas coisas. (informação verbal I)*

A busca ativa, ferramenta utilizada no CRAS como instrumento para acessar a realidade das (os) usuárias (os) - podendo com isso traçar meios para orientar e acompanhar as famílias, foi importante na implantação do referido centro de referência. A respeito dessa ferramenta, as Orientações Técnicas do CRAS (2009, p.29) ressaltam que

a busca ativa refere-se à procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território. Tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, para além dos estudos e estatísticas. Contribui para o conhecimento da dinâmica do cotidiano das populações (a realidade vivida pela família, sua cultura e valores, as relações que estabelece no território e fora dele); os apoios e recursos existentes e, seus vínculos sociais.

Na época da implantação do CRAS Joao Paulo II, a maior demanda do território de abrangência eram questões relativas à aposentadoria da população idosa, seguido das questões relativas ao desemprego dos jovens. Segundo a Secretaria de Ação Social, na época conseguiu-se encaminhar várias aposentadorias, porém não houve êxito nas questões do desemprego da população jovem. Além da questão da aposentadoria, parte da população idosa apresentava questões de vulnerabilidade social, abandono e depressão.

O CRAS João Paulo II fica em Bom Jesus da Lapa, cidade do oeste baiano localizada no Território de Identidade Velho Chico. A cidade possui uma área territorial de 4.115,510 km<sup>2</sup> e é um importante polo do turismo religioso e da produção de banana, tendo como principais fontes de renda a agricultura, a pesca e o comércio local. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), é 0,633, o que significa um avanço se comparado ao mesmo índice no ano de 1991 que era de 0,372. Segundo o Perfil dos Territórios de Identidade /

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2018, p.192), esse aumento no índice se deve ao fato de que os

impactos das políticas públicas, principalmente a educacional, de renda e combate à pobreza, provocaram uma substancial melhoria das condições de vida captadas pelo indicador.[...]Apesar da boa evolução ocorrida, ao final do período analisado os indicadores ainda se encontravam baixos quando comparados à média estadual

A população da cidade de Bom Jesus da Lapa possui um número significativo de pessoas que recebem benefícios financeiros do Programa Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC) e ainda Benefícios previdenciários no valor máximo de dois salários-mínimos - o que caracteriza perfil de Vulnerabilidade socioeconômica. Segundo o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB<sup>9</sup> o número total de cadastros por pessoa<sup>10</sup>, em fevereiro 2022 é de 70.164, enquanto a quantidade de pessoas beneficiárias dos programas acima citados no mesmo período é de 34.998. Percebe-se que quase metade da população cadastrada recebe algum desses benefícios, o que indica uma população com índice significativo de Vulnerabilidade socioeconômica.<sup>11</sup>

O primeiro CRAS implantado na cidade teve como bairro sede, um bairro periférico, com índice alto de vulnerabilidade socioeconômica ocasionada pelo alcoolismo, desemprego, uso de drogas, depressão, abandono, e outras questões sociais que levam indivíduos e famílias a situações vulneráveis. O CRAS João Paulo II desde a sua implantação, em 2011, atende e acompanha famílias de catorze bairros, (João Paulo II, Marimbondo, Jurema, Vila Nova, Vila Maia, Salinas, Primavera, Magalhães Neto, São Miguel, São João, Parque Verde, Lagoa

---

<sup>9</sup><https://sisab.saude.gov.br/paginas/acesoRestrito/relatorio/federal/indicadores/indicadorCadastro.xhtml> . Acesso em abril/2022

<sup>10</sup> O cadastro da Atenção Primária à Saúde é uma extensão do Cadastro Nacional do SUS (CadSUS), complementando as informações com o objetivo de apoiar as equipes de Atenção Primária no mapeamento das características sociais, econômicas e de saúde da população adscrita<sup>1</sup> ao território sob sua responsabilidade.(Manual E-SUS). Disponível em: [https://cgiap-saps.github.io/Manual-eSUS-APS/docs/territorio/territorio\\_03/#:~:text=O%20cadastro%20da%20Aten%C3%A7%C3%A3o%20Prim%C3%A1ria,ao%20territ%C3%B3rio%20sob%20sua%20responsabilidade](https://cgiap-saps.github.io/Manual-eSUS-APS/docs/territorio/territorio_03/#:~:text=O%20cadastro%20da%20Aten%C3%A7%C3%A3o%20Prim%C3%A1ria,ao%20territ%C3%B3rio%20sob%20sua%20responsabilidade). Acesso em: 18/04/2022.

<sup>11</sup> Na cidade de Bom Jesus da Lapa, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o número de empregados cadastrados em 2021 foi 8.300, A remuneração média do trabalhador neste mesmo ano foi de R\$ 2064,38. Os setores que mais empregam é a Administração pública municipal, comércios, serviços, agricultura. E as principais ocupações são faxineiro, professor, trabalhador agrícola, vendedor comercio varejista e auxiliar de escritório. <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/bom-jesus-da-lapa#principais-ocupacoes>. Acesso em 24/06/2023

Grande, Maravilha I e Maravilha II) acolhendo e encaminhando suas demandas que variam desde encaminhamento para benefícios sociais a acompanhamento psicossocial.

Andreia Luiza<sup>12</sup>, ex-coordenadora do CRAS João Paulo II, do período de 2013 a 2016, em entrevista conta a respeito dos desafios da sua gestão e ressalta que

*Nosso desafio foi levar a verdadeira informação de política pública de assistência social pra comunidade e área de abrangência. Quando a gente começou que fizemos um levantamento socioeconômico e também educacional a gente fez um levantamento com as crianças e tanto para elas como os idosos e a gente sentiu uma dificuldade de entendimento do serviço público e dessa função para com esses usuários que é assim que a gente chama né que é usuário aquele que usa o serviço e a gente começou fazer essa escuta para com eles e dar essa devolutiva aos poucos (informação verbal II)<sup>13</sup>.*

O público atendido no CRAS João Paulo II não compreendia o papel da instituição e consideravam-no apenas como um ponto para distribuição de cestas básicas. A partir de um trabalho direcionado para informar ao público prioritário o papel de um CRAS na comunidade, as pessoas começaram a se aproximarem e trazerem as suas demandas, conforme pode ser percebido no trecho de uma entrevista da ex coordenadora

*As pessoas vinham com dificuldade de ter acesso às políticas de matrícula escolar, de acesso à saúde em algumas demandas por não terem conhecimento onde correr atrás. Até as políticas públicas do próprio sistema da assistência social e com isso a gente foi fazendo esse direcionamento a essas famílias. Mas a gente conseguiu avançar muito. Se você pegar o atendimento do Centro de Referência no período de 2013 até 2016, o atendimento é gritante de todos os serviços: de tirar uma certidão de nascimento e saber que o usuário tem direito, que não precisa pagar; de uma mera carteira do idoso que eles sentiam uma burocracia por não entender quem é que tinha direito de tirar essa carteira quem é que não tinha direito, o passe livre na Lapa era uma quantidade rescisória porque eles não sabiam o que fazer e como fazer, e a gente vem trazendo a setoriedade para dentro da unidade, então esse foi um dos maiores desafios da gente. (informação verbal II)*

---

<sup>12</sup> Andreia Luiza dos Santos, 42 anos de idade, negra, assistente social de formação, desde 2012 pós graduada com ênfase em déficit intelectualidade infantil vem do movimento social religioso (católico) atualmente vereadora pelo Partido dos Trabalhadores.

<sup>13</sup> Entrevista concedida à mim por Andreia Luiza em 2022. Transcrição minha. Doravante informação verbal II

Para Andreia, as pessoas usuárias do CRAS, não tinham conhecimento de que os serviços oferecidos pela unidade, abrangia orientação e encaminhamento à acesso a direitos básicos em setores como saúde e educação, sendo a intersetorialidade um meio desobstruir e solucionar algumas demandas da comunidade.

A intersetorialidade é uma importante ferramenta, pois a mesma se refere à articulação entre setores e saberes, para responder, de forma integrada, a um objetivo comum o que possibilita a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais, para produzir efeitos mais significativos na vida da população, respondendo com efetividade a problemas sociais complexos (Orientações Técnicas CRAS, 2009, p. 26)

O acesso às informações sobre os serviços disponíveis na unidade estimulou as famílias a frequentarem o CRAS, possibilitando à equipe conhecer a comunidade/usuários (as) e as suas demandas. A partir dos atendimentos e acompanhamentos.

*A gente começou fazer essa escuta para com eles e dar essa devolutiva aos poucos. Eu lembro que quando eu estive na coordenação a gente tinha 250 crianças de 4 até os adolescentes de 17 anos, então eles acharam também o CRAS como uma válvula de escape que eles vinham para aprender o contexto social com as suas vulnerabilidades sociais com os seus encaminhamentos. (informação verbal II)*

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV – do CRAS João Paulo II desenvolve trabalhos socioeducativos com os grupos de crianças, adolescentes, mulheres e idosos (os), com o objetivo de socializar, e, como o próprio nome diz, fortalecer o vínculo entre as famílias, a comunidade e a equipe. Segundo o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS Artigo 2º

O SCFV é um serviço de proteção social básica realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social. (RESOLUÇÃO CNAS Nº 01/2013)

O SCFV é um serviço do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), o qual é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias, realizado por meio do

Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF)<sup>14</sup> e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O SCFV realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares. Deste modo, o papel do programa é de prevenção a situações de risco social e promoção da interação e diálogo entre a família, comunidade, usuários e a equipe, ressignificando a troca de experiência e a construção e reconstrução do vínculo da vida familiar e coletiva

O SCFV do CRAS João Paulo II desenvolve atividades com os grupos seguindo o percurso proposto pelo programa, mas também atendendo a demanda e as necessidades dos usuários, identificadas a partir da escuta e dos acompanhamentos realizados.

*Naquele período quando nós começamos a gente teve dois choques de realidades: com o serviço de convivência das crianças, quando nós trouxemos alguns temas porque existe um percurso para se trabalhar, os conteúdos falar uma linguagem sem ser uma linguagem técnica, os conteúdos no serviço de convivência, quando você trazia determinados temas a gente ficava meio angustiada, começando com a questão do abuso e exploração sexual da criança que a gente começou entender que a gente precisava avançar dentro e fora com as famílias. E com os idosos era o processo de aceitação porque o CRAS ele é aberto para todas etnias, raças, religião, a gente não trabalha nenhum contexto religioso dentro desse centro de referência, a gente respeita qualquer religião, mas também a gente não aceita nenhum processo de discriminação e na época tinha uma situação muito complexa que era uma usuária que participava e ela tinha um centro ( de umbanda) e o grupo não queria aceitar essa pessoa dentro e a gente conseguiu quebrar esse tabu e também trabalhar o respeito das religiões de matriz africana, candomblé, esse processo todo dentro do serviço para com os idosos e as mulheres, porque cada um tem sua cultura a gente respeita, mas a gente não pode é fortalecer isso( discriminação) dentro das unidades, então a gente conseguiu avançar e falar uma linguagem só, é o papel nosso. (informação verbal II)*

---

<sup>14</sup> A experiência de trabalho com famílias iniciou-se em 2001, com um projeto piloto, o Programa Núcleo de Apoio à Família - NAF. Como forma de expandir e qualificar essa experiência, em 2003, foi lançado o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família – PAIF. Em 2004, o Plano foi aprimorado e adequado às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, instituindo-se o “Programa de Atenção Integral à Família” (Portaria nº 78 de 08/04/2004), que se tornou a principal referência para o usuário do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Por meio do Decreto nº 5.085, de 19/05/2004, o PAIF tornou-se “ação continuada da assistência social”, sendo sua oferta obrigatória e exclusiva nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS

Neste trecho da entrevista, Andreia contou a respeito da discriminação sofrida por uma usuária que professava sua fé em religião de matriz africana, a umbanda, e que fora discriminada pelas demais participantes do grupo. A coordenadora disse que foi feito um trabalho baseado na escuta qualificada e em diálogos voltados à valorização da pessoa. Segundo a mesma, a situação foi contornada e o grupo seguiu sem que nenhum idoso deixasse de frequentar o SCFV.

Neste caso em específico, a ação tomada como mais acertada à época foi o diálogo, não deixando de caracterizar uma ação protetiva nos moldes da Proteção Social Básica – PSB que significa

centrar esforços em intervenções que visam amparar, apoiar, auxiliar, resguardar, defender o acesso das famílias e seus membros aos seus direitos. Assim, a PSB deve incorporar em todas as intervenções o caráter protetivo, envidando esforços para a defesa, garantia e promoção dos direitos das famílias. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE PAIF, 2012, p. 11).

Ressalta-se que a equipe do CRAS realiza reuniões periódicas para planejamento das ações, de acordo com as problemáticas que surgem no decorrer das atividades, junto aos grupos e famílias, para que sejam direcionadas aos usuários ações que intervenham direta ou indiretamente na realidade dos mesmos.

*Todo serviço de convivência tem um percurso, mas não é obrigada a seguir aquele percurso. Eu entendo que cada município cada CRAS ele tem sua realidade, sua demanda e o que a gente fazia? Se surgisse uma situação de demanda ou demandada, como surgiu essas situações a gente começou entender essa discriminação religiosa, os técnicos: psicólogo e o assistente social, em algumas unidades que tem pedagogo ou psicopedagogo, sua equipe técnica, ela senta faz um planejamento das ações para serem executadas dentro do serviço de convivência (informação verbal II)*

Ações voltadas para a valorização do indivíduo, da família e do coletivo são adotadas como estratégia de fortalecimento destes vínculos, e objetivam demonstrar a essas pessoas que apesar das especificidades, há também pontos que são comuns a todos, tanto social quanto cultural, material, emocional e espiritualmente. Além de tocar diretamente nas carências identificadas nos atendimentos, acompanhamentos e caixinha de sugestões são

postas à disposição dos (as) usuários (as), na qual os (as) mesmos (as) podem depositar sugestões de temas a serem tratados.

Os Serviços disponibilizados nos CRAS, a partir do PAIF, podem, segundo as Orientações Técnicas Sobre PAIF (2012), ser de ação preventiva, protetiva ou proativa. Todas elas devem reconhecer a importância de responder às necessidades humanas de forma integral, para além da atenção a situações emergenciais, centradas exclusivamente nas situações de risco social. Ou seja, atuar de maneira que valorize e estimule os vínculos familiares e da comunidade, assim como proporcionar momentos potencializadores do fortalecimento de vínculos.

Os projetos desenvolvidos junto aos grupos de convivência são elaborados pensando no desenvolvimento de vínculo, valorização familiar, cultural e identitária, respeitando o perfil dos usuários e promovendo o bem estar e o envolvimento em questões sensíveis ao grupo e a sociedade como um todo. De acordo a Tipificação Nacional de Serviços Sócios Assistenciais (Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, P. 16) “o trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do Serviço”. Nesse sentido,

*Quando a gente pegava algumas datas a gente aproveitava para fazer encontro de formação e de discussão com essas famílias que estavam inseridas no centro de referência. A gente chegou criar alguns projetos como “jantar da saudade” e um projeto “cuidar de mim também é ser fashion” então voltado sempre nessa conjuntura que partia do olhar da necessidade que essas crianças acabavam trazendo pra gente da família porque quando você faz uma escuta qualificada você consegue filtrar e ver o que também precisa ser trabalhado dentro desse serviço para que também atinja a família, porque a responsabilidade do centro de referência por ele ser tratado como casa da família ele trabalha o indivíduo mas o ponto chave é a família esse é o papel do centro de referência né? O programa de proteção integral as famílias, por isso que precisa ser acompanhado e existe um plano de acompanhamento, existem famílias que elas devem ser acompanhadas, mas existe famílias que elas só precisam ser atendidas, então são diferentes situações. (informação verbal II).*

A diferença entre atendimento e acompanhamento consiste nas necessidades e grau de risco social a qual a família está exposta. Existem famílias que procuram o CRAS para atendimentos, como por exemplo, tirar segunda via de documentos, cadastrar-se em benefícios e outras políticas públicas. O CRAS é habilitado para realizar e encaminhar essas

demandas, o que significa que o atendimento “pode se encerrar na resolução de uma demanda específica dos indivíduos ou famílias, com ou sem retorno, ou pode dar início a um processo de acompanhamento familiar” (ORIENTAÇÕES SOBRE PAIF, 2012 p. 60).

Os encaminhamentos são feitos conforme as necessidades das (os) usuárias (os), pois “são os processos de orientação e direcionamento das famílias, ou algum de seus membros, para serviços e/ou benefícios sócios assistenciais ou de outros setores”. (ORIENTAÇÕES SOBRE PAIF, 2012, p. 44). Contudo, os acompanhamentos são casos em que se identifica risco e/ou vulnerabilidade social, sendo necessário o acompanhamento da equipe técnica (assistente social, psicólogo), a partir do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família.

O acompanhamento familiar do PAIF consiste, assim, em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, com a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar com objetivos a serem alcançados, realização de mediações periódicas, inserção em ações do PAIF, a fim de superar gradativamente as vulnerabilidades vivenciadas, alcançar aquisições e ter acesso a direitos. Objetiva-se, ainda, contribuir para ampliar espaços de participação e diálogo com instituições e para o alcance de maiores graus de autonomia, para a capacidade de vocalização das demandas e necessidades, para o desenho de projetos de vida (ORIENTAÇÕES SOBRE PAIF, 2012, p. 63).

Os acompanhamentos envolvem ações diversificadas que busquem interação das famílias e equipe, que tenham como intuito maior a superação das dificuldades vivenciadas pelas mesmas. Vale a ressalva que os serviços prestados no CRAS trabalham com a diversidade de composições familiares do território, salientando que a pluralidade de arranjos requer da equipe conhecimento, para oferecer abordagem adequada, livre de preconceitos e exclusões, para que sejam acolhidas com o devido respeito a qual são merecedoras (es) todas (os) as (os) usuárias (os). É importante perceber que

A assistência social também compreende a família como um espaço contraditório, marcado por tensões, conflitos, desigualdades e, até mesmo, violência. [...] A compreensão da família ainda é determinada pelas estruturas geracionais e de gênero presentes: os conflitos e desigualdades vivenciadas no âmbito familiar devem ser analisados e trabalhados a partir da diferenciada

distribuição de poder e responsabilidade entre seus membros. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS CRAS, 2009, p. 12).

Desta forma, tratar os diferentes arranjos familiares requer conhecimento e sensibilidade, reconhecendo que cada família possui diferentes aspectos culturais, sociais, históricos, econômicos e que os interesses também são diversos. Desse modo, as ações utilizadas com frequência nos Centros de Referência da Assistência Social são as oficinas, que são direcionadas tanto para famílias atendidas e encaminhadas, como as famílias em acompanhamento. A finalidade das oficinas realizadas com as famílias é provocar reflexão a respeito de determinado tema, tocando em assuntos que fazem parte do cotidiano, problematizando questões pertinentes a realidades vivenciadas no território.

Buscam, ainda, contextualizar situações de vulnerabilidade e risco e assegurar a reflexão sobre direitos sociais, proporcionando uma nova compreensão e interação com a realidade vivida, negando-se a condição de passividade, além de favorecer processos de mudança e de desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, prevenindo a ocorrência de situações de risco social. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PAIF, 2012, p. 24).

Vale ressaltar que o trabalho do PAIF é direcionado a toda a família e, portanto, as oficinas acontecem por faixa etária, em acordo ao nível de compreensão, buscando a interação e o envolvimento dos participantes, construindo em conjunto afinidades, propondo a participação ativa e promovendo a mobilização rumo à aquisição de seus direitos.

Em uma entrevista, em 2014, ao programa Contando Casos, na Web TV Bom Jesus<sup>15</sup>, a respeito do trabalho desenvolvido com o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo realizado junto aos grupos de crianças, adolescentes, mulheres e idosas (os), a coordenadora Andreia Luiza expôs alguns trabalhos realizados dentro do CRAS, e explicou sobre a importância destes trabalhos para os indivíduos ali atendidos.

Exemplos desses trabalhos são de natureza artística como o coral e trabalhos manuais incluindo oficinas de pintura de telas, confecção de fantoches, arte em cerâmicas e com argila, atividades ocupacionais que estimulam a criatividade, direcionadas principalmente a crianças e adolescentes. O trabalho com as mulheres, além de despertar habilidades artísticas, serve

---

<sup>15</sup> TV do Santuário de Bom Jesus da Lapa, A web TV Bom Jesus tem o objetivo de evangelizar através dos meios dos meios de comunicação. [www.tvbomjesus.com](http://www.tvbomjesus.com)

também como momento de distração e surge como uma possibilidade de proporcionar um meio de renda extra com a confecção e venda de peças artesanais.

Na coordenação de Andreia Luiza (2013 a 2016), as crianças e adolescentes sugeriram temas a serem abordados por meio, também, da caixinha de sugestão. Este recurso da coordenação, segundo Andreia reflete um esforço em atender as necessidades dos (as) usuários (as), respeitando assim seu posicionamento frente as suas dificuldades em lidar com determinados temas e situações que ocorrem em seus cotidianos, que trazem questionamentos e angustias perante tais realidades.

*a gente parte desse pressuposto do CRAS, que parte dessa base por isso que ele é proteção básica, que é o processo de prevenção, processo de orientação, processo de encaminhamento. Antes de chegar numa situação da violação do direito (informação verbal II)*

Deste modo, ao trabalhar de maneira preventiva, o CRAS cumpre um papel educativo que visa promover uma visão crítica com relação à realidade vivenciada nos diversos espaços frequentados e ocupados pelas crianças e adolescentes, assim como pelos idosos e mulheres adultas, com o intuito que os (as) mesmos (as) identifiquem situações de violação de direitos e sejam orientados devidamente junto aos serviços da instituição. Assim, “potencializar a capacidade dos indivíduos e famílias de fazer suas próprias escolhas, a partir de seus valores, crenças e necessidades, e da identificação e enfrentamento dos obstáculos que interferem em materializar suas escolhas” (Orientações sobre PAIF, 2012, p. 64).

O CRAS João Paulo II atualmente está sob a coordenação de Geane Nogueira Cardoso Silva<sup>16</sup>, assistente social de 35 anos, que iniciou sua trajetória na instituição em 2015, como voluntária, tornando-se no mesmo ano servidora contratada na função de assistente social, sendo indicada em 2016 para o cargo de coordenadora por Andreia Luiza, (coordenadora anterior) que deixaria o cargo para assumir a cadeira na Câmara de Vereadores da cidade de Bom Jesus da Lapa-Ba.

A atual equipe do CRAS João Paulo II é composta por Geane Nogueira Cardoso Silva - coordenadora; Katia Silene Galvão Teixeira Silva - psicóloga; Dalvenice Marcula Novaes

---

<sup>16</sup> Geane Nogueira Cardoso Silva, 35 anos, negra, graduada em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, Assistente Social.

Linhares e Monair Pinto - assistentes sociais; Jose Caetano e como orientador social e Manoel Henrique Ribeiro - recepcionista.

### **1.1 Relatório circuncidado 2018 e 2019**

Segundo o Relatório Circuncidado de Gestão 2019, do CRAS João Paulo II, o PAIF é uma atribuição exclusiva do poder público e é desenvolvido necessariamente no CRAS, através do qual oferta ações sócio assistenciais de prestação continuada, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social. São destinatários do PAIF as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, residentes nos territórios de abrangência do CRAS, em especial, as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda ou famílias com membros que recebem benefícios assistenciais, pois a situação de pobreza ou extrema pobreza agrava a situação de vulnerabilidade social das famílias.

O PAIF tem por objetivos, segundo o Relatório de Gestão Consolidado (2008) do extinto Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome<sup>17</sup>, “promover potencialidades e aquisições e favorecer o convívio familiar e o protagonismo dos seus usuários”. (2008, p. 31). Desta maneira, o Relatório Circuncidado de Gestão, documento oficial do CRAS, identifica o PAIF como um programa primordial para a instituição. Ressalta não apenas sua importância para as famílias atendidas/encaminhadas e acompanhadas, mas também o reflexo do mesmo para o território.

---

<sup>17</sup> O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome deixou de existir logo após o impeachment da Ex-Presidenta Dilma Rousseff e posse do Ex- Presidente Michel Temer. Por meio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) por meio do qual foram incorporados ao antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome as estruturas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e do Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS. Por intermédio do Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016, a estrutura do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário foi subordinada ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, deixando de compor, dessa forma, o Órgão. Tendo em vista a complexidade das alterações institucionais que foram realizadas, somente ao final daquele ano foi publicado o Decreto 8.949, de 29 de dezembro de 2016, que aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para vigorar a partir de 17 de janeiro de 2017. O Inciso II do art. 75 da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, convertida na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, voltou a transformar o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário em Ministério do Desenvolvimento Social. (Relatório de Gestão, 2018, Ministério do Desenvolvimento Social). No governo Bolsonaro tem mais mudanças e por meio do Decreto nº 9.674/2019, no dia 02 de janeiro de 2019 passa a ser Ministério da Cidadania.

No referido relatório anual é realizada uma análise dos serviços ofertados e dos acompanhamentos desenvolvidos no CRAS, buscando um olhar crítico acerca dos pontos positivos e negativos. Este instrumento de avaliação é importante para que a equipe do CRAS tenha visão do trabalho realizado, apontando os projetos com mais adesão das (os) usuárias (os), bem como aqueles em que houve baixa aceitação. No relatório, pode-se ainda, haver o levantamento das principais demandas e ações, das dificuldades encontradas no percurso assim como sugestões da equipe para aprimoramento dos serviços. A partir desse relatório, tanto a equipe quanto a gestão da Assistência Social terão um panorama para viabilizar as intervenções do CRAS na vida das famílias da área de abrangência e assim aprimorar suas ações em direção às atribuições do Centro de Referência.

É por meio do relatório que se pode apontar as deficiências das instalações do CRAS, as limitações por falta de suportes e equipamentos, como meios de transporte e linhas telefônicas. Nele, também é possível avaliar se o espaço físico do CRAS está de acordo com as recomendações do SUAS.

O CRAS é a unidade pública responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias - PAIF e, dessa forma, deve dispor de espaços que possibilitem o desenvolvimento das ações previstas por este Serviço. [...] O espaço físico é reflexo de uma concepção. Deve ser organizado de modo que as famílias que vivem no território de abrangência do CRAS o reconheçam como uma unidade pública que possibilita o acesso a direitos. Assim, os CRAS não podem ser instalados em edificações inadequadas e improvisadas. (ORIENTAÇÕES PARA CRAS, 2009, p. 48).

O CRAS João Paulo II, já esteve instalado em alguns imóveis desde a sua inauguração em 2011. Na sua primeira instalação, o mesmo funcionava em um prédio onde antes funcionava uma escola. Hoje o CRAS João Paulo II funciona fora do bairro que recebe o nome, estando sediado em um bairro vizinho, que não é caracterizado como bairro com alto índice de vulnerabilidade social, em imóvel alugado. A esse respeito “pesquisas realizadas sobre o CRAS apontam que a propriedade do imóvel é importante para que a unidade se constitua como referência para a população.” (Orientação para CRAS, 2009, p. 48), sendo então, tanto a localização quanto o tipo do imóvel importante para que as famílias e indivíduos atendidos (as) e acompanhados (as) na unidade, para que estes se sintam acolhidos (as) e respeitados (as) em seus direitos.

Assim, o ponto espaço físico analisado no Relatório Circuncidado de Gestão do CRAS João Paulo II, é considerado um fator importante para a avaliação do trabalho desenvolvido

no ano em questão, pois o mesmo possui relevância não apenas espacial, mas como “lôcus no qual os direitos sócios assistenciais são assegurados.” (Orientação para CRAS, 2009, p. 48).

Neste estudo, nos foi disponibilizado dois Relatórios Circuncidado de Gestão Proteção Básica – PSB do Centro de Referência de Assistência Social CRAS João Paulo II, relativos aos anos de 2018 e 2019, com dados relevantes que merecem destaque (logo abaixo) nessa pesquisa, pois dados oficiais são fontes seguras de informações.

Quadro 01 – Endereço, Equipe Técnica e Espaço Físico CRAS João Paulo II, 2018 e 2019.

<b>Relatório Circuncidado de Gestão. Proteção Social Básica – PSB. CRAS João Paulo II</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Endereço</b>	Rua Nossa Senhora Aparecida, s/n Bairro João Paulo II	Travessa Silvio Santos, 95, Bairro Amaralina
<b>Equipe Técnica</b>	Coordenadora: Geane Nogueira Cardoso Assistente Social: Juciara de Jesus Chaves. Dalvenice Marcula Novaes Linhares Psicóloga Katia Silene G. T. Silva. Maria Aparecida D. da Silva. Funcionários: Orientadores Sociais: Fatima Costa Pereira. Aline Soares Dourado Ramos	Coordenadora: Geane Nogueira Cardoso Assistente Social Dalvenice Marcula Novaes Linhares Psicóloga Katia Silene G. T. Silva. Maria Aparecida D. da Silva Funcionários: Orientadores Sociais: Aline Soares Dourado Ramos
<b>Espaço Físico – Cedido pela prefeitura</b>	04 Antessalas reunião com capacidade 30 pessoas; 01 sala de atendimento psicossocial; 01 recepção; 03 banheiros; 01 cantina; 01 sala administrativa; 01 área externa para atividade ao ar livre.	01 Sala de reunião com capacidade 10 pessoas; 01 sala de atendimento psicossocial; 01 recepção; 03 banheiros; 01 cozinha; 01 sala administrativa; 01 área externa para atividade ao ar livre.

Fonte: Relatórios Circuncidado de Gestão CRAS João Paulo II 2018 e 2019

Nos relatórios é possível observar que houve mudança de endereço, logo, mudanças nos espaços-físicos, e diminuição na equipe técnica<sup>18</sup>, significando impacto no atendimento, como será visto no quadro de atendimento individualizado.

É importante ressaltar que as mudanças ocorridas entre 2018 e 2019 nos quesitos demonstrados no quadro acima são o endereço, onde o CRAS muda de bairro, a redução da equipe técnica, que passa por desfalque de uma assistente social e uma orientadora social; o espaço físico, que de 4 antessalas com capacidade para 30 pessoas, passa a ter 01 sala com capacidade para 10 pessoas. A respeito das mudanças de endereço elas se dão, segundo a coordenadora da unidade, por conta do CRAS não possuir sede própria, e funcionar em espaços alugados.

Pesquisas realizadas sobre o CRAS apontam que a propriedade do imóvel é importante para que a unidade se constitua como referência para a população. Ademais, o imóvel deve possuir características dimensionais e ambientais adequadas, elementos que podem mais facilmente ser resolvidos em imóveis públicos, com construção ou reformas. (ORIENTAÇÕES PARA CRAS, 2009, p.48).

Desta maneira, a questão do espaço físico não é meramente sobre instalações, mas para além delas, pois, o espaço físico é um elemento de grande valia para o desenvolvimento das atividades realizadas no Centro de Referência, significando não apenas acomodações, conforto e adaptações, mas, sobretudo, identificação com o local e com as pessoas, segurança em confidenciar particularidades de si e da sua família.

A coordenadora reconhece que as instalações do CRAS são pequenas, porém, afirma que conseguem fazer arranjos para não comprometer os atendimentos e acompanhamentos das famílias usuárias dos serviços. Segundo a mesma

*O espaço é pequeno pra atividades externas. Mas temos salas para acolhimento e escuta especializada. Temos recepção para o primeiro atendimento do usuário E uma sala para atendimento coletivo, quando é*

---

<sup>18</sup> A equipe de referência do CRAS é constituída por profissionais responsáveis pela gestão territorial da proteção básica, organização dos serviços ofertados no CRAS e pela oferta do PAIF. Sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS e depende do número de famílias referenciadas ao CRAS.

*necessário fazer a escuta com mais de um membro da família (informação verbal III)*<sup>19</sup>.

Existem alguns fatores que se pode atribuir a queda no total de atendimento individualizado de um ano para o outro, um deles é a mudança de bairro. “O CRAS deve ser uma unidade de referência para as famílias que vivem em um território. A mudança de endereço pode constituir um fator que põe em risco esta referência” (Orientações para o CRAS, 2009, p. 49). Desta forma, ainda que o novo endereço seja relativamente próximo ao antigo, pode causar estranheza para a população, quanto ao acesso e identificação com a unidade.

Estas mudanças ocorridas entre 2018 e 2019 refletem no desempenho e capacidade de atendimento das demandas, como é possível observar no quadro a seguir.

Quadro 02 – Quadro de Atendimento Individualizado no CRAS João Paulo II 2018 e 2019

(continua)

<b>Atendimento individualizado realizado no CRAS</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Total de atendimento individualizado realizado</b>	2640	1950
<b>Total de famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único</b>	47	36
<b>Total de famílias encaminhadas para atualização do Cadastro Único</b>	107	51

<sup>19</sup> Entrevista concedida à mim por Geane Nogueira Cardoso Silva em 2022. Transcrição minha. Doravante informação verbal III

Quadro 02 – Quadro de Atendimento Individualizado no CRAS João Paulo II 2018 e 2019

(conclusão)

<b>Total de usuários encaminhados para acesso ao BPC</b>	59	60
<b>Total de famílias encaminhadas para o CREAS</b>	25	19

*Fonte: Relatório Circuncidado de Gestão CRAS João Paulo II 2018 e 2019*

Houve queda significativa também no total de famílias encaminhadas para atualização do Cadastro Único, com uma redução de 56 cadastros de um ano para outro. Esse serviço é um dos mais requisitados no CRAS, pois a partir do mesmo as famílias tem acesso a benefícios, tais como desconto em conta de energia, inclusão em programas de transferência de renda dentre outros. Uma queda de mais de 109% neste serviço, no intervalo de um ano, é algo que necessita de atenção e estudo cuidadoso para identificar causas e propor ações de aprimoramento.

Percebe-se ainda que com relação ao quantitativo de atendimento/encaminhamento referentes ao Benefício de Prestação Continuada – BPC<sup>20</sup> em 2019 houve um aumento em comparação ao ano de 2018. Este avanço no número de encaminhados sinaliza algo que a coordenadora Geane expôs em uma de suas falas quando perguntada a respeito dos maiores progressos obtidos durante a sua gestão, a mesma diz:

*As pessoas estão buscando mais seus direitos, estão procurando informações sobre o CRAS. Na verdade, estão vendo que o CRAS não é só para dar cesta*

<sup>20</sup> O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e à pessoa com deficiência, de qualquer idade com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente (RELATORIO CIRCUNCIDADO DE GESTÃO 2019).

*básica, mas sim para fortalecer vínculos e garantir direitos (informação verbal III).*

Desse modo, é mister reafirmar o compromisso social que o CRAS tem com a população que vive em vulnerabilidade, dentro do território de atendimento da unidade, com serviços relevantes de acolher, instruir e até mesmo garantir que essa população tenha seus direitos garantidos.

### 1.1.1 O CRAS João Paulo II durante a Pandemia de COVID 19

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela Pandemia de COVID 19 e que até os dias atuais, 2023, a humanidade luta para se livrar da doença e das consequências causadas por ela em todos os aspectos da vida humana seja histórico, político, cultural, econômico e social.

A pandemia escancarou as fragilidades do sistema de saúde, mercantilizado e subfinanciado, e das políticas públicas em seu conjunto, revelando sua face mais cruel: o aprofundamento das desigualdades sociais. São os(as) mais pobres, em especial, negros(as), mulheres e idosos(as) pobres, que mais têm sofrido com a propagação do vírus e com a ausência de políticas de proteção social, especialmente do apoio de uma renda básica universal, alimentação, medicamentos e serviços essenciais. Cresceram o desemprego, a fome, os despejos (DEGENSZAJNA; DA PAZ; WANDERLEY, 2021, p. 158).

Os danos são gigantescos na saúde, na educação, no mercado de trabalho, sendo que “os grupos mais atingidos foram os segmentos mais vulnerabilizados e periféricos das classes trabalhadoras, em função das precárias condições de moradia, trabalho e vida que marcam seu cotidiano” (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 135). Esse dado evidencia que a demanda da Assistência Social aumentou, devido ao número elevado de pessoas e famílias em risco e vulnerabilidade social. O desemprego e o subemprego se intensificaram em todo o país. A inflação ganhou força e os preços dos alimentos dispararam, levando mais famílias a procurarem por serviços do CRAS, como a concessão de cestas básicas.

Segundo a coordenadora da unidade pesquisada, Geane, a maior demanda atual do CRAS João Paulo II, tem sido a distribuição de cestas básicas.

*A questão da pobreza está agravando mais ainda principalmente com o aumento dos valores dos alimentos. A procura por cesta básica está sendo muito grande, muito grande mesmo, tem pessoas que a gente acompanha que necessita de cesta básica toda semana. A gente tem famílias que tem mais de dez pessoas dentro de casa né, e agravou muito, muito mesmo. Porque o auxílio emergencial veio? Veio, ajudou durante a pandemia? Ajudou, porém, os alimentos aumentaram muito no preço né, o gás aumentou muito, então está difícil para manter só com valor que recebe do bolsa família. (informação verbal II)*

Este atual cenário reflete um momento de extrema dificuldade para famílias de baixa renda e que vivenciam situações de risco e vulnerabilidade social, causada pela escassez de alimentos em casa. O CRAS possui diante dessa realidade a responsabilidade de assistir a essas famílias de modo a cumprir o papel do Estado no enfrentamento à fome.

*A gente tenta de todas as formas fazer com que essas pessoas tenham acesso a esses alimentos a gente solicita a secretaria, a secretária faz um balanço da quantidade, de acordo as demandas ela vai nos enviando. De acordo a gravidade das famílias, a quantidade, ela pede pra gente fazer uma triagem das famílias necessitadas com mais urgência e a gente vai fazendo essa triagem e entregando essas cestas. Não está fácil por que a demanda está muito grande e nem sempre a gente consegue para todos. Tem famílias que infelizmente a gente não está tendo condições de atender porque a demanda está sendo muito grande muito grande mesmo (informação verbal III)*

A crise pós-pandemia é um retrato cruel e seu pior ângulo sem dúvida recai sobre a camada mais pobre da sociedade. O salário-mínimo<sup>21</sup> tornou-se insuficiente para suprir a cesta

---

<sup>21</sup> O salário mínimo foi instituído no governo de Getúlio Vargas no ano de 1936. Segundo a Constituição Federal de 1988 Capítulo II Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

básica, o aluguel, o gás, a conta de energia e a conta de água - itens básicos do cotidiano do trabalhador brasileiro e lapense. Nesse ínterim, é preciso ressaltar que consoante Boloventta (2017, p. 515)

É papel do Estado, de modo incondicional, garantir alimentação a todos os cidadãos do país, seja via redução da taxaço de impostos sobre os itens básicos de subsistêcia (que em geral compõem a cesta básica), seja garantindo equipamentos e serviços que atendam e/ou amenizem a fome, permitindo o acesso diário a alimentação, como asseguradas no campo da Segurança Alimentar e Nutricional.

A Assistência Social foi um dos setores essenciais que não pararam no período pandêmico. Durante o momento de pico no número de casos positivos para COVID 19 na cidade de Bom Jesus da Lapa, o CRAS João Paulo II continuou seu atendimento ao público, utilizando estratégias para evitar aglomerações, como por exemplo, o agendamento por horário para os atendimentos presenciais, e o canal de comunicação direta via telefone, grupo de *WhatsApp*, e informações por meio das redes sociais tais como *Facebook* e *Instagram*. Estes recursos, embora insuficientes para dar conta da complexidade das demandas advindas deste período de extrema dificuldade para a população assistida pelo CRAS João Paulo II, foram mantidos nos anos 2020 e 2021.

O momento atual, no qual a maioria da população se encontra vacinada e o número de casos positivos mantem-se baixo, o retorno ao atendimento presencial sem agendamento está voltando à normalidade, os grupos de convivência também já voltaram a ter encontros, com número limitado de quinze a vinte participantes por reunião.

*O retorno dos grupos, inclusive a gente já fez até dois encontros, como a gente tem uma grande quantidade de usuários nos grupos então a gente está dividindo por quantidade de pessoas, então né cada encontro a gente liga para uma certa quantidade que cabe no nosso espaço de 15 a 20 pessoas, ai a gente faz o encontro. Ai essas pessoas que participaram desse encontro, no próximo encontro já vai ser convidado outras pessoas né? e ai a gente vai fazendo assim, a cada encontro a gente vai revezando os usuários para que todos estejam participando né? Em horários diferentes em dias diferentes. A gente não está fazendo reuniões grandes, são reuniões pequenas pra que nenhum usuário fique sem estar participando dos serviços de convivência né? então a gente está fazendo assim esse trabalho de troca, de a cada encontro é um grupo para que não fique muito cheio e também porque a gente não tem o espaço ainda suficiente para abrigar muita gente com distanciamento então a gente está fazendo assim pequenos grupos para que dê continuidade aos encontros e todo mundo participe (informação verbal III).*

Assim, o CRAS segue com atendimentos agendados, porém intercalando-os com as demandas espontâneas de atendimentos que surgem e soma-se a isso, uma equipe de profissionais experientes, conforme quadro a seguir.

Quadro 03 – Quadro Equipe do CRAS João Paulo II.

<b>PROFISSIONAL</b>	<b>PROFISSÃO/ FUNÇÃO</b>	<b>IDADE</b>	<b>COR</b>	<b>TEMPO DE TRABALHO NO CRAS</b>
Geane Nogueira Cardoso	Coordenadora	35 anos	Preta	07 anos
Katia Silene Galvao Teixeira Silva	Psicóloga	52 anos	Branca	10 anos
Dalvenice Marcula Novaes Linhares	Assistente Social	55 anos	Branca	07 anos
Monair Costa Pinto	Assistente Social	30 anos	Branca	01 ano
Jose Caetano Andrade Junior	Orientador Social	47 anos	Preto	01 ano
Manoel Henrique Ribeiro Castro	Recepcionista	40 anos	Preto	01 ano

*Fonte: Diário de Campo da pesquisadora*

Percebe-se então que a psicóloga Katia Silene trabalha no CRAS João Paulo II desde 2012, sendo a profissional com maior tempo de atuação na unidade. A assistente social Dalvenice e a coordenadora Geane chegaram em 2015. A assistente social Monair Pinto, que atua desde 2013 no município, foi coordenadora no CRAS quilombola e desde 2021 integra a equipe do João Paulo II. O orientador social José Caetano e o recepcionista Manoel Henrique fazem parte do quadro de funcionários também desde 2021.

O trabalho social com famílias depende de um investimento e uma predisposição de profissionais de diferentes áreas a trabalharem coletivamente, com objetivo comum de apoiar e contribuir para a superação das situações de vulnerabilidade e fortalecer as potencialidades das famílias usuárias dos serviços ofertados no CRAS (ORIENTAÇÕES PARA O CRAS, 2009, p. 62).

O foco dos Serviços prestados no CRAS é a vida familiar dos usuários, para isso é importante ter uma equipe dinâmica, interdisciplinar, aberta e preparada para lidar com as diversas formações familiares existentes na comunidade. O CRAS é local de acolhimento, por esta razão deve ser um espaço de diálogo, livre de qualquer tipo de discriminação e preconceito. O Centro de Referência da Assistência Social também é lugar de aprendizado, de ensino de troca de saberes, onde também flui a vida, da maneira cotidiana, caseira, conflituosa, ajustada ou não.

## **1.2 As mulheres do SCFV do CRAS João Paulo II: colaboradoras da pesquisa**

O SCFV do CRAS João Paulo II retomou os encontros presenciais em abril de 2022 e teve uma adesão considerada boa pelas técnicas. Neste momento de readaptação aos encontros do SCFV, todos os grupos foram divididos em subgrupos, porém de acordo com as idades, para que desta maneira os temas abordados nos encontros contemplem o interesse das convidadas do dia e seja atrativo e proveitoso para todas, tornando assim estimulante a participação em outras reuniões.

O perfil das participantes do grupo de mulheres que colaboraram com esse estudo foi selecionado com a ajuda da coordenadora do CRAS juntamente com a equipe técnica, em uma reunião com a pesquisadora, realizada no dia 17 de maio 2022, com o objetivo de contemplar mulheres que tivessem histórico de vivências relacionadas ao racismo e fossem mães de crianças e/ou adolescentes estudantes da educação básica. Na reunião entre a equipe do CRAS e a pesquisadora foi apresentada a proposta da pesquisa e discutido a respeito do público alvo do estudo. Na ocasião a coordenadora disse já ter em mente algumas mulheres que certamente gostariam de participar.

Neste primeiro movimento, a equipe contactou as mulheres selecionadas agendando um encontro para que a pesquisadora pudesse apresentar a proposta de pesquisa para as mesmas.

Sendo assim, o encontro aconteceu no dia 26 de maio de 2022, uma quinta-feira, às 15h 30, horário que, segundo a equipe técnica, as mulheres conseguem participar com mais frequência, por não interferir nas atividades domésticas e/ou trabalho delas.

O encontro de apresentação da proposta, contou com a presença de nove mulheres, com três ausências justificadas. Para esse encontro foi elaborado um breve questionário com o intuito de obter informações a respeito do perfil das mulheres participantes da pesquisa. As informações ajudariam a situar-nos a respeito da faixa etária das mulheres, a quantidade de filhos e suas idades, como se declaram com relação a raça/cor, assim como a escolaridade.

Segundo Marconi e Lakatos (2003) este tipo de instrumento de pesquisa obtém respostas mais rápidas e mais precisas assim como também há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador. Há ainda mais uniformidade na avaliação, em virtude do levantamento de dados mais objetivos no primeiro contato com as colaboradoras. Algumas participantes responderam o questionário ao final do encontro transparecendo assim o interesse das mesmas em contribuir com o estudo.

O segundo momento de contato com as participantes de pesquisa foi na comemoração do dia das mães do CRAS, no qual a pesquisadora foi convidada a participar e teve a oportunidade de conversar com as mulheres ausentes no encontro de apresentação da proposta. Nesta ocasião, foram distribuídos mais três questionários, sobre o perfil das participantes, para três mulheres, porém somente uma se interessou em participar da pesquisa, perfazendo um total de dez mulheres participantes.

No entanto, conforme as oficinas iam sendo desenvolvidas, o número de participantes foi aumentando. Algumas compareceram apenas a um encontro, outras compareceram a todos. Houve a colaboração de duas participantes idosas que confundiram o dia do encontro, com o dia do encontro das idosas, mas foram convidadas a participar e contribuíram bastante com a oficina, compartilhando suas vivências e pontos de vistas. As colaboradoras receberam nomes fictícios, em homenagem a intelectuais negras brasileiras.

Quadro 04: Perfil das colaboradoras da pesquisa

(continua)

<b>Nome fictício</b>	<b>Idade</b>	<b>Cor/raça</b>	<b>Quantidade de filhas/os</b>	<b>Escolarização</b>	<b>Trabalho remunerado</b>
Conceição	37	Preta/parda	5	Fund.incompleto	Sim

Quadro 04: Perfil das colaboradoras da pesquisa

(conclusão)

Carolina	30	Preta/parda	2	Ens. médio incompleto	Não
Nilma	24	Preta/parda	2	Ens. médio incompleto	Não
Lélia	48	Preta/parda	5	Ens. fundamental completo	Não
Eliane	34	Preta/parda	2	Ens. médio completo	Sim
Sueli	37	Preta/parda	3	Ens. fundamental completo	Não
Cida	36	Preta/parda	2	Ens. médio completo	Sim
Geni	25	Preta/parda	1	Ens. fundamental incompleto	Não
Beatriz	73	Preta/parda	3	Ens. fundamental incompleto	Aposentada
Djamila	31	Preta/parda	3	Ens. médio incompleto	Não
Carolina	46	Preta/parda	3	Ens. médio completo	Sim
Ana Celia	31	Preta/parda	2	Ens. médio completo	Não
Aniele	36	Preta/parda	3	Ens. médio incompleto	Não
Luiza	70	Preta/parda	2	Alfabetizada	Não
Antonieta:	37	Branca	01	Ens. médio completo	Não

Fonte: dados coletados nessa pesquisa

Apresentei a proposta da pesquisa, ressaltando as motivações em estudar este tema, considerando-me uma mulher e mãe negra de crianças negras, além do fator acadêmico, por se tratar de um programa de mestrado de ensino e relações étnico-raciais e ainda pela relevância indiscutível do tema para a sociedade de Bom Jesus da Lapa, da Bahia, do Brasil e do mundo. As colaboradoras ouviram atentamente e demonstraram interesse pelo tema, participando com opiniões, respondendo a provocações, compartilhando experiências, falando de suas vivências relativas às questões raciais dentro da família, no trabalho, no cotidiano como um todo.

A esse respeito Kilomba (2019) nos diz sobre a violência a que agressões contínuas, dia após dia, sobre a aparência, a cultura e seu modo de ser e agir no mundo, da pessoa negra acarreta marcas traumáticas em que a negra e o negro trazem em suas relações interpessoais. Falar sobre o dia a dia e as expressões do racismo identificadas nele, permitiu as participantes um diálogo aberto e sincero a respeito das suas rotinas e de suas percepções diante do convívio com o preconceito, a discriminação, a humilhação e a exclusão.

O termo “cotidiano” refere-se ao fato de que essas experiências não são pontuais. O racismo cotidiano não é um “ataque único” ou um “evento discreto”, mas sim uma “constelação de experiências de vida”, uma “exposição constante ao perigo”, um “padrão contínuo de abuso” que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém. No ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família. (KILOMBA, 2019, p. 80).

Naquele primeiro momento, de reconhecimento das mulheres possíveis participantes da pesquisa, optei por não adentrar diretamente no objeto de estudo, e sim por perceber como estas mulheres se veem com relação à sua própria identidade racial e como identificam situações racistas. Então foi preferível abordar assuntos menos específicos e focar em direcionamentos mais generalistas, como a percepção de racismo das mesmas, como ele é percebido no dia a dia, como lidam com o racismo direcionado a elas próprias.

A reunião se deu como uma roda de conversa, na qual elas puderam contar sobre as impressões delas sobre racismo. Conforme o diálogo se intensificava mais, as mesmas se soltavam e relatavam acontecimentos, relativos à discriminação e ao preconceito, vividos durante suas trajetórias. Uma lembrou-se que sofreu racismo na fila do banco, outra relatou que viveu algo parecido em uma lotérica, uma terceira recordou-se de constrangimentos por ter um filho branco sendo negra e ter sempre que justificar ser a sua mãe. E isso despertou

nelas várias lembranças de racismos vividos no decorrer de suas vidas, deixando explícito que todas elas compreendem o mal causado pelo racismo em suas histórias, pois falam de resistência diária, contam de estratégias, de reações, de *expertise*, de malícia e de jogo de cintura para sobreviver ao mundo racista.

Durante a conversa, algumas questões foram lançadas para provocar a participação das colaboradoras, como: Para vocês o que é racismo? Vocês já se depararam diretamente com situações em que compreenderam ser uma situação de racismo? A nossa sociedade é racista? Já reagiram a situações racistas?

As mulheres participantes se mostraram envolvidas e atentas, não apenas respondendo, mas também questionando, exemplificando, interagindo, sempre em uma linguagem simples, porém repleta de experiência de vida. O objetivo de tais questionamentos fora adentrar no tema de maneira informal, para que elas pudessem expor seus pontos de vista de maneira direta e a partir de suas falas, eu pudesse perceber o alcance que a temática do racismo tem em suas vidas, a importância depositada nas questões raciais e o nível de conhecimento a respeito da temática que as mesmas possuíam.

Em um determinado momento, quando se falava que as crianças pequenas percebem as diferenças raciais, uma das mulheres contou que sua filha de três anos, sempre a questiona a respeito da diferença de cor da pele entre ela e sua irmã de tez mais clara. Declarou que certo dia na creche, a filha não queria que ela (a mãe) a levasse até a sala de aula e esse comportamento durou por alguns dias, até que em uma manhã em que fora buscá-la na creche ouviu a mesma dizer para a coleguinha que a sua mãe não seria ela, e sim a sua tia. A mãe atribui esse comportamento ao fato de sua irmã ter o tom de pele mais claro que o seu, e a filha perceber de certa forma que este é um fator diferencial que confere poder. Conforme Bento (2012, p. 101) “crianças pequenas são particularmente atentas ao que é socialmente valorizado ou desvalorizado, percebendo rapidamente o fenótipo que mais agrada e aquele que não é bem aceito”.

Partindo dessa premissa, é possível considerar que a mãe entende que o poder exercido pelo fator racial já afeta a percepção da sua filha no que se refere às relações pessoais, e que o mesmo interfere na maneira como a criança interpreta as relações ao seu redor, ou seja, ainda que com pouca idade, nas relações desenvolvidas nos espaços que frequenta (creche, família, comunidade) e nos diversos acessos culturais (mídias, livros, etc.), a criança observa situações em que pessoas brancas exercem poder sobre pessoas negras de diversas formas, influenciando de maneira direta em seu comportamento.

Um exercício de poder aparece como um afeto, já que a própria força se define por seu poder de afetar outras forças (com as quais ela está em relação) e de ser afetada por outras forças. Incitar suscitar, produzir (ou todos os termos de listas análogas) constituem afetos ativos, e ser incitado, suscitado, determinado a produzir, ter um efeito “útil”, afetos reativos. (DELEUZE, 1988 p. 79)

A criança compreende que existe uma relação entre ter fenótipo mais aproximado do branco e privilégios, assim tenta associar sua própria imagem à de alguém que segundo a sua percepção mais se aproxima daquela valorizada socialmente. Assim, de acordo com Bento (2012, p. 103), “componentes avaliativos estão envolvidos já no processo de aquisição do conceito de cor-raça”. Neste sentido, a consciência racial não chega antes da avaliação racial.

Outra mãe relatou que, por ser casada com um homem branco, tem filhos com tons de pele diferentes, tendo inclusive, segundo ela, filho branco. Ela disse que em sua opinião tem crianças que percebem o racismo e tem crianças que são mais desligadas. Falou ainda que os adultos são os responsáveis por despertar esse olhar nas crianças e relatou que a sogra dela (branca) tem preferências pelos netos mais claros e que os netos com tons de pele mais retintos são menosprezados pela avó paterna. Segundo ela, esse comportamento faz com que as crianças percebam a mudança de tratamento relacionando à cor, desta maneira as crianças brancas desenvolvem um sentimento de superioridade perante aos irmãos de cor de pele escura.

Corroborando com Trindad (2012, p. 127-128) quando afirma que “as crianças em idade pré-escolar já se apropriaram de significados sociais construídos histórica e culturalmente e que determinam lugares desiguais para os diferentes grupos étnico-raciais. Esses lugares definem as relações sociais pautadas pela inferioridade e pela superioridade”.

A equipe do CRAS incentivou a participação de todas, ressaltando que a participação nas oficinas contribuiria para que elas adquirissem bagagem sobre o tema, que tenham olhar crítico e argumentos para identificar e combater o racismo. O compartilhamento de vivências no primeiro encontro proporcionou um momento de troca muito rico, pois as mulheres puderam falar de acontecimentos de suas vidas que muitas vezes não recebem atenção de terceiros.

Um ponto significativo deste encontro, foi a leitura do poema de Victoria Santa Cruz, *Me gritaram Negra*.

*Me gritaram Negra (Victoria Santa Cruz)*

Tinha sete anos apenas,  
apenas sete anos,  
Que sete anos!  
Não chegava nem a cinco!  
De repente umas vozes na rua  
me gritaram Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!  
“Por acaso sou negra?” – me disse  
SIM!  
“Que coisa é ser negra?”  
Negra!  
E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia.  
Negra!  
E me senti negra,  
Negra!  
Como eles diziam  
Negra!  
E retrocedi  
Negra!  
Como eles queriam  
Negra!  
E odiei meus cabelos e meus lábios grossos  
e mirei apenas minha carne tostada  
E retrocedi  
Negra!  
E retrocedi . . .  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Neeegra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
E passava o tempo,  
e sempre amargurada  
Continuava levando nas minhas costas

minha pesada carga  
E como pesava!...  
Alisei o cabelo,  
Passei pó na cara,  
e entre minhas entranhas sempre ressoava a mesma palavra  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Neeegra!  
Até que um dia que retrocedia , retrocedia e que ia cair  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra!  
E daí?  
E daí?  
Negra!  
Sim  
Negra!  
Sou  
Negra!  
Negra  
Negra!  
Negra sou  
Negra!  
Sim  
Negra!  
Sou  
Negra!  
Negra  
Negra!  
Negra sou  
De hoje em diante não quero  
alisar meu cabelo  
Não quero  
E vou rir daqueles,

que por evitar – segundo eles –  
que por evitar-nos algum disabor  
Chamam aos negros de gente de cor  
E de que cor!  
NEGRA  
E como soa lindo!  
NEGRO  
E que ritmo tem!  
Negro Negro Negro Negro  
Negro Negro Negro Negro  
Negro Negro Negro Negro  
Negro Negro Negro  
Afinal  
Afinal compreendi  
AFINAL  
Já não retrocedo  
AFINAL  
E avanço segura  
AFINAL  
Avanço e espero  
AFINAL  
E bendigo aos céus porque quis Deus  
que negro azeviche fosse minha cor  
E já compreendi  
AFINAL  
Já tenho a chave!  
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO  
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO  
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO  
NEGRO NEGRO  
Negra sou!

Esse poema conta a história de Victoria quando ainda na infância fora apresentada à dor causada pelo ódio racial e o racismo. Na introdução à leitura do poema, eu relatei sobre

minha identificação pessoal com o poema e de como ele me toca profundamente, emocionando-me sempre que o recito. Compartilhei que minha história é muito parecida com a da criança dos versos de Victoria, e que a grande virada de chave se deu em dois momentos específicos da vida adulta: o primeiro quando me tornei mãe e senti a necessidade gritante em defender minha filha de possíveis situações racistas; e o segundo, ao ingressar na Universidade e o chamado em resgatar-me como mulher negra, rica em ancestralidade, beleza e resistência.

A ligação do poema *Me gritou Negra* e esta pesquisa se dá pelo fato de o mesmo traçar uma trajetória de vida que lida com o racismo e discriminação desde a infância. Conta uma travessia dolorosa que a protagonista vive de rejeição, negação e a mudança que se dá a partir da resistência, da aceitação, da consciência e do orgulho. O intuito foi alcançar nas mulheres participantes além das memórias de seus dramas, também perceber como se desenvolvem seus movimentos de resistir, defender-se a si mesma e ao seu semelhante, aceitar-se e como tais ações são refletidas na educação de seus filhos e filhas.

É um poema que fala da realidade de crianças que ainda pequenas são expostas à violação de um de seus direitos fundamentais: o direito de ser. Ser criança, ser aceita, ser bela, ser autêntica, ou seja, simplesmente ser. O poema conta a trajetória de vida até a idade adulta quando a mesma apodera-se da sua potência e recusa-se a ceder ao racismo, decide enfrentá-lo sendo beleza, ancestralidade, dignidade e resistência.

No contexto da oficina, abordar o poema, como ponto de partida para discussões sobre família negra e enfrentamento ao racismo, é justamente o tocante de que os reflexos de vivências racistas estão enraizados desde a mais tenra idade, ou seja, essa violência acompanha a pessoa negra desde a sua infância, afetando a sua construção identitária, seja no seio da sua família, na comunidade em que vive, na creche e pré-escola, na trajetória estudantil ou na vida adulta.

As mulheres presentes ouviram atentas ao poema e ao final da leitura, algumas comentaram que passaram por situações semelhantes a da protagonista do poema. Algumas relataram suas experiências dolorosas, principalmente relacionadas à estética, em especial ao cabelo crespo. Estes relatos deixam evidente que as vivências compartilhadas na reunião fazem parte de suas memórias e que desta maneira, vivenciando, transmitem ensinamentos fundamentais aos seus filhos. Educam suas crianças a partir das suas experiências de vida, suas ações e suas reações perante a realidade.

Nesse ínterim, uma fala chamou minha atenção quando uma participante disse que já se queimado ao usar ferro quente para alisar o cabelo, que naquela época quem não usava

cabelo alisado era considerada desleixada ou feia e que só era considerada bonita ou arrumada quem usasse o cabelo liso. Diante desse relato, a própria participante questionou-se a respeito da percepção do cabelo crespo na atualidade.

Outra participante afirmou que “hoje em dia, as coisas estão melhores, pois existem mais produtos, que dá pra gente comprar, tem a prancha, a gente se vira melhor” (Conceição). Algumas das participantes disseram que hoje é menos cobrado estar com o cabelo alisado, como podemos perceber nas falas a seguir: “o cabelo ruim hoje tá na moda (risos)” (Nilma). “Ah! Hoje o cabelo tipo o seu (crespo) vai para qualquer lugar” (Lélia). “Minha filha usa o cabelo igual o seu, já falei para ela: Não alisa não!” (Carolina). “Eu acho bonito o cabelo assim (crespo), mas não consigo deixar o meu ficar desse jeito” (Aniele). “O cabelo desse jeito é mais prático” (Sueli). “Eu queria que o meu ficasse assim com cachos mas o meu não fica não” (Conceição). “Hoje em dia todo mundo usa trança, naquela época ninguém queria sair de trança, hoje em dia tá na moda também”(Nilma).

O tema cabelo crespo para as mulheres participantes, assim como para a maioria das mulheres negras, tem uma importância grandiosa por se tratar de um elemento fundamental não apenas da estética, mas também da personalidade da pessoa negra. “As impressões sobre o ser negro, os sentidos dados ao cabelo crespo são dimensões simbólicas que também se fazem presentes e exprimem a forma como homens e mulheres negras pensam e tematizam o próprio corpo” (Gomes, 2020, p. 251). Neste sentido, o cabelo é um traço não apenas estético é também cultural e político, sendo percebida tal importância inclusive por crianças em idade pré-escolar.

Assim, durante toda a conversa as mulheres demonstraram reagir de acordo àquilo que aprenderam com suas mães, avós e vizinhas. Repassam a partir da vida vivida, um tipo de conhecimento que não está no livro didático, mas que corrobora com o crescimento do filho junto às dificuldades enfrentadas na vida cotidiana. “Devido ao racismo, pessoas negras experienciam uma realidade diferente das brancas e, portanto questionamos, interpretamos e avaliamos esta realidade de maneira diferente.” (KILOMBA, 2019, p. 54). Assim, Kilomba considera que a mulher negra percebe o mundo por uma perspectiva diferenciada da dominante.

Cavalleiro, (2007, p. 16), ressalta que as crianças se identificam com os adultos que fazem parte do seu convívio social mais estreito como pais, avós, irmãos mais velhos e que “elas podem, inconscientemente, copiar a conduta do adulto exatamente como elas veem o adulto atuando à sua volta”. Nesse sentido, perguntadas no questionário a respeito da responsabilidade pela educação dos (as) filhos (as), cinco das colaboradoras responderam que

são elas as responsáveis e outras cinco responderam que dividem a responsabilidade com o pai. Aqui ressalto que tinha apenas 10 respostas, pois a adesão no primeiro encontro foi de 10 participantes, número que foi aumentando com o desenvolvimento das oficinas seguintes.

Desta maneira considerando o que diz Eliane Cavalleiro (2007) e Grada Kilomba (2019) o modo de interpretar, avaliar e agir no mundo destas que serão as colaboradoras deste estudo é crucial para a educação dos (as) filhos (as). O olhar delas quanto à educação escolar e o viés racial dentro da instituição de ensino é de fundamental importância neste estudo, considerando a importância das mesmas na formação identitária dos (as) filhos (as).

## 2 OFICINAS COMO ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A ideia de trabalhar oficinas como estratégia metodológica surgiu a partir da especificidade da pesquisa, pois era um estudo em um Centro de Referência da Assistência Social, cujo público alvo era um grupo de mulheres de faixa etária variada, com alguns pontos em comum, entre eles, o fato de serem mães de crianças negras.

As oficinas são comumente utilizadas em pesquisas de cunho social, por ter, segundo Spink e Menegon (2014, p. 33), “potencial político e se articular a uma riqueza de procedimentos, onde envolve estratégias discursivas diversas, desde expressões artísticas, movimentos corporais e outras formas discursivas além da própria fala”.

Deste modo, a contribuição das oficinas era possibilitar às colaboradoras, a partir de suas falas, a expressão de pontos de vista e posicionamentos frente ao racismo, considerando que “as oficinas são espaços de construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências, de exercício concreto dos direitos humanos” (CANDAUI, 1999, p.11).

As oficinas discutiram temas os quais foi possível estabelecer trocas significativas em que as participantes ao exporem as suas impressões e as suas vivências, corroboraram com a reflexão mútua das mesmas.

As oficinas são configuradas como ferramentas ético-políticas privilegiadas, pois propiciam a criação de espaços dialógicos de trocas simbólicas e a coconstrução de outras possibilidades de sentidos acerca das temáticas discutidas, cujos efeitos não se limitam aos usos que os pesquisadores possam fazer desse material, mas também alertam para potenciais transformações nas práticas discursivas geradas naquele contexto, numa fusão inseparável entre o que se convencionou chamar de coleta de informações e produção de informações (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014, P.33).

Sendo assim, oficinas como estratégias metodológicas de pesquisa tem o papel de, a partir do diálogo estabelecido, ser o encontro de visões e posicionamentos que tanto podem convergir ou divergir, gerando então novos e/ou diferentes sentidos. Para Siqueira e Alves (2020, p. 1218), esse encontro de visões refere-se ao fato de que “assumir a relação dialógica como essencial na constituição dos seres humanos não significa imaginá-la sempre

harmoniosa, consensual e desprovida de conflitos, pelo contrário, é a habilidade de conjugar a diversidade, que é um dos grandes desafios”. Vale ressaltar que as oficinas por terem caráter dialógico, conflitos fazem parte do repertório, pois conflito, assim como afirmam SPINK, MENEGNON, MEDRADO (2014, p. 34) “remete à negociação retórica de versões, apreendida a partir da dimensão performática do uso da linguagem”.

Ressalta-se que na oficina a fala é privilegiada, por se tratar de espaço de produção de sentidos, que segundo as autoras supracitadas se posiciona “como uma estratégia facilitadora da troca dialógica e da coconstrução de sentidos” (SPINK, MENEGNON, MEDRADO, 2014, p. 34). Assim as oficinas foram estratégias metodológicas utilizadas para obtenção de respostas frente a minhas questões-problema.

Diante do exposto, seriam realizadas dez oficinas, uma a cada semana, na sede do CRAS João Paulo II, com dias e horários combinados com o grupo. Contudo, só foi possível a realização de sete oficinas – quatro em dezembro/22 e três em julho/23, pois houve o recesso para natal e, por razões administrativas, os encontros só puderam retornar ao final do primeiro semestre do ano corrente.

A seguir, faço a discriminação das oficinas, com temas, descrição dos momentos, recursos que foram utilizados e tempo estimado de realização.

## **2.1 Oficinas com grupo de mulheres do SCFV do CRAS João Paulo II**

### **2.1.1 Oficina 1: Racismo na escola**

Racismo no Brasil é crime previsto na Lei 7.716/1989, intitulada Lei do Crime Racial que define tal crime como resultante de preconceito de raça ou de cor, tendo a mesma ao longo do tempo passado por alterações, incluindo a passos lentos e sob pressão do Movimento Negro, aspectos atenuantes para que o racismo fosse compreendido pela sociedade como um mal que afeta a vida da pessoa não branca, causando prejuízos à sua vida social, econômica, cultural, política assim como à sua integridade física e mental. Por meio da Lei 9.459/997, a Lei do Crime Racial passou por alterações, as quais foram acrescentadas ao texto original os preconceitos de etnia, religião ou procedência nacional, emitindo assim uma visão amplificada a respeito do racismo, incluindo então a questão cultural, religiosa e geopolítica.

Recentemente, a Lei do Crime Racial foi novamente alterada pela Lei 14.532/2023, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tipificando como crime de racismo a injúria racial, que prevê pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prevê pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público.

Segundo Santos (2015) a injúria, até setembro de 2009, era considerada crime de ação penal privada, passando, a partir da Lei 12.033/2009, a ser considerado crime de ação penal pública condicionada a representação do ofendido.

Muito embora digam respeito aos crimes associados ao preconceito de raça e cor, segundo a lei, há diferença entre injúria qualificada por preconceito e o racismo, em si mesmo. A injúria consiste em uma ofensa contra uma única pessoa, atingindo-lhe o decoro e a percepção que ela tem de si mesma, caracterizando a chamada ofensa à honra subjetiva. Já o racismo é compreendido como discriminação a qual tem como objeto um grupo inteiro de pessoas (SANTOS, 2015, p. 186).

Com a Lei 14.532/2023 tanto injúria racial quanto racismo são tipificados crime racial com pena prevista de dois a cinco anos de reclusão e multa. Para tanto, saliento o fato de o racismo ser crime, uma vez que o cenário desse estudo ter sido o CRAS e lidar cotidianamente com pessoas e famílias que sofrem violações de direitos básicos, visto que o racismo é ainda mais frequente e cruel com pessoas das camadas populares da sociedade. Rosemberg (2012, p. 31) afirma que “no cerne da manutenção das desigualdades raciais no plano material, não se pode afastar a ideia de que grande percentual de negros no Brasil é pobre e grande percentual de pobres no Brasil é negro”. Portanto, o racismo brasileiro atinge predominantemente pessoas pobres.

Consoante a isso, Abramowicz et.al (2006) declaram que o racismo praticado no Brasil tem características próprias, por ancorar-se na falsa ideia de democracia racial e no branqueamento. Para Cavaleiro, (2007, p. 29) a ideologia da democracia racial “representa uma falácia que serve para encobrir as práticas racistas existentes no território nacional e isentar o grupo branco de uma reflexão sobre si mesmo”.

Nesse sentido, Silva (2008, p. 19) diz que a cultura do branqueamento se efetiva quando, “internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar”, caracterizando assim,

sutilezas no racismo brasileiro que diferentemente de outros lugares do mundo, não explicita de imediato a perversa face racista.

O racismo está presente em diversos espaços, inclusive na escola - lugar privilegiado de troca de saberes, de multiplicidade, de diversidade social cultural e racial. O ambiente escolar é o espaço em que acontece o encontro das diferenças contidas na sociedade e é também na escola que crianças e adultos se deparam, cotidianamente, com pessoas de origens diferentes, modos diferentes de agir, pensar e ser, assim como estéticas diferentes, aparências diferentes, corpos diferentes, e embora toda essa diversidade seja enriquecedora, como afirma Munanga (2008) o processo de aprender e ensinar nem sempre é respeitoso e valorativo para quem traz consigo as marcas negróides como cor da pele preta, cabelos crespos, lábios grossos, nariz largo enfim, o fenótipo negro.

Para Silva, (2011, p. 13) “tratar de ensino e de aprendizagens é tratar de identidade, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder”. Nesse fluxo, as relações de poder presentes nas escolas manifestam-se de formas diversas, que segundo Abramowicz et al (2006, p. 67) tem sido apresentada “como uma base conservadora e excludente ao se pautar em um modelo de currículo embranquecido diante da ausência de conteúdos que contribuam para a integração e o reconhecimento dos alunos negros”. Estudos recentes demonstra que pouco se tem mudado com relação a essa visão sobre como a escola tem lidado com as questões raciais.

O Brasil possui contornos de uma herança colonial que historicamente vem naturalizando práticas e discursos racistas reproduzidos em diferentes contextos sociais, sendo a escola um deles. A necessidade de combater o racismo na escola conduziu à criação da Lei Nº 10.639/2003 e da Lei Nº 11.645/2008, as quais teriam grande papel como veículos de resistência em um espaço de reprodução de práticas e de discursos racistas, que favorecem uma episteme vinculada a ideias colonialistas. O papel dessas leis, obrigando o ensino da história e da cultura afro-brasileira, apesar do avanço jurídico e político, tornam-se letras mortas quando não acompanhadas de políticas públicas efetivas no combate ao racismo. A ineficácia de políticas públicas impede a disseminação dessas leis a todas as escolas brasileiras, o que delimita o potencial que elas poderiam oferecer à escola, em defesa de um ensino que se dedicasse à cultura e à história negra, como mecanismos de enfretamento ao racismo estrutural. Isso poderia, inclusive, permitir a construção de saberes afrobrasileiros entre os alunos, que, disseminados para além da escola, podem atingir outras instituições, substituindo as práticas e os símbolos racistas presentes nas relações sociais no Brasil. (RAPOSO, ALMEIDA, SANTOS, 2021, p. 16).

A Lei 10.639/03, que em 2023 completa vinte anos de sua promulgação, é instrumento importante na construção de uma educação antirracista, pois, a partir da mesma, o Estado tornou-se responsável por implementar nas escolas, nas palavras de Gomes (2012, p. 22) “educação para as relações étnico raciais, em parceria com os sistemas de ensino para todos os níveis e todas as modalidades”. A partir dessa lei, alunos negros e não negros tem a possibilidade de acessar por meio da escola, a História e Cultura dos povos Africanos e Afro brasileiros, significando assim, trazer para dentro do ambiente escolar, uma visão da história e da cultura a partir de um viés não eurocentrado.

Para Almeida e Sanchez (2017, p.58) “a Lei 10.639/03 tem, assim, caráter compensatório, ao possibilitar a desconstrução de mentalidades e práticas preconceituosas, sequelas deixadas pelo longo período de escravização”, caracterizando-se um potente instrumento na luta contra o racismo dentro e fora da escola <sup>22</sup>. Desse ponto de vista, é possível compreender que a criança negra em contato com conhecimentos que dizem respeito ao seu pertencimento racial, cultural e religioso, passa a enxergar-se em um contexto positivo, que fala de contribuições ricas na construção da história da humanidade e retira a ideia de origem racial ligada tão somente a escravidão, motivando uma condição de resistência, de bravura e de beleza.

A oficina Racismo na escola foi a primeira oficina por se tratar do tema central na pesquisa, cujo objetivo geral foi identificar como as famílias negras educam suas crianças para enfrentar o racismo, portanto, um tema fundamental para obtermos respostas a respeito da percepção das mulheres participantes da pesquisa sobre o racismo existente no ambiente escolar.

Para Abramowicz et al (2006, p. 67) “a cultura negra e suas práticas, embora presentes no nosso cotidiano – na língua, a alimentação, na religião, na música, na dança, nas artes em geral – estão invisibilizadas, por vezes subalternizadas nas escolas”. Desta maneira, a escola ao desconsiderar as diversas contribuições da cultura afro-brasileira e supervalorizar uma cultura eurocêntrica, legitima um mundo branco.

---

<sup>22</sup> Almeida e Sanchez (2017, p. 58) salientam que a Lei 10.639/2003 não garante, por si só, a efetivação de seus preceitos. Ela se torna mais um instrumento para que, na dinâmica sociopolítica e no próprio cotidiano escolar, com todas as contradições, conflitos e embates que ali se dão, sejam produzidos os significados e os valores em torno de seu conteúdo. Não há uma relação direta e imediata entre o ensino da história e da cultura afro-brasileira e a mudança das relações sociais desiguais, mas ele pode ser instrumento de tensionamento das desigualdades raciais, caminho para a desconstrução gradual de mentalidades e práticas sociais discriminatórias, por meio da tentativa de estabelecer diálogos entre visões, concepções e experiências múltiplas.

O racismo na escola acontece quando se universaliza uma cultura em detrimento das demais, quando “não leva em conta o saber diferenciado que o aluno pode trazer da vivência no seio de sua família, aprendido com seus pais e avós ou no seu meio social de origem. Assim, ela desconhece a origem étnica dos alunos e a formação cultural de sua clientela (MOURA, 2008, p. 75)”.

Deste modo, esta oficina foi um instrumento para saber como as famílias identificavam práticas racistas e como reagiam a elas; bem como perceber de que maneira as colaboradoras viam o papel da família no embate ao racismo e como isso reflete no desenvolvimento das crianças.

As etapas dessa oficina foram as seguintes:

- 1º momento: Apresentação – neste primeiro momento apresentei o tema: “Racismo na escola” e ressaltai os pontos importantes, os estudos anteriores, a relevância social e relação família/escola. Duração: 10 minutos.
- 2º momento: Exibição do curta metragem “Dudu e o lápis cor da pele<sup>23</sup>” que trata das abordagens em sala de aula e a naturalização de termos discriminatórios e racistas presentes em repertórios e práticas pedagógicas.
- 3º momento: Discussão – feita a partir do filme. Foram levantadas algumas questões centrais do filme com o intuito de revelar a visão das participantes com relação ao tema abordado. Assim questionei: Na visão de vocês qual a gravidade do comportamento da professora com relação a cor do desenho de Dudu? Como agir e reagir a situações como a vivenciada pelos personagens do filme? O que dizer a respeito da reação da mãe de Dudu? Qual o papel da família em casos como este? Você identifica, na sua realidade de acompanhar a vida escolar de seus filhos, práticas racistas? Como você acha que o racismo na escola atinge o desenvolvimento das crianças?
- Duração: 40 minutos
- Recursos: Pen drive; notebook; projetor;

---

<sup>23</sup> DUDU E O LÁPIS COR DA PELE. Direção: Miguel Rodrigues. Produção de Take a Take Films. Brasil: 2018 Disponível em: <http://www.takeatakefilms.com/portfolio-view/curta-dudu-e-o-lapis-cor-da-pele/> Acesso em 14 de outubro 2022.

## 2.1. 2 Oficina 2: Cabelo crespo e a estética negra na escola.

A beleza da criança negra na escola é um ponto importante para o debate em torno da construção positiva da autoimagem. A autoestima da criança negra está intimamente ligada à maneira como sua estética é vista e valorizada no meio que a cerca, pois conforme Abramowicz et.al. (2006, p.67) “o padrão hegemônico de cultura, de estética de história é eurocêntrico no sentido de que prioriza a cultura europeia e o homem branco como padrão e modelo de civilização em detrimento de outras culturas”.

Deste modo, o cabelo, segundo Gomes (2020, p. 33), “não é um elemento neutro no conjunto corporal. Ele foi transformado, pela cultura em uma marca de pertencimento étnico/racial”, sendo assim, o cabelo crespo é uma marca do ser negro. Ter cabelos crespos, embora simbolize o pertencimento racial, é também ter muitos embates a enfrentar, no tocante ao reconhecimento do mesmo como um cabelo que é belo e que traduz a ancestralidade dos povos africanos. Meninas negras desde muito cedo experimentam situações racistas que marcam suas infâncias e comprometem suas identidades raciais, inclusive quando alcançam a fase adulta.

Nesse contexto, o desejo por enquadrar-se ao padrão de beleza estabelecido é experimentado por meninas e meninos negros desde muito cedo, sendo estes levados por seus pais ou responsáveis a realizarem procedimentos químicos para alisar os cabelos por meio de técnicas e produtos evasivos como o ferro quente, progressivas, alisantes etc. Para Gomes (2002), o padrão de beleza é também um instrumento de dominação econômica e política desde o período de escravidão. Segundo a autora, “foi a comparação dos sinais do corpo negro, incluindo o tipo de cabelo, com os do branco europeu e colonizador que, naquele contexto, serviu de argumento para a formulação de um padrão de beleza e de fealdade que nos persegue até os dias atuais”. (GOMES, 2002, p. 42).

A desqualificação do cabelo crespo e a produção de estereótipos sobre a imagem da criança negra, a partir do cabelo crespo, são vistos como ação política de apagamento e forma de impedimento da construção positiva de uma identidade racial potente e empoderada. É preciso que haja discussões a respeito da beleza e da potência cultural e política da estética negra para a autoafirmação da população negra, contudo, esse debate nem sempre aconteceu

por diversos fatores, sendo o mais contundente o racismo que atua fortemente na sociedade e que estrutura toda a dinâmica social, cultural, política e econômica. Para Gomes (2020, p. 19)

O racismo e a branquitude, ao operarem em conjunto lançam dardos venenosos sobre a construção da identidade negra e tentam limitar os indivíduos negros, sobretudo as crianças e as mulheres que, ao se mirarem no espelho, veem aquilo que ele – o racismo – coloca à sua frente.

Deste modo, crianças negras são desde muito cedo expostas aos padrões estéticos estabelecidos socialmente e que permeiam não apenas a sua infância, mas se arrastam por toda a sua existência, ou seja, a pessoa negra carrega em seu corpo uma estética que não é a eleita como a bela, a aceitável, a desejável e a válida. “Numa sociedade racista em que o grupo dominante, a elite, historicamente foi o branco, como no caso do Brasil, a “brancura” tem um valor imprescindível nas relações sociais. Tudo que se aproxime de ser branco é benéfico e posto como bom e belo.” (SANTOS, 2010, p. 42).

Esse modo de ser e pensar da branquitude pretende eternizar seu *status* hegemônico, usufruindo dos privilégios e mantendo as desigualdades raciais, sociais, econômicas e políticas. Para Bento (2002, p. 02) “a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social”. Desta maneira, as pessoas não brancas vivenciam exclusões e discriminações de diversas naturezas e em diversos espaços, e isso afeta diretamente seus modos de ser e viver.

O cabelo crespo da criança negra é parte fundamental da sua identidade, mas para que a mesma seja construída positivamente, estas meninas e meninos enfrentam em seus cotidianos, nos diversos espaços em que ocupam - Centro de Educação Infantil; Escola, Igreja, entre outros, conflitos de diversas naturezas, pois, assim como afirma Gomes (2002, p.41) “a experiência com o corpo negro e o cabelo crespo não se reduz ao espaço da família, das amizades, da militância ou dos relacionamentos afetivos”. Ao adentrar espaços sociais alheios à seu círculo familiar, desde muito cedo estas crianças são expostas ao racismo e discriminações. Construir uma identidade racial positiva em meio a uma sociedade racista como é a brasileira, é um desafio desde a mais tenra idade, pois, pessoas negras ao conviverem em ambiente hostil à suas características culturais e físicas, tendem a internalizar sentimentos negativos com relação a sua própria imagem e modos de ser.

Quando adquire as noções de outro, e de outro diferente, também em termos raciais, a criança já se apropriou dos elementos para a interpretação dessa diferença [...]. Crianças brancas e negras aprendem que ser branco é uma vantagem e ser preto, uma desvantagem (BENTO, 2012, p.102).

Diante disso, a criança negra constrói sua autoimagem, em meio a diversas interpretações de si e do outro, sendo esse outro encontrado nas imagens da TV, nos *outdoors*, nas revistas em quadrinhos, nas histórias de princesas, na atenção das professoras em sala de aula, nos brinquedos, capas de cadernos, livros didáticos, nos *games* infantis. Ou seja, um outro protagonista que é rodeado de privilégios. Paralelo a isso, a representação de si não corresponde ao que lhe é apresentado como bonito, heróico e adequado, a representação do (a) negro (a) está em personagens que representam o mal, ou papéis sociais de subalternidade.

A mídia contribui para um aprendizado que inferioriza a pessoa negra, “quando apresenta na maioria das vezes apenas crianças e adultos com características físicas como: cor de pele branca, olhos azuis e cabelos lisos” (TRINDAD, 2012, p.128.). Esta percepção da representação de si estar em detrimento da percepção do outro, causa na criança negra um desconforto contínuo e uma busca por aproximar-se do aceitável e belo. Esta aproximação se dá por meio de sua estética, principalmente pelo cabelo, seja por processos químicos de alisamento ou pelos pentes quentes, na busca por uma aparência mais próxima da estabelecida como padrão. “Mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste” (GOMES, 2020, p.29), assim, nesta tentativa de alcançar uma aparência similar a aparência do outro, o negro coloca-se em uma espécie de não lugar.

Para Abramowicz e Oliveira (2012, p. 52) “os negros podem ser pensados como categoria minoritária que não se refere à quantidade, mas à possibilidade de devir, ou seja, à possibilidade de fugir de ordens hegemônicas de estética, de saúde, de trabalho etc”. O que significa dizer que, muito embora pessoas negras busquem aproximar suas aparências ao padrão de beleza ocidental, o desejo de rompimento com o mesmo padrão existe e é latente.

Romper padrões, quaisquer que sejam, é um movimento extremamente complexo, falando especificamente do padrão de beleza estabelecido pela elite branca do ocidente norte, fica ainda mais nítido tal complexidade, considerando o domínio político, cultural, econômico

que este padrão estabelece e pretende perpetuar. Para alcançar este rompimento pessoas negras enfrentam conflitos internos que Gomes (2020, p 139) denomina como conflito de rejeição/aceitação da raça, onde pessoas negras “ora privilegiam a afirmação do ser negro ora expressam uma rejeição em relação a esse pertencimento ou pelo menos uma maneira ambígua de lidar com ele”. Ainda sobre esse conflito a autora destaca (2002, p.138)

O processo tenso e conflituoso de rejeição/aceitação do ser negro é construído social e historicamente e permeia a vida desse sujeito em todos os seus ciclos de desenvolvimento humano: infância, adolescência, juventude e vida adulta. A inserção e circulação do negro e da negra em outros espaços sociais podem contribuir para o repensar dessa situação, para a problematização e o enfrentamento desse conflito.

Sendo assim, o conflito supracitado acontece em grande parte em decorrência do padrão estético, que leva muitas crianças negras a terem a autoestima abalada e submeterem-se a procedimentos que alteram suas aparências e as afastam de suas ancestralidades. Porém, estes padrões embora pretenda apagar a força, a ancestralidade e a riqueza cultural que existe na estética do negro, percebe-se hoje uma mudança considerável de comportamento com relação à estética e ao pertencimento racial. Tal transformação se dá a partir de políticas públicas da área da educação, como a Lei 10.639/2003, assim como a ampliação do acesso a estudantes negros (as) nas universidades a partir da Lei de Cotas raciais; a mobilização de Movimentos Sociais e o Estatuto da Igualdade Racial que impulsionaram a participação política de pessoas negras em diversos espaços, multiplicando conhecimento, discutindo pautas importantes para a população negra, inclusive meninas e mulheres, dando visibilidade a questões antes velada pela branquitude.

#### 2.1.2.1 “Olha a nega do cabelo duro que não gosta de pentear!”

Este tópico traz como título o trecho de um clássico da música baiana, de autoria de Luiz Caldas e Paulino Camafeu, sucesso na Bahia no final dos anos 1980, para chamar a atenção para os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD

Contínua <sup>24</sup>que, em 2018, demonstravam que na Bahia 81,1% da população eram pretos e pardos - o que torna ainda mais incompreensível o sucesso estrondoso de uma obra tão carregada de estereótipos com relação a população negra, sobretudo da Mulher Negra.

Diante de tal incompreensão, questionei-me: Como um país como o Brasil, que possui a maior parte da sua população declaradamente negra, consagra uma música que ridiculariza e consequentemente inferioriza a estética da Mulher Negra? Corroborando com Gomes (2020) quando afirma que no Brasil, as relações raciais expressam o conflito de aceitação/rejeição, que passa necessariamente, pelo corpo, incluindo assim os diversos sinais diacríticos e entre eles o cabelo, é perceptível que a pessoa negra vivencie um conflito identitário que busca por aceitação, ao mesmo tempo em que rejeita a sua imagem.

Deste modo, pode-se pensar que o fato da música cantada por Luiz Caldas que transforma a Mulher Negra em uma figura caricaturada, ridicularizada e desumanizada, reforça o racismo vivenciado pela Mulher Negra, pois “o cabelo do negro visto como “ruim” é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito” (GOMES, 2020, p.29). Assim, ao trazer nos versos da música a representação da Mulher Negra como alguém quem não penteia seus cabelos, quem é desleixada, o cantor traz à impressão de sujeira e feiura, logo, a mensagem é que a mesma é feia e suja, excluindo-a da imagem ideal de uma mulher bela, vaidosa e limpa.

Esse movimento de desqualificar o outro para deixá-lo à margem do que seria aceito socialmente, de acordo com Bento (2002, p. 05) trata-se de uma exclusão moral, que para ser praticada precisa da “desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano”. Assim, a pessoa negra e a sua estética, sobretudo o cabelo e a cor da pele, são colocados no lugar de inferioridade, com relação à imagem idealizada e eleita como moralmente aceitável e adequada.

A autora Grada Kilomba (2019, p.1255), em seu livro *Memórias da Plantação*, argumenta que “a preocupação das pessoas brancas com a higiene da mulher negra revela por um lado o desejo branco de controlar o corpo negro”. Esse controle transcende a insistência pela limpeza corporal e procura determinar o lugar da pessoa negra, principalmente as meninas e mulheres e limitar sua circulação em espaços de poder e do saber.

Experiências de controle dos corpos de crianças negras são cotidianas e podem ser observados nos mais diversos espaços: escolas, comunidades, igrejas e até mesmo dentro dos

---

<sup>24</sup><https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em 13 de dezembro 2022

lares, pois conta com a colaboração da mídia e dos recursos audiovisuais para disseminarem a visão racista com relação ao lugar da pessoa negra, lugar de subalternidade e inferioridade, afinal, “é no campo das linguagens e nos seus desdobramentos que [...] significativas imagens de controle que são organizadas” (ANJOS e BUENOS, 2021, p. 362).

Assim, pode-se imaginar que os estereótipos encontrados na música de Luiz Caldas aliam-se à imagem de controle disseminada de que a pessoa negra tem lugar reservado em determinados espaços onde se limitam à subalternidade. As experiências com o cabelo crespo surgem como parte importante da identidade negra, sendo “visto como um sinal diacrítico que imprime a marca da negritude no corpo” (GOMES, 2020, p. 33), portanto, a busca por reconhecimento da beleza e do valor dos cabelos crespos da criança negra para a sua identidade, não apenas tem conotação estética, mas principalmente, política.

Dito isto, é fácil afirmar que a criança negra de cabelo crespo ao adentrar o ambiente escolar, da Educação Infantil ao Ensino Médio, lida diariamente com conflitos advindos da relação estética e padrão de beleza. As representações do negro nos livros didáticos, nos materiais paradidáticos e midiáticos utilizados em sala de aula, privilegiam imagens com pessoas brancas desenvolvendo papéis sociais relevantes, ao passo que pessoas negras estão sempre em condições de subalternidade, nas figuras, imagens e gravuras de seus conteúdos, na maioria das vezes.

#### 2.1.2.2 Os meios de comunicação e o racismo

Quando os meios de comunicação privilegiam imagens de pessoas brancas associando-as, na maioria das vezes, a situações e posições de prestígio social, e a imagem da pessoa negra se encontra em grande parte ligada a subalternidade, marginalidade e fealdade, abre-se uma lacuna “para se investigar o impacto social, cultural e psicológico das mensagens das mídias *residente* no fato de que os sistemas simbólicos podem trazer no seu âmago as ideologias dos grupos dominantes,” (Acevedo; Nohara; Ramusk, 2010, p.60, adequação minha). No caso do Brasil, o branqueamento e o mito da democracia racial fazem parte desse repertório, assim como a ideia de superioridade do grupo étnico branco.

Para Rosemberg (2012, p. 31) “no plano simbólico, o racismo opera via expressão aberta, latente ou velada, de preconceito racial considerando o grupo social negro como inferior ao

branco”. Esta ideia é reproduzida pelos meios de comunicação de diversas maneiras, com programação direcionada a todas as faixas etárias, inclusive às crianças. Com isso, por meio de um contato contínuo com conteúdos dessa natureza, legitimando tais ideologias, começa-se a alimentar uma convicção inferiorizante do negro.

Desta forma, o papel dos sistemas de comunicação, principalmente os meios de comunicação em massa como a televisão, contribuem para construção, do que Munanga (2008) chama de imaginário e representações coletivas negativas, com relação aos grupos étnicos que não o branco, situando-os como sujeitos menos capazes, possuidores de beleza, inteligência e controle emocional. “Considero que esse imaginário e essas representações, em parte situados no inconsciente coletivo, possuem uma dimensão afetiva e emocional, dimensão onde brotam e são cultivadas as crenças, os estereótipos e os valores que codificam as atitudes.” (MUNANGA, 2008, 15).

Assim, a construção da falsa ideia de o negro inferior ser ao branco é disseminada, não como algo aleatório, mas, trata-se, segundo Silva (2008, p. 22) de “um estereotipo criado para justificar a exclusão no processo produtivo pós-escravidão e ainda na atualidade”. Um enredo pensado para manter o negro realmente em posições sociais, políticas, históricas, culturais e econômicas inferiorizadas. Sant’ana (2008, p.38), no artigo História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados, destaca que o racismo não surgiu de repente e que é “fruto de um longo processo de amadurecimento, objetivando usar a mão de obra barata por meio da exploração dos povos colonizados. Exploração que gerava riqueza e poder, sem nenhum custo extra para o branco colonizador e opressor”.

Dito isto, é perceptível que a intencionalidade dos meios de comunicação em apagar/diminuir a imagem positiva do negro é a mesma: em manter privilégios e aumentar riqueza e poder do branco. Os meios de comunicação mais utilizados na escola são os livros didáticos e paradidáticos, principalmente em escolas da rede pública, nos quais

a presença de estereótipos nos materiais pedagógicos, e especificamente nos livros didáticos, pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a autorrejeição e a baixa autoestima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado. (SILVA, 2008, p. 20).

Este sentimento de rejeitar-se é o resultado de um processo contínuo e violento de desvalorização da estética, cultura, religião, história do grupo negro, pois conforme Gomes (2020, p. 138) “o processo tenso e conflituoso de rejeição/aceitação do ser negro é construído social e historicamente e permeia a vida desse sujeito em todos os seus ciclos de desenvolvimento humano: infância, adolescência, juventude e vida adulta”, sendo assim, o desenvolvimento do sentimento de rejeição por si mesmo faz parte de um sistema de defesa inconsciente da pessoa negra. Concordando com essa afirmativa, a Fanon, (2008, p. 66) diz que “há no homem de cor uma tentativa de fugir à sua individualidade, de aniquilar seu estar-aqui.”. Essa auto rejeição é expressa quando a pessoa negra tenta igualar-se estética, social e culturalmente ao grupo branco, rejeitando seus traços, modos de ser e estar no mundo e introjetando a cultura, intervindo na aparência, como tentativa de aproximar-se ao grupo étnico a qual não pertence.

Assim, faz-se importante perceber que meios de comunicação, entre eles os livros didáticos utilizados por crianças e adolescentes diariamente em salas de aula, carregam em seus conteúdos além das disciplinas propostas, uma idealização de sociedade a qual se tem um legítimo padrão de comportamento, estética e cultura que invisibiliza e/ou inferioriza grupos étnicos da sociedade que não o branco.

Atualmente, observa-se um aumento da participação de pessoas negras na programação televisiva aberta, como apresentadores de jornais, programas de entretenimento, protagonistas de novelas, filmes nacionais e internacionais com heróis pretos, inclusive um filme com uma heroína preta, lançado no ano de 2022, livros infanto-juvenil com histórias de famílias negras retratadas de maneira positiva, assim como também a participação em propagandas e anúncios de produtos de marcas conceituadas nacionalmente. Não se pode negar que esses são avanços significativos, que propõe uma mudança na maneira como o negro é representado.

A representação social do negro, baseada, em grande parte, no senso comum, está sofrendo uma transformação, a partir de outras visões de realidade e de solicitações de ordem econômica, política, moral e social. (Silva, 2011). Para a autora, essa transformação acontece quando a representação social é contestada pela realidade, o negro ao ocupar espaços de poder, contesta a imagem de incapaz a qual lhe foi imputada.

Nesse sentido, transformar as representações sociais significa transformar os processos de formação de conduta em relação ao outro representado, bem como as relações com esse outro, porque na medida em que essas representações não apresentarem objetos de recalque e inferiorização desse

outro, a percepção inicial e o conceito resultante dessa percepção, em nossa consciência, terá grande aproximação com o real. (SILVA, 2011, p.31)

Assim, os meios de comunicação tem uma importante função política na quebra de paradigmas. O acesso de pessoas pretas e pardas a espaços de liderança e poder, assim como a valorização da sua imagem e fenótipo, é fundamental para desconstruir a representação negativa do negro na sociedade. A escola e a família devem ser vigilantes a essas questões da representação social do negro desde a infância, buscando sempre referências positivas que enaltece a história, cultura e estética do povo negro, para que as crianças cresçam conscientes da importância, da riqueza e da beleza de suas origens africanas.

Portanto, o tema da oficina 2 foi Cabelo crespo e a estética negra na escola foi pensado para trabalhar a valorização dos fenótipos da pessoa negra. A estética da pessoa negra é um ponto importante a se trabalhar, pois é a partir do corpo negro e todas as suas características que o racismo investe toda a sua perversidade. São os traços corpóreos os alvos principais de discriminação, preconceito e exclusão. Para Silva Junior (2012, p. 31) “é no corpo que o racismo ganha concretude e visibilidade na Educação Infantil”.

Para realizar esta oficina, anteriormente foi solicitado que as mulheres participantes levassem para o encontro fotografias suas antigas, da infância ou da juventude, e fotografias atuais, para que pudéssemos discutir a respeito de suas imagens, as mudanças ocasionadas pelos fatores tempo, moda e sociedade, Eu levei recortes de revistas antigas e atuais para incitar a discussão acerca da estética negra.

Essa oficina teve o intuito de direcionar o olhar das mulheres à estética da pessoa negra como fator primordial para a construção da identidade racial desde a infância, sendo um ponto essencial de discussão para a escola e para a família. Os momentos da oficina, Cabelo crespo e a estética negra na escola, foram os seguintes

- 1º momento: Apresentação – dei início à oficina conversando a respeito da estética negra, sobretudo o cabelo. Ressaltei as mudanças que vem acontecendo em torno da estética negra em vários setores da sociedade como a indústria de cosméticos e a mídia, resultado de ações afirmativas e políticas públicas que ressoam em diversos setores da sociedade de maneira direta ou indireta. Duração: 10 a 15 minutos
- 2º momento: Iniciei este momento pedindo que as mulheres apresentassem suas fotos e contassem a história das mesmas, (quando, onde e ocasião) dizendo como

se sentiam com relação a sua imagem na época em que as fotos foram tiradas. As fotos foram anexadas em um painel subdividido em dois: em um lado as fotos antigas com o título Eu fui assim: e do outro, as fotos recentes com o título Eu estou assim. Quando todas apresentaram e anexaram suas fotos, conversamos a respeito das transformações ocorridas no intervalo de tempo entre as fotos.

Duração 20 minutos

- 3º momento: discutimos a respeito da valorização da beleza negra, o uso dos cabelos naturais sem química, o uso de tranças, de acessórios como turbantes, e como essas transformações na estética é um movimento de transformação de modos de ver, pensar e agir no mundo contemporâneo. Foi apresentado o vídeo “Turbantes ressaltam a beleza e a identidade negra” (duração 4:06 minutos) para fomentar a discussão. Para você o que significa a sua estética? E a estética do (a) seu (a) filho (a)? Você se preocupa em transmitir modos de cuidar dos cabelos e da beleza como um todo a eles (as)? Como seus (as) filhos (as) lidam com o fator estética na escola? E na escola que seu filho estuda o fator estética da pessoa negra é valorizado? Duração: 30 minutos
- 4º momento: Esta oficina contou com a participação de uma convidada especial Giselle Sá Teles de Souza Amorim, pedagoga, funcionária pública, irmã da pesquisadora, para falar um pouco sobre beleza negra, ensinar e realizar amarrações de turbantes nas colaboradoras da pesquisa. A convidada irá realizar amarrações de turbantes nas mulheres participantes. Duração: 30 minutos.
- **Recursos:** Pen drive, notebook, projetor, papel madeira, fita adesiva, tecidos, espelho.

### 2.1.3 Oficina 3: Racismo na infância

Neste estudo embora as crianças não sejam sujeitos diretos da pesquisa, as implicações relativas à sua educação foram requisitadas, portanto, procurarei perceber a criança negra a partir do aporte da sociologia da infância em que considera a criança ator da própria história produtor de cultura. Para Kramer (1999), as crianças constituem-se como seres sociais,

possuem uma história e pertencem a uma classe social, ocupam um espaço geográfico e são valorizadas de acordo com os padrões do contexto familiar e sua inserção nesse contexto. “A socialização deve ser entendida como um processo de construção de conhecimento da sociedade, no qual todos os saberes dão suporte para o indivíduo se relacionar com a sociedade e, a partir daí, nela se situar”. (BRITO, 2013, p. 80) Neste sentido, é a partir da constituição no ambiente familiar que a criança produz experiências e conhecimentos sociais.

A sociologia da infância surgiu em terras brasileiras segundo Abramowicz e Oliveira (2012, p. 49) “a partir da confluência entre os pedagogos e os sociólogos, prioritariamente”. No entanto para as autoras, o Brasil aproveitou o movimento europeu e americano de construção do novo campo de conhecimento

Para propor uma sociologia da infância brasileira que precisa ser pensada a partir dos aportes étnico-raciais, de gênero sexualidade e de classe social, pois a exigência epistemológica de pensar a criança e sua infância como construção social, exige estes recortes, sem a qual ficaremos em pressupostos genéricos, universais e colonialistas. (ABRAMOWICZ, OLIVEIRA, 2012, p. 49)

Deste modo, as autoras nos diz que estudar sobre a infância no Brasil, passa por estudar as relações étnicas raciais estabelecidas na sociedade em diversos espaços, na escola, no parque, na igreja ou na vizinhança. É preciso considerar o universo diverso de ser criança e viver a infância no Brasil. A infância da criança branca, pobre ou rica, é diferente da infância da criança negra quilombola, da criança negra de família pobre de regiões periféricas e de crianças negras em que o núcleo familiar possui melhores condições financeiras. “Se assumirmos a diferença como algo indispensável para a compreensão das infâncias que temos, vale assinalar então, a importância dos estudos sobre raça para elucidarmos questões envolvendo infâncias específicas no Brasil e ao redor do mundo” (NUNES, 2015, p. 419).

Assim, há que se considerarem as especificidades regionais, de classe, raça, gênero, para se compreender o processo de vivenciar a infância de cada criança.

É a heterogeneidade que precisamos configurar, ou a maneira pela qual a maioria das crianças brasileiras escapa dessa estrutura social, de que maneira “habita” nesta estrutura, ou seja, como as crianças constroem e são construídas em suas infâncias. Consideramos criança e infância a partir daquilo que as diferencia. Isso quer dizer que nos processos e práticas sociais

que incidem e constituem as crianças, desde o início, há o recorte de gênero/sexualidade, etnia, raça e classe social produzindo diferenças. Por outro lado buscamos entender as experiências de infância que atravessam a sociedade em determinado período de determinado jeito, enquanto “devir” (ABRAMOWICZ, OLIVEIRA, 2012, p. 52).

Duarte e Oliveira (2011, p. 38) corroboram com a mesma ideia quando dizem que “independente das diferenças entre cada sociedade ou cultura, as crianças distribuem-se na estrutura social segundo a classe social, a etnia e a raça, o gênero e a cultura [...] indiscutivelmente, as condições de nascer e de crescer não são iguais para todas as crianças”. Assim sendo, estudar aspectos da vida da criança negra é falar de uma infância específica, atravessada pela raça e todas as vivências que a mesma carrega em se tratando de uma sociedade racista como a brasileira.

A pobreza é um fator importante que revela à desigualdade racial no país e, conseqüentemente, afeta a vida da população negra, inclusive das crianças. “A pobreza impacta a criança negra de maneira mais cruel e contundente do que a criança pobre e branca, já que a família negra vive com mais intensidade a desigualdade social” (ABRAMOWICZ, OLIVEIRA, 2012, p. 50).

Visto isto, dados do Relatório das desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil (2022) revelam que embora o percentual de pessoas pretas e pardas represente 56,1% da população brasileira, o acesso é desigual a bens e serviços básicos necessários ao bem-estar como saúde, educação, moradia, trabalho, etc.

Tomando como exemplo o período de novembro de 2020, quando o Brasil vivenciava a pandemia de COVID 19, e as aulas presenciais estavam suspensas, os percentuais por cor ou raça se diferem, elucidando a desigualdade entre estudantes negros e brancos. Neste levantamento, o percentual de estudantes pretos e pardos de 6 a 17 anos de idade sem aulas presenciais e sem oferta de atividades escolares chegou a 28,7%, significando 2 vezes superior ao de estudantes brancos que foi de 6,8%. Outro dado importante sobre educação foi o de que estudantes pretos e pardos também apresentaram percentuais maiores dentre os que não mantiveram a frequência diária semanal de estudo (menos de 5 dias) e que consagraram menos de 2 horas diárias às atividades escolares (IBGE, 2022).

Neste sentido Rosemberg (2012, p.31) considera que

Os recursos públicos brasileiros não são igualmente distribuídos para pobres e não pobres e para as regiões mais ou menos pobres. Como os recursos públicos também não são igualmente distribuídos às diversas etapas da vida, crianças pequenas, crianças pequenas pobres e crianças pequenas negras (e indígenas) são intensamente discriminadas pela sociedade brasileira.

A autora argumenta que a raiz para tal desigualdade advém do período escravocrata e colonial, no qual as crianças negras eram invisibilizadas pelas políticas públicas da época. Salienta ainda que a permanência do racismo que estrutura-se na sociedade brasileira não deve ser interpretada como fruto do preconceito entre as pessoas somente, “é possível conceber ações racistas que redundam em discriminação contra negros, sem que se expressem preconceitos contra negros.” (ROSEMBERG, 2012, p. 32), como exemplos: destinar verbas insuficientes para uma educação pública de qualidade, para a saúde indígena (caso recente dos povos Yanomami<sup>25</sup> em Roraima) e quilombola, para a saúde da população negra, etc., significando que quando a ação do Estado não supre as necessidades e especificidades de determinado grupo, tratando de maneira igual os diferentes, sustenta e mantém as desigualdades raciais e sociais.

Essa ideia corrobora Mbembe (2015, p. 128) quando analisa a relação entre política e morte, e sugere que em um sistema de exceção “a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado.” (MBEMBE, 2015, p.128). Assim, a política da morte possui alvos bem definidos e, “pode-se dizer que no Brasil, a

---

<sup>25</sup> Em 2021, a região registrou quase 50% dos casos de malária do País e hoje existem cerca de 3 mil crianças com déficit nutricional, segundo Senra. “Hoje, a Terra Indígena Yanomami é palco de uma das maiores tragédias humanitárias que estão ocorrendo no Brasil. Os dois vetores principais dessa crise são o avanço do garimpo ilegal e a má gestão do distrito sanitário, que se entrelaçam e vão se realimentando”, disse. Apesar de anúncios de R\$ 200 milhões de recursos públicos aplicados em saúde indígena, as lideranças yanomami reclamam da falta de medicamentos e materiais básicos. Também denunciaram indicações políticas para o comando dos distritos sanitários. A coordenadora da comissão externa, deputada Joenia Wapichana (Rede-RR), já cobrou informações oficiais ao Tribunal de Contas da União e pretende pedir ao Supremo Tribunal Federal que determine providências ao Poder Executivo no âmbito de uma ação judicial (ADPF 709) já em curso. “Realmente é uma crise humanitária. Nada justifica não ter remédio para vermes e questões básicas. É uma responsabilidade que tem de ser apurada. Uma vez que não tem uma providência enérgica para retirar garimpeiros, tem que se dar resposta para essa questão da saúde. Isso é mais do que urgente”, reclamou. Fonte: Agência Câmara de Notícias Reportagem - José Carlos Oliveira Edição - Ana Chalub Acesso em: 14 de Julho de 2022.

necropolítica se apresenta de maneira sólida e permanente quando diz respeito a espaços marginalizados e corpos subalternizados” (OLIVEIRA, 2020, p. 51).

Além de os índices de pobreza ser mais intensos entre crianças do que entre adultos, os indicadores decorrentes de políticas sociais (mortalidade, nutrição, educação) mostram desigualdades entre as idades e para os diferentes estratos econômicos da família, sua localização rural e urbana e pertença étnico-racial; piores indicadores para crianças menores, provenientes de zona rural, negras e indígenas, vivendo em famílias com menores rendimentos. (ROSEMBERG, 2012, p. 20)

Desta forma, políticas públicas, voltadas para melhorar a qualidade de vida de crianças negras e suas infâncias, são instrumentos no combate ao racismo, assim como um pressuposto para construção da identidade racial desde esta fase da vida. Para Bento (2012, p. 98), “identidade racial é entendida como direito e como condição imprescindível para assegurar saúde, bem estar e desenvolvimento pleno de todas as crianças, em particular das negras, e como base imprescindível para uma sociedade que se propaga como igualitária”.

Diante disto, considera-se que construir identidade não é um processo simples. Leva-se tempo para ter noção exata de quem se é. Na infância, especificamente quando adentra a educação formal, esse movimento de construção e constituição da identidade inicia a partir da socialização com o grupo, ou seja, nas trocas simbólicas com a diferença que a identidade se constitui.

Para Silva (2014, p, 76), “identidade e diferença são criações sociais e culturais”. Ou seja, são frutos da convivência humana, ambos produzidos a partir da comunicação, dos símbolos e das representações. A identidade, segundo Silva (2014) é um processo intimamente atrelado à criação humana, que se constitui por meio de trocas simbólicas e afirma-se a partir da demarcação das fronteiras, distinguindo o que fica dentro e o que fica fora, aquele que pertence ao grupo daquele que não pertence. Assim, aquele que não pertence, torna-se diferente. O diferente, aquele tido como o outro, torna-se tal, por meio da relação de poder que se estabelece entre identidade e diferença, que distingue, demarca e classifica. Assim, quando se privilegia hegemonicamente um grupo, está nitidamente determinando papéis sociais.

Nosso “eu” é produto de muitos outros que o constituem. Esses “outros” nos primeiros anos de vida, com frequência são a mãe, o pai, a professora ou

outros adultos que cuidam diretamente da criança. Por meio do olhar, do toque, da voz, dos gestos desse outro, a criança vai tomando consciência de seu corpo, do valor atribuído a ele e ao corpo dos coetâneos, e construindo sua autoimagem, seu autoconceito. Assim podemos concluir que o estagio em que está o adulto no que diz respeito a sua identidade racial e sua percepção sobre diferenças raciais, é elemento importante no cuidado com a criança. (BENTO, 2012, p. 112).

O que Bento (2012) nos diz é que a identidade racial da pessoa adulta, responsável ou cuidadora da criança, é um elemento importante também para constituir a identidade racial da criança. Um (a) adulto (a) negro (a) que não se sente bem com a sua própria imagem, cultura e modo de ser e estar no mundo, não consegue reproduzir elementos positivos com relação a questões raciais para as crianças negras a seu redor.

A autora ratifica que “identificar-se é conviver, interagir e também poder separar-se do outro, diferenciar-se, constituir-se em suas singularidades”. Lembra que as heranças, o acúmulo coletivo, o aprendizado de hoje formam um amalgama, diferente para cada sujeito a interagir com aspectos muito particulares que trazemos em nosso aparelho psíquico. (BENTO, 2012). O que significa dizer que a família, a escola e a comunidade possuem responsabilidades em oferecer referências positivas para a constituição da identidade racial das crianças negras.

A oficina Racismo na infância objetivou aprofundar um pouco mais nas discussões a respeito do racismo que, segundo Cavalleiro (2007, p. 98) “não há como negar que o preconceito e a discriminação constituem um problema que afeta em maior grau a criança negra, visto que ela sofre direta e cotidianamente, maus tratos, agressões e injustiças, que afetam a sua infância e comprometem todo o seu desenvolvimento”. Para tratarmos esse tema utilizei o vídeo “Racismo na infância, uma forma de maus tratos”, produzido pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT<sup>26</sup>, que trata do racismo na infância como uma violência que acomete crianças negras afetando suas vidas até a fase adulta. O filme aborda o racismo no ambiente escolar, a partir de práticas e comportamentos tanto de professores e gestão quanto de colegas e até familiares. O vídeo trata ainda do papel da família e da busca por direitos.

---

<sup>26</sup> RACISMO NA INFANCIA UMA FORMA DE MAUS TRATOS. Direção: Joel Zito Araújo, Produção Casa de Criação Cinema e Artes Ltda, Brasil, CEERT, 2015

A escola atua de maneira a realizar uma inclusão diferenciada das crianças. Ou seja, inclui a todas e as diferencia. Isto significa dizer que o racismo é uma forma de governo, no sentido foucautiano do termo. Os indicadores estatísticos brasileiros mostram que quase a totalidade das crianças está na escola, no entanto os trabalhos e as pesquisas sobre o cotidiano escolar mostram que essa inclusão é diferenciada. Isso leva a supor que as crianças nessa faixa etária já conseguem apresentar uma percepção das diferenças raciais podendo, a partir dessa idade, começar a cristalizar determinadas atitudes com sentido preconceituoso em relação aos que diferem de suas características físicas, evidenciando a necessidade de se iniciar uma intervenção pedagógica que vise a destituição desse tipo de atitude em relação aos colegas (ABRAMOWICZ, OLIVEIRA, p. 56, 2012).

A oficina tocou em pontos específicos sobre a violência que é o racismo, com o intuito de ouvir das mulheres participantes seus posicionamentos perante o racismo na infância. Assim, tivemos os seguintes momentos:

- 1º momento – Apresentação – iniciei a oficina falando de como o racismo é violento também na infância, apontando as consequências do racismo no desenvolvimento das crianças na escola, trazendo dados oficiais e estudo já realizado na cidade de Bom Jesus da Lapa. Nesta oficina falei ainda sobre a importância de ter consciência de que racismo é crime assim como dos direitos e dos acessos a eles, quando se sofre situações racistas, seja na escola ou fora dela. Duração 15 minutos.
- 2º momento – Exibição do vídeo – eu exibi o vídeo, citado acima, produzido pelo CEERT que traz relatos baseados em histórias reais que aconteceram em ambiente escolar com crianças. Estas histórias possuem carga emocional densa que força uma reflexão mais profunda a respeito da necessidade de se combater o racismo com veemência. Aborda violência policial; Práticas racistas na escola; racismo e estética da criança/adolescente negra; família e combate ao racismo. Duração 15:05 minutos
- 3º momento – Discussão – o momento da discussão do tema foi envolto por questões relativas à violência cotidiana a qual a criança negra é exposta cotidianamente, seja na escola, na comunidade ou até mesmo em ambiente familiar. Sendo assim, parti de questionamentos sobre as impressões a respeito do vídeo, para em seguida indagar sobre experiências racistas na própria infância: Na sua infância você se recorda de ter sofrido racismo? Já viveram alguma situação parecida com as relatadas no vídeo? Na família de vocês, quando crianças, se

falava sobre racismo? Na sua família hoje se conversa sobre racismo com as crianças? Diante de situações como essas, qual a melhor maneira da família agir? No vídeo um dos relatos conta a história de uma família em que a avó denunciou o racismo sofrido por sua neta dentro da escola, além de denunciar à escola onde mais a família pode denunciar? Vocês sabem a quem recorrer em casos de racismo? O que é preciso fazer para combater o racismo na escola? Duração: 45 minutos.

- Recursos: Pen drive, notebook, projetor.

#### 2.1.4 Oficina 4: Família e criança negra

A função da família em positivar a identidade racial do (a) filho (a) não branco (a) na sociedade brasileira vai além de possibilitar à criança negra referências para construção da sua autoimagem. A família da criança negra tem o papel de “preparar os novos membros para a vida social considerando o caráter multiétnico da população, o pertencimento a um grupo específico e ainda, o racismo secular que impera na sociedade” (CAVALLEIRO, 2007, p. 97).

Deste modo, a educação dos (as) filhos (as) das famílias negras, fora do ambiente escolar, exige uma atenção específica das mesmas às questões relativas à raça desde a primeira etapa da Educação Básica, pois segundo os pesquisadores Silva Junior e Dias (2011, p. 20) desde a educação infantil, as crianças percebem as diferenças e semelhanças entre os participantes de seu grupo, reconhecem “as próprias características e potencialidade e dependendo dos recursos afetivos e sociais que lhe forem oferecidos, esse processo pode ser mais positivo ou mais negativo para a constituição de sua identidade”.

A socialização da criança “é um processo social de exercício de poder e saber” (ABRAMOWICZ E OLIVEIRA, 2012, p. 50), exercida primeiramente pela família e posteriormente, pela escola. A partir de então, a criança dá início a construção da sua própria identidade, o que significa dizer, que é por meio da convivência com o outro que se constitui o eu. Essa interação da criança com o meio, a troca de experiências, de saberes, de compreensão de mundo, é significativa para a formação da identidade, por revelar similaridades e diferenças entre as pessoas.

A maneira como as famílias negras e brancas preparam suas crianças para a socialização fora do ambiente familiar, variam de acordo com as próprias vivências. Estudando uma pesquisa realizada por Godoy, Bento (2012) percebeu que “famílias brancas não identificaram preconceito no universo mais próximo, enquanto as famílias negras descreveram ações preconceituosas em razão da cor, da origem social e da opção religiosa. Esse, por si só, já é um grande desafio para os pais e para as crianças negras” (Bento, 2012, p.104, apud Godoy 1996). Essa citação deixa evidente que famílias brancas não convivem com situações preconceituosas e discriminatórias em seu cotidiano, ao contrário das famílias negras que lidam cotidianamente com situações concretas, olhares discriminatórios, gestos de desconfiança dentre outros comportamentos deflagrantes que denunciam o racismo.

É importante salientar que o fortalecimento da cultura no seio familiar é valioso no sentido de manter viva a memória dos antepassados e a história a qual a família está atrelada. “É conhecendo, respeitando e adotando as raízes africanas, tendo elas em conta, que mulheres e homens negros se fortalecem para entrar em diálogo com pessoas de outras raízes étnico-raciais e, com essas, construir uma sociedade definitivamente democrática”. (SILVA, 2015, p. 166). A cultura deve ser preservada e a partir dela se perpetuar valores, modos de ser e agir no mundo, que são passados de pai para filho de geração em geração.

A criança aprende valores, sentimentos e expectativas de posição, por intermédio de cada membro de sua família e de outras pessoas com que convive. É preciso considerar que a família exerce, desde muito cedo, grande influência na transmissão de valores e crenças a respeito dos grupos raciais (BRITO, 2013, p. 80)

Deste modo, acredita-se que pessoas que conhecem, respeitam e valorizam a própria história e a própria cultura possuem uma estreita relação consigo mesma. Segundo Gomes (2014), no Brasil é indiscutível a presença e a influência direta de elementos culturais africanos que se reconfiguraram em nosso contexto histórico, social e cultural. “É também notório como tal movimento intercontinental, intercultural e interétnico permeia a vida, os modos de ser, os conhecimentos, as tecnologias, os costumes, a musicalidade e a corporeidade dos outros grupos étnico-raciais que conformam a nossa população” (GOMES, 2014, p. 12). Compreende-se assim, que a autoestima racial por parte de pessoas negras, educadas desde a infância a reconhecer a riqueza da afrodescendência possui ferramentas potentes na luta antirracista. Este subsídio tem bases na família.

A impossibilidade de vivenciar uma condição que foi elemento central da cultura dos nossos antepassados pode gerar um vazio, um buraco, pois memórias, traços, ainda que imprecisos, podem permanecer como falta, incomodo, semente que não pode germinar – pensando-se aqui na sementeira como parte de nos - . A sementeira carrega todas as nossas possibilidades, mas, nem sempre racionais, nem sempre inteligíveis, não necessariamente acessíveis à nossa compreensão, pode estar esse elemento fundante que é o legado de nossos antepassados com dimensões tangíveis como a história coletiva objetivada, bem como memórias carregadas de afetos, resultado de vivências muito singular de nossos antepassados, completamente ausentes da realidade atual, mas que permanecem como traço, falta. (BENTO, 2012, p. 106).

A autora fala sobre as raízes ancestrais e a potência propulsora que emana por si só. As raízes da mãe África que não nos prende, mas liberta. As vivências dos mais velhos, suas trajetórias de lutas, conhecimentos compartilhados, heranças culturais que são legados da resistência negra na vida e na escola.

Nessa perspectiva, a oficina, Família e criança negra, teve como objetivo perceber como as famílias representadas pelas mulheres participantes desse estudo viam o papel da família, especificamente família de criança negra na nossa sociedade. Para isso, utilizei o vídeo do Canal Preto “Infância preta – por uma negritude positiva”<sup>27</sup> tendo em vista compreender como as famílias lidam com a questão racial na infância de suas crianças.

A família, “além de formar as crianças para a vida em sociedade, terá que prepará-las para condições especiais, pois a criança negra terá que enfrentar desde a mais tenra idade situações de discriminação e racismo”. (GEBARA, 2014, p. 71). Para lidar com essas questões a valorização da cultura e o pertencimento racial são aliados da família, assim como a escola. “A relação entre a família e a escola deve ser extremamente estreita. A criança é única e cabe a ambas o compromisso para educa-la e cuidar dela”. (TRINDAD, 2012, p. 131).

Sendo assim a oficina Família e Criança Negra trabalhou a visão das mães a respeito da relação família escola, com os seguintes momentos:

- 1º momento – Apresentação – o tema do encontro foi apresentado, ressaltando o papel da família de criança negra no enfrentamento ao racismo. Duração 10 minutos

---

<sup>27</sup> INFÂNCIA PRETA – Por uma negritude positiva. Direção e Produção: Canal Preto, Brasil, 2022. Disponível em: <https://youtu.be/cOISPaBD7v0> – Acesso em: 10 de novembro de 2022.

- 2º momento – Exibição do vídeo Infância preta – por uma negritude positiva, que aborda a participação da família na orientação, proteção e apoio à criança no enfrentamento ao racismo. Duração 8:08.
- 3º momento – Dinâmica da bexiga discursiva – nesta dinâmica, todas sentadas em círculo receberam bexigas contendo uma pergunta relativa ao tema “família e criança negra”. A primeira a responder deveria ser a que estava com a bexiga amarela, quem leria a pergunta em voz alta e em seguida, responderia. No final de sua fala, perguntei se alguma das outras participantes desejava comentar ou complementar a fala da colega, para, em seguida, fluir a roda de conversa. E assim, a dinâmica foi repetida até que todas as participantes tivessem respondido as perguntas contidas nas bexigas. Perguntas nas bexigas: 1.Seu filho já chegou da escola reclamando da sua aparência? 2.Você já percebeu alguma fala de seu filho (a) rejeitando a sua cor ou a textura do seu cabelo? 3 Seu filho já relatou alguma situação de racismo vivida por algum colega ou com ele mesmo? 4.Na escola de seu filho já trabalhou com livros de histórias em que os personagens principais são negros? 5. Nas comemorações, apresentações, desfiles ou eventos, da escola sua filha (o) já foi escolhido para fazer papel de destaque, que represente beleza, riqueza ou poder?6. Como é a semana da consciência negra na escola de sua(eu) filha(o)? . No decorrer do ano letivo é trabalhado história e cultura afro-brasileira na escola de sua (eu) filha (o)? 8. Como é o desenvolvimento da (o) sua (eu) filha (o) na escola? 9. Você já participou na escola de sua (eu) filha (o) de eventos que ressalte a história e cultura negra? 10. Como é o relacionamento de sua (eu) filha (o) com os colegas e professoras (es)?
- 4º momento: foram distribuídas folhas de papel em branco e lápis de cor para que as mulheres representassem em forma de desenho a sua família, identificando cada membro.
- Recursos: Bexigas coloridas, papel ofício, lápis de cor, lápis, canetas, pen drive, notebook, projetor.

### 2.1.5 Oficina 5: Mãe de criança negra

A quinta oficina “Mãe de criança negra” teve como objetivo perceber como as mulheres participantes da pesquisa vivem a maternidade sendo mães de crianças pretas, a percepção das mesmas quanto as questões raciais na criação de seus filhos, como as mesmas acompanham a vida escolar de seus filhos e como avaliam e atuam frente ao racismo vivenciado por seus filhos e filhas. É importante salientar as mudanças ocorridas a respeito do papel social da mulher na sociedade, e nesse sentido Gebara (2014, p. 50) ressalta que

entre as mudanças consideradas significativas pelos estudos sociológicos efetuados durante o século XX, sobretudo a partir da sua segunda metade, estão as ocorridas nas situações das mulheres e as relacionadas com a família.[...]. Apesar de as mulheres das diferentes camadas sociais, nas últimas décadas, terem aumentado consideravelmente a sua participação no mercado de trabalho, seus papéis de mãe e esposa em pouco foram alterados. A dupla ou tripla jornada de trabalho que também se verifica em outros grupos sociais-estudantes, crianças e idosos, por exemplo -, no caso das mulheres, ocorre durante praticamente toda a vida. A situação não é idêntica para todas elas, uma vez que há importantes diferenças decorrentes das condições socioeconômicas.

Vale a ressalva de que as mudanças mencionadas pela autora no decorrer do século XX, foram pensadas de maneira generalizada, ponderando o grupo mulheres como uniforme e homogêneo, deixando de considerar a existência das mulheres negras, indígenas, ciganas e suas especificidades com relação não apenas ao gênero, mas também raça e classe social. Sendo assim, na oficina, as mães participantes da pesquisa puderam, a partir de suas falas, expor suas posturas diante de situações que envolvam seus filhos no cotidiano escolar e nos diversos espaços por eles (elas) frequentados.

Para alcançar essas respostas, utilizei a música de Emicida “Mãe” em que retrata a relação de mãe e filho pretos na periferia da cidade. A música conta a história de uma família liderada pela mãe trabalhadora doméstica, que educa os filhos em uma comunidade, enfrentando dificuldades e sendo presença constante na vida do filho a partir de ensinamentos que o acompanham a vida inteira. As etapas dessa oficina foram:

- 1º momento – Apresentação – iniciei o tema falando a respeito da figura da mãe na construção da autoconfiança e da autoestima da criança. O papel muitas vezes de

protagonista na educação dos filhos, aquela que cobra, que participa da vida escolar, que corre atrás de direitos dos filhos e a que está atenta a todas as questões que envolvem seus filhos. Faleis ainda a respeito dos direitos das crianças e adolescentes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, ressaltando os cinco direitos fundamentais: I - Direito à Vida e à Saúde; II – Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade; III – Direito à Convivência Familiar e Comunitária; IV – Direito à Educação, Cultura, Esporte e Lazer; V – Direito à Profissionalização e Proteção no Trabalho.

- 2º momento – Exibição do vídeo clipe “Mãe” do cantor Emicida.
- 3º momento – neste momento fomentei a discussão utilizando algumas charges (apresentadas mais abaixo), através nas quais as mulheres participantes foram questionadas sobre qual direito e/ou violação de direitos da criança e adolescente previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a charge tratava.
- 4º momento: Discussão – este momento foi dedicado à discussão com as seguintes questões: Sobre quais dos direitos seus filhos tem acesso? Quais elas já tiveram que reivindicar? Se participam de grupos de pais e mães? Se participam de conselhos? Se discutem questões raciais em reuniões escolares? Onde elas acessam informações sobre direitos? Se já participaram de reuniões/ eventos sobre a questão racial?
- Recursos: pen drive, notebook, projetor, charges impressas.

#### CHARGE 1



## CHARGE 2



Fonte: <http://www.juniao.com.br/dona-isaura/> Acesso em: jan/2023

## CHARGE 3



Fonte: <https://blogdoaftm.com.br/charge-consciencia-negra/> Acesso em: jan/2023

## CHARGE 4



Fonte: <https://w20.b2m.cz/post/charge-sobre-racismo-com-interpretacao.html> – Acesso em: jan/2023

## CHARGE 5



Fonte: <http://www.seguara.com.br/2012/10/feliz-dia-das-criancas-charge-de-zambi.html> – Acesso em: jan/2023

## 2.1.6 Oficina 6: Autorretrato

A sexta oficina foi voltada para uma autoanálise das mulheres participantes da pesquisa, acerca de como elas interpretam o papel social e político que exercem no seio da família, sua

atuação nos diversos espaços em que ocupam, como se veem enquanto mulheres negras e como interpretam a influência que tem na vida dos filhos (as).

É importante pontuar que as mulheres negras trabalham e são responsáveis por famílias monoparentais desde a Escravidão, sendo o fenômeno da participação feminina no mercado de trabalho e a formação de famílias monoparentais uma realidade para brancos e negros pobres. (GEBARA, 2014, P. 51)

Assim, a oficina se estruturou nos seguintes momentos:

- 1º momento – apresentação – eu iniciei a oficina falando sobre a força das mulheres negras, a beleza, a potência e o protagonismo. Esta oficina foi dedicada ao reconhecimento da importância das mulheres negras na sociedade, a importância de cada uma na construção da sua família e buscou exaltar a essência de ser mulher negra.
- 2º momento – exibição do videoclipe da música de Nara Couto – “linda e preta” que fala sobre a beleza da mulher preta, não apenas a beleza estética, mas a beleza que vem da sua essência, da sua força, da sua presença.
- 3º momento – dinâmica do espelho – em uma caixa de sapato customizada foi colado um espelho em seu interior. Eu apresentei “a caixa da participante secreta”, que foi repassada a cada uma das mulheres presentes. Sentadas em círculo, uma por vez recebeu a caixa para olhar em seu interior e descrever a pessoa que elas viam, sem deixar que as outras soubessem que estavam vendo a si mesmas no espelho. Eu perguntava a cada uma que recebia a caixa: Você conhece essa pessoa? Diga-nos o que você pensa sobre essa pessoa? O que você sabe da vida dessa pessoa? Quais as melhores qualidades dela em sua opinião? Diga-nos o que essa pessoa significa para você? Deixe uma mensagem para essa pessoa.
- 4º momento – neste momento enfatizei que a dinâmica teve o intuito de fazê-las perceber a beleza que existe em cada uma delas, a força que existe nelas, o papel importante que exercem na família. Foi também um momento de escuta. As participantes falaram sobre como foi a dinâmica, se sentiram dificuldade de falar de si mesma e se gostaram da experiência. Em seguida elas fizeram um autorretrato para colar em um painel com o mesmo nome da oficina. Antes da

colagem, cada uma apresentando seu autorretrato e comentava a respeito do mesmo.

- 5º momento – encerraremos ao som da música Dona de mim da cantora Iza.
- Recursos: pen drive, notebook, projetor; caixa de calçado customizada, espelho, barbante, cola branca, folha papel ofício.

### 2.1.7 Oficina 7: Colcha de retalhos

A nossa última oficina foi uma retomada de todas as oficinas anteriores, na qual relembramos o que foi conversado durante todos os encontros, as impressões das participantes sobre as discussões, o que acharam relevante, o que foi apreendido sobre todo o percurso. Discutimos sobre os reflexos das trocas ocorridas durante os encontros, se houve relevância se fez sentido para elas, seguindo estes momentos:

- 1º momento – Apresentação – o momento da apresentação foi para recapitular os encontros anteriores, com o intuito de perceber o que marcou nas mulheres participantes da pesquisa, durante os encontros. Apresentei uma retrospectiva buscando, a partir das falas delas, construirmos uma colcha de retalhos com as experiências compartilhadas, os conhecimentos apreendidos e, principalmente com tudo aquilo que fez sentido para vida delas, nestes sete encontros.
- 2º momento – Confeção da colcha de retalhos – Eu distribuí quadrados de tecidos, sem estampas e em cores claras, pincéis e tintas de tecido. As mulheres participantes da pesquisa deveriam representar nesse pedaço de tecido o que aprenderam nas oficinas. A arte de cada uma deveria representar o que significou participar das oficinas e qual o sentido das discussões em suas vidas.
- 3º momento – As mulheres participantes da pesquisa explicaram o seu desenho e colamos os retalhos formando uma colcha (a princípio a colcha foi colada com cola de tecido, depois eu providenciei a costura dos retalhos).
- 4º momento – o momento de agradecimento – eu agradei a participação das mulheres colaboradoras e da equipe do CRAS, ressaltando o significado dos encontros para a pesquisa, para a minha vida.

- 5º momento – confraternização.
- Recursos: Pen drive, notebook, pinceis, tintas de tecido, retalhos de tecidos, cola de tecido.

### 3 AS MÃES DO SCFV DO CRAS JOÃO PAULO II E AS EXPERIÊNCIAS RACISTAS

As mulheres/mães do SCFV do CRAS João Paulo II são, em sua maioria mulheres pretas e pardas, que contam histórias vividas ao longo de suas vidas referentes a vivências cotidianas, seja em ambiente público (escola, trabalho) ou privado (família), de situações que envolvem questões raciais, seja com elas próprias ou com sua prole.

No desenvolver das oficinas, as mulheres/mães revelaram histórias carregadas de dor que marcaram suas trajetórias de mulher negra, mãe, trabalhadora e compartilharam seus sentimentos e reações diante de situações humilhantes, que trazem à tona lembranças desagradáveis, doloridas, mas, que ao mesmo tempo, as fazem reviver como foi lidar com tal situação, discutir com suas iguais os porquês de cada reação e a repercussão de suas ações em suas vidas. Para Hooks (2019) compartilhar experiências em um grupo de mulheres negras é um movimento educador pois, “eu preciso não me sentir isolada e saber que existem outras companheiras com experiências semelhantes. Eu aprendo com suas estratégias de resistência e com os relatos de seus erros” (HOOKS, 2019 p. 66). Ao reviver seus dramas a partir de suas falas, as mulheres/mães despertam não apenas nas outras participantes do grupo, mas nelas mesmas, um senso crítico no qual passam a analisar suas próprias reações diante do racismo vivenciado.

O cotidiano destas mulheres/mães é marcado por rotinas que combinam jornadas de trabalho remunerado, trabalho em casa, cuidados com a família, algumas ainda estudam, outras participam de grupos comunitários e religiosos, enfim, tratam-se de mulheres ativas, que lutam diariamente por condições de vida melhores – lutas que as levam a várias posições de enfrentamento, ainda que silenciosos. Assim, a própria participação em um grupo de mulheres no SCFV encaixa-se como um espaço de busca por escuta, por acolhimento e autocuidado, uma estratégia para descarregar o peso, ao mesmo tempo em que recarrega as forças.

Nos encontros do SCFV, do CRAS João Paulo II, acontecem momentos em que as mulheres participantes dividem umas com as outras informações referentes a assuntos comuns de suas vidas, compartilham anseios e criam laços construindo um sentimento de solidariedade.

As mulheres devem explorar várias formas de se comunicar umas com as outras interculturalmente para que consigam desenvolver solidariedade política. Quando as mulheres de cor lutam para aprender umas com as outras e umas sobre as outras, assumimos a responsabilidade pela construção da irmandade. (HOOKS, 2019, p. 85).

Esta irmandade, construída nos encontros do SCFV, alimenta-se de um movimento espontâneo e solidário de se importar com a outra, um movimento empático com a tribulação vivida por uma companheira de grupo, registrada em meu diário de campo<sup>28</sup>, que relatou “Eu não tenho fome por poder, mas eu tenho sede por justiça” (Diário de campo, dezembro, 2022).

Essa fala foi a introdução de uma história, compartilhada por uma participante, sobre um dia em que ela fora a escola em que sua filha estudava para defender uma colega de ofensas racistas que vinha cotidianamente sofrendo. Beatriz nos contou que as ofensas eram de conhecimento da mãe da adolescente, mas que a mesma não se envolveu na busca por soluções junto à escola, conforme seu registro: “A menina falou pra mãe e a mãe falou: - você se vira! Como uma mãe vai mandar um filho se virar? Você se vira!”.

Beatriz salientou a importância de a mãe estar presente e envolvida em todas as questões da vida das/os filhas/os, principalmente no desempenho escolar e no desenvolvimento das relações interpessoais. Na visão de Beatriz, a figura da mãe está diretamente associada ao poder e ao controle, uma vez que a participação ativa norteia as decisões e encaminhamentos na vida da sua prole.

A participação da família no desenvolvimento escolar seja na infância ou na adolescência faz total diferença, pois,

A ausência de relação entre a família e a escola impossibilita, a ambas as partes, a realização de um processo de socialização que propicie um desenvolvimento sadio. Coloca em jogo não só o mundo a ser interiorizado pela criança, mas, principalmente, o seu lugar nesse mundo, o lugar de seu grupo social e, sobretudo a sua própria existência. (CAVALLEIRO, 2007, p. 19).

---

<sup>28</sup> Nos encontros, a produção de conteúdo era, em suma, oral. Assim, as falas das participantes foram registradas em um gravador e posteriormente, transcritas por mim em meu diário de campo. Aqui no texto acadêmico, as transcrevi, respeitando os modos de fala de cada uma.

As colaboradoras da pesquisa expressaram concordar com essa ideia. Nilma, participante de 24 anos, relatou sua história vivenciada em uma escola em Goiânia quando era adolescente:

Quando fui morar em Goiânia, eu estudei em um colégio militar, era um colégio que era muito difícil arrumar vaga aí graças a Deus assim que cheguei em Goiânia na mesma semana eu consegui, só que eu desisti por causa disso, (racismo) porque eu entrei na sala era um uniforme militar igual todo mundo aqui conhece, com aquele negocio no cabelo, aí eu vi um comentário atrás: você viu como é que ela fala? Conversa com ela pra você ver como é que ela fala, você é da onde é da Bahia é? Ai eu ouvi um menino falar: - você não viu a cor da pele não? saiu queimada de sol. Aí o povo conversava só pra ver como é que eu conversava e as meninas ainda perguntava é cabelo de pranchinha né? Ai eu fui e desisti. Não aguentei fui desisti (Diário de campo, dezembro 2022).

A participante Nilma conta que quando estudou em uma escola em outra região do Brasil, os colegas a discriminava pela cor da sua pele, tipo de cabelo e sotaque. Perguntada a respeito da reação da sua família quanto a esta situação, Nilma diz que não contou nada a sua mãe nem a ninguém da sua família: - Sofri calada! (Diário de campo, dezembro, 2022).

Este comportamento de não compartilhar com a família o sofrimento causado por atos racistas sofridos no ambiente escolar, infelizmente, foi uma estratégia comum entre as participantes da pesquisa que relataram ter sofrido racismo no interior da escola, como se pode observar no diálogo de Sueli e Beatriz

-Lá na roça quando eu estudava lá na Chapada Grande (comunidade rural de Bom Jesus da Lapa), a menina me chamando de negra negrinha, olhei pra cara dela não falei nada, desisti da escola, não fui mais, eu falei tem nada não né, fazer o que? .

-Devia ter falado pra sua mãe

-Mãe!? Rum. Mãe não teve atitude, mas hoje se acontecer com filho meu eu tenho atitude, eu corro atrás. (Diário de campo, dezembro 2022).

Na pesquisa realizada por Cavalleiro (2007, p.94), a autora percebe que “algumas famílias negras justificam seu silêncio pelo das próprias crianças. O fato de elas não revelarem a existência de conflitos é sinal evidente da ausência do problema”. Mas o fato das crianças não comentarem em casa suas experiências com o racismo, pode estar ligado à

costumeira ausência desse assunto no meio familiar o que daria às crianças a ideia de que esse assunto deve ser trancafiado, escondido.

Vale a ressalva de que o sofrimento causado por tais experiências reflete no comportamento da criança, na autoestima, no desenvolvimento escolar, na socialização e interação com o meio, pois, desde muito cedo já foram submetidas a “processos de subjetivação que as levaram a concepções já tão arraigadas no nosso imaginário e na realidade social sobre o branco e o negro e, conseqüentemente sobre positivities e negatividades atribuídas a um ou outro grupo racial” (ABRAMOWICZ, OLIVEIRA, 2012, p. 56).

Conceição, mulher/mãe participante da pesquisa de 37 anos, contou como deve ser, na sua opinião, o comportamento da mãe de criança negra no dia a dia, para detectar possíveis conflitos vivenciados pelas (os) filhas (os) com relação a questão racial

Eu acho que prestar mais atenção né ao que está acontecendo a nosso redor e buscar sempre tá cuidando do que eles estão falando, né? Para não gerar um problema maior. Se a criança chegar com algum relato da escola você tem que buscar, tem que saber o que tá acontecendo para chegar à raiz do problema. Porque às vezes chega e fica aquele negócio: \_ Ah mas ela não vai falar mais não. Aí não corre atrás. Daqui a pouco já chega com outra acusação: – Ah, só indo lá! E não vai. E aí gera um problema maior né, que vai acabar que a criança não vai querer ir mais pra escola, vai querer ficar se escondendo de tudo e de todos, achando que a cor dele é um erro, que não é, muito pelo contrario. (Diário de campo, dezembro 2022)

Na visão de Conceição é importante a mãe estar atenta ao comportamento da criança, assim como tomar atitudes desde o primeiro sinal de que algo não está bem, ou seja, desde o menor indício de conflito ou desconforto da criança com relação a sua cor ou demais características fenotípicas da pessoa negra. Conceição preocupa-se com a formação da autoimagem e o desenvolvimento emocional da criança.

Porque senão a criança vai crescer achando que ela é um erro, que a cor dela é um erro que o que ela faz é errado, e não é assim. Errado é quem tá julgando ela né? A verdade é essa. (Diário de campo, dezembro 2022).

A preocupação de Conceição com relação ao emocional da criança, demonstra a sua percepção a respeito da dor e sofrimento constante causados pelo racismo. Nesse sentido,

Gomes (2020, p.146) salienta que o racismo enfatiza uma superioridade racial contribuindo para a construção da falsa ideia e crença de que é possível hierarquizar as pessoas e seus corpos. “Nessa perspectiva, o negro é visto como pertencente a uma escala inferior. Produz-se, nesse contexto, um tipo de violência que impregna a vida de suas próprias vítimas, a ponto de se constituir em representações negativas do negro sobre si mesmo e seu grupo étnico/racial”.

Conceição sentiu durante o seu período escolar, essa dor, portanto, fala de um sofrimento real, que lhe feriu e deixou marcas.

Houve uma época da minha vida em que na escola a professora falou assim que eu tinha que sentar lá pra trás porque meu cabelo atrapalhava o coleguinha de trás ver o quadro, desse jeito. Aí você senta lá pra trás porque o seu cabelo é alto e vai atrapalhar o coleguinha ver o quadro. Então isso aí assim a gente deixa passar e aí a gente fica relembando e vai se machucando. [...] chegava em casa falava: mãe faz uma trancinha assim pra não ficar muito alto. (Diário de campo, dezembro 2022).

Conceição fala de sua dor silenciosa, do constrangimento e de relevar o comportamento discriminatório e racista da professora em sala de aula. O silêncio das crianças negras, com relação a situações racistas vivenciadas em ambiente como o escolar, reflete o poder exercido pela ideia de hierarquia racial, onde a branquitude posiciona-se como superior, que surpreende e paralisa a criança negra apontada como inferior. Kilomba (2019, p.157) salienta que “o racismo é discursivo e não biológico; funciona através do discurso através de uma cadeia de palavras e imagens que se tornam associativamente equivalente”. Exemplo disso foi a professora exigir que Conceição se sentasse atrás para não atrapalhar o colega por conta de seu cabelo, tendo sua imagem associada a algo inadequado, impróprio, inconveniente. Ainda de acordo ao pensamento de Kilomba (2019, p. 157), ao expor Conceição à humilhação de ser obrigada a mudar-se de lugar por conta de seu cabelo crespo e volumoso, a professora “tem a chance de desenvolver um senso de poder e autoridade, diretamente ligado à sua degradação”, a qual Conceição não consegue contestar.

Embora a situação supracitada tenha acontecido entre uma adulta e uma criança, também acontece envolvendo apenas crianças.

Na creche que minha neta tava estudando aí ela chegou pra mim e falou bem assim: - mãe uma coleguinha na minha sala que falou que não gosta de negro você vê né seis anos a menina, eu não gosto de negro eu só gosto de branco, ah vó eu falei com ela vó que ela não podia falar assim não. Aí ela pegou e ficou com raiva de mim (Diário de campo, dezembro 2022).

Cida relatou que ficou surpresa quando sua neta lhe contou o acontecido, pois não acreditava que uma criança com pouca idade pudesse ter um comportamento tão discriminatório.

Eu falei pra ela, olha ela falou assim por causa dos pais dela, da mãe e do pai, que ela não ia tirar isso da mente dela né? Do nada para falar assim. Então ela falou aquilo porque ela viu alguém falando isso. (Diário de campo, dezembro 2022).

A explicação de Cida para sua neta ampara-se no argumento de que os pais, provavelmente, compartilham da mesma ideia, e que a menina tenha aprendido tal comportamento com os mesmos. Bento (2012, p. 103) salienta que “crianças muito novas estão ouvindo e incorporando conceitos sobre raça, a partir das conversas dos adultos que as cercam”, porém, não é a família a única responsável por transmitir às crianças tais julgamentos. Para a mesma autora, as noções de diferença e de hierarquia raciais em nossa sociedade são adquiridas ainda, “no espaço da rua, nas organizações religiosas e posteriormente, nas creches e nas escolas. Crianças brancas e negras aprendem que ser branco é uma vantagem e ser preta, uma desvantagem” (BENTO, 2012, p. 102).

As mulheres/mães participantes da pesquisa consideram a família o pilar para a criança aprender valores, essa percepção fica nítida no seguinte diálogo entre Sueli, Nilma e Conceição:

- Aí já aprende de casa, a maioria das vezes já sai de dentro de casa. Eu não sei se vocês conhecem, mas tem um versículo na bíblia que instrui o menino no caminho que ele é de andar para quando crescer não se desviará dele. Então você tem que ensinar o seu filho o certo para quando ele ficar velho ele não ir pra o caminho errado, ele seguir o certo que você ensinou. Então se você ensinou o seu filho já de casa o que é racismo ou o que não é na rua ele vai fazer o errado porque você não ensinou.

- Ou pode vir da rua também, mas aí é que tá a família, porque quando a gente vê o errado na rua e a gente pratica dentro de casa, a família tem que tá lá pra poder ensinar que aquilo é errado.
- Por isso que é bom a gente ensinar em casa, porque a vida escolar, a vida em si ela é cruel, quando a gente deixa para vida ensinar ela é cruel. (Diário de campo, dezembro 2022).

Conforme é possível observar, as mulheres/mães atribuem ao ambiente familiar a responsabilidade por transmitir e cobrar uma educação não racista e até antirracista. Bem com compreendem que é na família o lugar primeiro em que acontece a socialização da criança, onde se apreende os valores básicos de convivência social. “A família é atravessada, inteiramente, pela dimensão política, além disso, é concebida como lugar para o exercício da cidadania.” (BRITO, 2013, p. 77). Para elas é importante que a família se preocupe com os valores passados para as crianças, e salienta que filhos/as seguem o exemplo dos pais. Beatriz observa: “Como diz o ditado: casa de pai, escola de filho” (Diário de campo, dezembro, 2022).

As mulheres/mães ressaltaram em suas falas, que as crianças refletem em suas relações o tipo de educação que recebem em casa pela família, observando que cada família tem um modo de educar. Ainda que não tivessem embasamento teórico, estas mulheres compreendem na prática o significado de socialização primária. Para Gomes (1994, p. 56) a socialização primária, consiste “na transformação do homem (que ao nascer é apenas um organismo, é apenas biológico) em ser social típico: de um gênero, de uma classe, de um bairro, de uma região de um país, (e porque não de a uma raça?)”. Assim, a partir do contato social com a família, a criança recém-nascida passa a receber por meio dos cuidados e estímulos, informações de como ser e agir em seu pequeno mundo, de acordo com os padrões sociais, culturais e econômicos da sua família.

A família transmite às novas gerações especialmente à criança, desde o nascimento, padrões de comportamento, hábitos, usos, costumes, valores, atitudes, um padrão de linguagem. Enfim, maneiras de pensar de se expressar, de sentir, de agir e de reagir, que lhes são próprios, naturais, Não bastasse tudo isso, ela ainda promove a construção das bases da subjetividade, da personalidade e da identidade. Deriva disso a enorme importância da família tendo em vista a vida futura de cada criança; ela, a família, constrói os alicerces do adulto futuro. (GOMES, 1994, p. 58).

Dessa forma, as mulheres/mães, acreditam que os ensinamentos adquiridos com a família, quando imbuídos de valores positivos e antirracistas, fortalecem a autoestima da criança negra, podendo a partir da sua inserção nos grupos sociais intervir em seu meio. Como exemplo, tem-se essas observações de Conceição e Nilma:

- Ela aprendeu e passou pra outra coleguinha, não pode fazer isso com o colega! porque ela foi bem instruída dentro de casa!
- Você vê o que é ensinar dentro de casa, o meu filho ele é negro só que a pele dele é mais clara e ele viu falando não sei o que, que ele era branco, ele falou assim, eu sou é negro, então ele fala com orgulho porque ele tem consciência que a cor dele não define quem ele é então ele fala com orgulho que ele é quem ele é né, já tem o fortalecimento dentro de casa. (Diário de Campo, dezembro, 2022).

Assim, as mulheres/mães atribuem à família, ou seja, a educação adquirida no seio familiar, o fato das/os filhas/os adotarem posturas combativas diante de situações racistas. Para elas, o trauma de ter vivenciado o racismo contribui para que tenham cuidados redobrados com a educação das crianças como meio de evitar que elas passem pelas mesmas experiências. Algumas vezes, as participantes se mostraram pessimistas acerca de uma transformação social no tocante ao racismo. Em outras situações, demonstraram perceber as mudanças ocorridas desde as suas próprias infâncias.

Nesse sentido, as colaboradoras da pesquisa percebem a atuação da mídia, principalmente a televisão, como aliada à educação da nova geração, quando, por exemplo, repercute atos racistas ou com relação à representatividade. Para elas, a presença de jornalistas negras/os e artistas negras/os atuando em uma variedade de papéis sociais, contribuem para a construção positiva da imagem do negro. As mulheres/mães do SCFV concordam que as crianças ao assistirem na televisão que racismo é algo errado, absorvem essa informação - o que de certa maneira contribui para que elas adquiram a compreensão de que se trata de uma violação de direitos. Djamila, Eliane, Nilma e Conceição expõem suas opiniões nos seguintes comentários:

- hoje em dia a gente tá até mais de boa nesse lado do racismo, porque passa muito na televisão falando, então se a gente ver o que a criança assiste a gente pode ensinar algumas coisas através do que ver em filmes, quem assiste novela mesmo, tem novelas que põe pessoas negras como referencia, tem presidente, então as crianças tem uma visão até maior, melhor sobre a

cor né? Porque antigamente, antigamente negro era só escravo né, empregada domestica e vilão.

- hoje tem a Maju né no jornal nacional que as crianças já se inspira nela

- E essas inspirações mostram para as crianças que pra gente ser alguém na vida não precisa ser branco, que a cor da pele não significa o que a gente vai ser daqui pra frente né.

-É por isso que eu falo que a televisão também tá ajudando, por um lado porque falando sobre isso e a criança ver e a criança aprende não, não é certo chamar de neguinho, não é certo discriminar por causa da cor, não é certo xingar o cabelo. (Diário de campo, dezembro 2022).

Sendo assim, as mulheres/mães conseguiam identificar avanços relativos à imagem da pessoa negra representada na televisão; reconhecer algumas mudanças no que diz respeito a presença de negras e negros ao longo da programação e até atribuir contribuições pedagógicas da mesma, na educação das crianças. As participantes avaliavam positivamente o papel da mídia e reiteravam que no período de suas infâncias não tinham acesso à informação e ainda, que não possuíam referências positivas de pessoa negras. Andrade (2008, p.116) em seu artigo Construindo a autoestima da criança negra, fala que “a ausência de referências positivas na vida da criança e da família, nos meios de comunicação esgarça os fragmentos da identidade da criança negra, que lhe trás prejuízo à sua vida cotidiana”.

Apesar de as participantes interpretarem o papel da televisão como positivo, reconheciam o protagonismo da parceria família/escola no processo formativo da criança negra. Assim, atribuíam ser papel da família: educar com base na transmissão de valores e acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem e das relações interpessoais dentro e fora do ambiente escolar. Já à escola cabe oferecer o ensino das diversas áreas do conhecimento em ambiente que respeite as diferenças, sobretudo, as raciais e que promova o desenvolvimento de todas e todos sem distinção de nenhuma natureza.

#### 4 A MATERNIDADE NEGRA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA CRIANÇA NEGRA, NA PERSPECTIVA DAS MÃES DO SCFV DO CRAS JOÃO PAULO II

A Educação acontece segundo Brandão (2007, p. 7) “em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar”. Para as mulheres/mães participantes da pesquisa, a educação tem esse caráter múltiplo. Para elas, a educação abriga-se no ato de falar, de fazer, de observar produzir e reproduzir. Elas, com a sabedoria advinda das experiências nem sempre boas da vida, demonstraram perceber que a educação não acontece apenas dentro dos muros das escolas e universidades, mas no dia a dia, nos diversos espaços ocupados por homens e mulheres, adultos e crianças, ricos e pobres, brancos e pretos.

A escolarização é um meio importante de aquisição de conhecimento, socialização, desenvolvimento de habilidades e ascensão social, importância reconhecida pelas mulheres do SCFV João Paulo II, que veem na educação escolar um meio das/os filhas/os tornarem-se pessoas bem sucedidas, principalmente no mercado de trabalho. Uma mediação entre o mundo familiar e o mundo externo.

Sendo assim, para essas mulheres e mães a escola é apresentada para as crianças como o “espaço que passa a conviver com outras crianças e adultos até então desconhecidos. Por meio das interações construídas em seu cotidiano, são aprendidas novas situações que, necessariamente, passam a fazer parte de sua vida”. (TRINDAD, 2012, p. 120). E esse ambiente, é também fator decisivo para a constituição da autoestima e consciência racial da criança.

Bento (2012, p. 112) salienta que a identidade se constrói a partir do corpo e do convívio com o outro, que nos primeiros anos de vida com frequência são a mãe, o pai, a professora ou outro adulto com quem a criança convive. “Por meio do olhar, do toque, da voz, dos gestos desse outro, a criança vai tomando consciência de seu corpo, do valor atribuído a ele e ao corpo dos coetâneos e construindo sua autoimagem”. E é neste encontro com o outro que a criança negra se depara com o racismo.

As mulheres/mães colaboradoras desta pesquisa percebem que a convivência na escola com outras crianças, assim como com adultos diversos, é uma janela para as crianças notarem as diferenças e hierarquizar-las, despertando muitas vezes o desejo de serem diferentes. Foi frequente durante as oficinas que as mães relataram que suas filhas e filhos verbalizavam, em

algum momento, o desejo de aproximar suas características físicas às de pessoas brancas, sobretudo o tipo de cabelo. Luiza contou que,

Minha filha mais velha não gostava muito do cabelo dela, o cabelo dela era curtinho né ? ela usa até trança. [...] eu sei que na escola ali tem muitos que fala né? Já a outra (filha) o cabelo é mais molinho um pouquinho mas não é grande, mas sempre assim na escola sempre teve um assim sabe um preconceito, sempre teve. (Diário de campo, dezembro 2022).

O cabelo foi citado como característica principal da criança negra que no ambiente escolar atrai comentários racistas. Para as mães lidar com a insegurança, angústia e sofrimento das filhas/os com relação à aparência e textura do cabelo mostrou-se um desafio. Como nos conta Djamila sobre o questionamento da sua filha

A minha filha ela me perguntou: - Mãe porque que o meu cabelo é assim? eu falei: - Não filha seu cabelo é assim porque Deus permitiu ser assim, então você tem que aceitar como é, e você é linda do mesmo jeito. E as pessoas tem que te aceitar assim do jeito que você é e se tiver que reclamar alguma coisa reclama pra Deus, então você não tem que sentir assim. (Diário de campo, dezembro, 2022).

A mãe se vê sem muitos argumentos para convencer a sua filha de que o seu tipo de cabelo também é bonito e expressão de sua ancestralidade. Isso ocorre, muitas vezes, pois mulheres negras com cabelo crespo, como é o caso da mãe participante da pesquisa e da sua filha, são expostas, desde muito cedo, ao padrão de beleza que valoriza o cabelo liso em detrimento dos demais tipos de cabelos. Então, quanto mais se distancia do ideal de beleza tido como legítimo, maior o desconforto de quem possui texturas diferentes de cabelos.

Gomes (2020, p. 35), em seu livro *Sem perder a raiz, corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*, afirma que “o cabelo crespo na sociedade brasileira é uma linguagem e, como tal, comunica e informa sobre as relações raciais. Dessa forma, ele também pode ser pensado como um signo, uma vez que representa algo mais, algo distinto de si mesmo”. O cabelo crespo tem sentido político, quando a pessoa que o assume, rompe com o padrão estabelecido, assim como quem o submete a processos químicos de alisamentos, tem a intenção de camuflar o seu pertencimento racial.

A minha (filha) tem 7 anos, o cabelo dela é cacheado, a coisa mais linda, mas quer porque quer que passe a escova, passa prancha todo dia para ir para a escola.

Eu só tenho ela (filha) de mulher, os homens o cabelo é melhor que o dela né, o dela é crespinho, quando ela era pequena alisei, porque era muito volumoso, aí para abaixar mais né ai eu alisei, mas depois de muito tempo parei e agora é natural.

Minha menina é doida pra fazer progressiva no cabelo dela. (Diário de campo, Dezembro, 2022).

Observa-se que as crianças mencionadas nas falas das mães Conceição, Carolina e Nilma, movimentam-se para aproximar suas imagens ao padrão de beleza tido como legítimo. Sobre esse comportamento, Gomes (2020, p.141) ressalta que “pessoas negras convivem com um olhar social, construído historicamente, que os compara com o padrão estético do branco, ainda considerado o ideal.”. Ao fazer essa comparação, a sociedade brasileira constrói uma hierarquia em termos étnicos e estéticos, minimizando e desprezando os negros por considerá-los distantes do padrão ideal.

Durante a oficina ‘Estética e cabelo crespo’, as mulheres/mães levaram fotos antigas e recentes para comparar as mudanças ocorridas com relação ao cabelo e a estética das mesmas. Apesar de as fotografias terem sido solicitadas no encontro anterior, nem todas levaram suas fotografias. Algumas alegaram não terem fotos antigas, outras levaram registros nos celulares e outras afirmaram que se esqueceram.

Nas conversas, durante a oficina, foi perceptível que as mesmas preocupam-se com a aparência dos cabelos e buscam alinhar o visual ao padrão estético de beleza branco, seja fazendo uso de produtos químicos para alisamento ou recorrendo a recursos como escova ou chapinha. E ainda, relacionam a sensação de estar bem consigo mesma a um cabelo “arrumado” o que para elas significava alisado.



Figura 1 – Painel Eu fui assim, estou assim. Oficina Estética Negra e Cabelo Crespo.  
 Fonte: Acervo pessoal pesquisadora.

Na mesma oficina, houve ainda o momento de se realizar a amarração de turbantes. Após a convidada Giselle, explicar a respeito dos significados dos turbantes na cultura africana e afro-brasileira, salientando o sentido político, cultural, religioso, histórico e social do uso de turbante, uma participante evangélica ressaltou o lado religioso do uso do turbante: “agora, aqui na nossa região é muito ligado a isso mesmo, a área do candomblé” (Diário de campo, dezembro 2022).

Embora o tema religiosidade não tenha sido aprofundado, notei um desconforto nas participantes evangélicas, que não participaram do momento da amarração dos turbantes e, gentilmente, justificaram a saída antes do horário previsto para o encerramento e se despediram.

As colaboradoras não deixaram evidentes, mas a saída antes do término da oficina no momento das amarrações é um indicativo de negativa, com relação ao uso de turbantes, considerando fatores religiosos. As demais colaboradoras mostraram-se empolgadas em participar deste momento. Algumas relataram já terem participado de oficinas de turbantes em outras ocasiões, para outras era uma experiência totalmente nova.



Figura 2 - Amarração de turbantes, oficina Estética Negra e Cabelo Crespo.  
*Fonte : Acervo pessoal pesquisadora.*



Figura 3 - Amarração de turbantes oficina Estética Negra e Cabelo Crespo.  
*Fonte : Acervo pessoal pesquisadora.*

É importante ponderar que, para o negro, o estético é indissociável do político. A eficácia política desse debate está não naquilo que ele aparenta ser, mas ao que ele nos remete. A beleza negra nos leva ao enraizamento dos negros no seu grupo social e racial. Ela coloca o negro e a negra no mesmo território do branco e da branca, a saber, o da existência humana. A produção de um sentimento diante de objetos que tocam a nossa

sensibilidade faz parte da história de todos os grupos étnico/raciais e, por isso, a busca da beleza e o sentimento do belo podem ser considerados como dados universais do humano. ( GOMES, 2020, p. 145)

De fato, a estética negra é um ponto considerável quando se pretende discutir racismo, sobretudo no ambiente escolar sob a ótica de mulheres/mães negras. O que significa dizer que, valorizar a beleza negra é resgatar a ancestralidade e assumir o pertencimento racial, e estas mães/mulheres reconhecem que valorizar a beleza negra das/os filhas/os na escola faz diferença na autoestima das/os estudantes. Conceição nos conta que

No ultimo ano que minha menina estudou no Estadual, ela foi coroada a rainha negra lá no Estadual, foi muito lindo! Ela sempre gostou de participar assim nas escolas sabe? Sempre que tinha alguma exposição assim ela tava presente. ( Diário de campo, dezembro, 2022).

Na visão das colaboradoras, é fato que a escola é parceira no enfrentamento à discriminação e ao preconceito e, em alguns relatos as mães manifestam ter havido apoio quando procurou a instituição para tratar de problemas relacionados a questões raciais. Luiza compartilha a seguinte experiência:

Quando eu via assim que tinha algum coleguinha que fala sei lá né? Chamava a professora, conversava, conversava com o coleguinha porque sempre tinha, sempre tinha um coleguinha ali que já desfazia né, que igual a Taiza é mais velha, ela é bem escurinha, tinha menina assim mais branca desfazia, ela falava, eu ia lá conversava com a professora. Falava com a coleguinha né isso ai não pode. A diretora ali fazia sempre assim né quando eu falava. Mas assim, eu sempre tava ali na escola, tinha reunião eu tava, tinha alguma coisa eu tava e assim, eu sempre tava ali presente nas coisas, eu levava eu buscava quando tinha reunião eu ia, não perdia uma reunião, toda reunião que tinha eu ia, mas, o preconceito assim quando a pessoa é moreno sempre tem.( Diário de campo, dezembro, 2022).

Luiza percebe a importância de sua presença constante na escola, acompanhando, participando ativamente da educação de suas filhas. Ela sabe que sua presença é um diferencial no desenvolvimento da filha e a filha sente-se apoiada pela mãe em todo o processo de escolarização. Ela contou com satisfação as conquistas da filha “a minha menina agora, ano que vem vai fazer a faculdade, a Tais, ela trabalha na academia, tem sete alunas

né.” (Diário de campo, dezembro 2022). Luiza se mostra orgulhosa das suas filhas que ainda que tenham passado por dificuldades estão conseguindo alcançar seus objetivos

O preconceito quando a pessoa é moreno sempre tem, mas se for importar, não pode importar né? Você tem que ter aquela boa vontade de fazer uma faculdade para seguir, ou moreno ou branco, mas tem que ter né? porque senão: - eu não sou clarinho eu não vou fazer. E ficar ali, nunca né? (Diário de campo, dezembro 2022).

Inegavelmente, Luiza ensinou às suas filhas, dentro das suas possibilidades, utilizando-se dos seus conhecimentos e recursos, a não desistirem de seus sonhos, a resistirem diante de dificuldades. Esta mãe, ao transmitir segurança por meio da sua presença na vida escolar e da sua insistência em denunciar na escola o racismo sofrido por suas filhas, reitera o que Hooks (2013, p. 174) diz sobre a prática do diálogo ser “um dos meios mais simples que se possa começar a cruzar fronteiras, onde barreiras podem ser ou não erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social”. Luiza representa a imagem de uma mãe/mulher negra que está à frente da sua família, que busca por melhores condições de vida, que reconhece o racismo como uma barreira na vida de pessoas negras, que lida com a exclusão e o sentimento de inferioridade, mas que sabem que é preciso ser perseverante na busca por um futuro melhor.

## 5 SER MÃE E MULHER NEGRA

A maternidade para as mulheres participantes da pesquisa é vista como uma dádiva Divina. Uma missão confiada a elas e que cabe a elas cumpri-la com louvor.

Na oficina ‘Mãe de criança negra’ foi solicitado a elas que descrevessem o que seria ser mãe de criança negra. Conceição prontamente respondeu

Ser mãe é um cargo maravilhoso que Deus nos deu e a gente tem que cumprir, tentar fazer o possível para fazer aquilo que Deus determinou na nossa vida. Porque é um cargo muito difícil ser mãe. É um cargo maravilhoso meu Deus, porém tem momentos que a gente fica pra arrancar os cabelos. Mas faz parte do procedimento ali que foi nos enviado e a gente tenta fazer o melhor para que consiga cumprir aquela missão que Deus nos deu. No meu caso é muito mais difícil porque eu fiquei com aquela parte do ser mãe e ser chefe de família realmente, que sou eu pra tudo, ainda que tenho um marido, mas o marido é um dos filhos entendeu? Então é assim, um fardo bem pesado, mas que eu tento levar cada dia no meu tempo no meu ritmo e graças a Deus tem dado certo, apesar que tem horas que meu Deus do céu, mas é uma dádiva muito bonita ser mãe, é uma maravilha de Deus e a gente pede para cada dia melhorar, eu mesma falo por mim, por que tem dias que tô que só Deus sabe, mas tô ali oh firme naquela missão que Deus me confiou e eu tô conseguindo graças a Deus tô conseguindo. (Diário de campo, junho, 2023).

Este relato/desabafo mostra duas visões contraditórias: ao mesmo tempo que, Conceição considera que ser mãe é uma dádiva, também a vê como um fardo pesado. Percebe-se em sua fala, um sentimento de culpa por enxergar pontos negativos na maternidade e otimismo quanto aos resultados da sua maternagem ao longo dos anos. O sentimento de culpa pode ser justificado, por existir historicamente no imaginário e na literatura brasileira, a representação de mães

De maneira bem tipificada quanto às suas ações e posturas maternas. Elas estão sempre descritas como amorosas, protetoras em relação à criança, dóceis, envoltas em um tal “instinto materno” e demonstram uma habilidade intrínseca ao sujeito de serem mães como se esta atividade não demandasse nenhum apagamento e/ou dor na mulher. (OLIVEIRA, 2020, p. 37).

Esta imagem idealizada de ser mãe, porém, segundo a autora, não contempla as mães negras, “o imaginário patriarcal reduziu o corpo dessas mulheres às experiências sexuais, ao trabalho subalterno e excessivo e a uma ideia de força sobre-humana que não é atrelada à mulher branca” (OLIVEIRA, 2020, p. 37). O que justificaria a culpa sentida por Conceição, pois, ainda que ela se sinta feliz por ser mãe, por entender ser um presente divino, a participante reconhece as dificuldades diárias que enfrenta para realizar tal papel. Percebe-se ainda, longe de ser paciente e terna, assim como se reconhece sobrecarregada, desenvolvendo de certo modo um sentimento de frustração diante das limitações.

Outro aspecto apontado por Conceição foi conciliar a rotina de trabalho e a criação da prole. Para ela a ausência de casa, assim como no acompanhamento da rotina dos filhos, representa um risco à formação das crianças em diversos sentidos, entre eles o mais preocupante, em sua opinião, é o envolvimento com mundo do crime.

A gente sai pra cuidar dos filhos dos outros e entregamos os nossos nas mãos de Deus, que Deus que toma conta. A gente tem que alimentar, a gente tem que educar e depende da gente. Então a gente tem que deixar pra correr atrás do melhor, na maioria das vezes acaba que acontece isso vai pro caminho errado justamente porque não tem aquela presença ali pra tá orientando. A gente tem que chegar ali cansada buscar força de onde não tem, saber como é que foi o dia, até aonde eles chegaram, o ponto que tá errado a gente tentar consertar é bem puxado, é prazeroso como eu disse, mas é bem puxado porque a gente tem aquela obrigação de cuidar dos dos outros e chegar ainda dar conta dos nossos. E o mundo lá fora não tá brincadeira, uma horinha que a gente vira as costas acontece tanta coisa. (Diário de campo, junho 2023).

As mães/mulheres participantes da pesquisa salientaram que falta parceria do Estado para que possam trabalhar e não se preocupar com estes riscos aos quais os filhos ficam expostos. “A mãe trabalha e ainda fica preocupada com o filho em casa, se tá dentro de casa, se tá convivendo com quem não deve, é uma preocupação e tanto pra mãe viu” (Diário de campo, junho 2023).

As participantes Conceição e Nilma são vizinhas e contam que no bairro onde moram tem duas quadras e uma pracinha projetada para as crianças, com brinquedos e espaços para brincadeiras, porém seus filhos não frequentam devido à violência. Conceição diz que “tem aqueles jovens que estão no caminho errado e tão ali usufruindo do ambiente que seria para as crianças, então a gente tem as pracinhas tem a praça, mas porém as crianças tem que ficar presa em casa” (Diário de campo, junho 2023). Nilma continua

Você vê que falta tanto, porque esses jovens se tivesse tido acolhimento antigamente não estaria nessa vida. Então esse acolhimento que eles (o poder público) dizem que dão a maioria das vezes eles não dão, a gente tem que correr atrás, vou te falar ser mãe trabalhar cuidar de filho e ainda correr atrás é difícil.

A maioria das pessoas que garante esses direitos só lembram das crianças na época de política (Diário de campo, junho 2023).

As mães identificam a falha do poder público em garantir direitos às crianças e adolescentes, no que se refere ao acesso ao esporte, ao lazer e à cultura. Embora tenha construído quadras, as crianças e adolescentes não tem acesso devido à insegurança no ambiente. Refletem sobre a ausência desses direitos e as consequências nas vidas de muitas famílias, principalmente moradoras da periferia.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990, art.4) garante às crianças e adolescentes

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

De acordo com o ECA, a família não deve estar só no papel de assegurar às crianças e aos adolescentes seus direitos, este dever é compartilhado com a sociedade e com o Estado. É justamente essa deficiência no papel do Estado, no processo de educar, amparar, acolher em suas necessidades básicas, com parceria com a família e a sociedade, que as mães apontam as lacunas. Nilma percebe que a ausência do Estado prejudica a todos, porém existe uma parcela da população que é mais desfavorecida em políticas públicas que possam mudar a realidade, e essa parcela tem cor/raça: “as pessoas negras ainda tem o desprazer, não todos, mas a maioria,

de morar em lugares favelados, onde o mundo ao redor só piora” (Diário de campo, junho 2023).

Essa fala da participante corrobora Rosemberg (2012, p. 311) “no plano material, negros (e indígenas), em seu conjunto não tem acesso aos mesmos recursos públicos que brancos, recursos sustentados por políticas públicas. Isso se deve à história da colonização e escravidão e às condições atuais de repartição dos bens públicos”, significando impacto negativo na vida de crianças negras e suas famílias.

As colaboradoras alertam para um aspecto importante na busca pelos direitos das/os filhas/os, que é o conhecimento da existência dos mesmos, elas alegam não terem acesso às informações sobre onde, como e quando acessá-los. Conceição salienta: “o único lugar que a gente sabe de alguma coisa é aqui no CRAS” (Diário de campo, junho 2023). As mulheres/mães identificam no CRAS não apenas um lugar de aquisição de informações/conhecimento sobre direitos, mas também se sentem amparadas em suas fragilidades. Conceição conta que participar do grupo de convivência tem ajudado a lidar com os problemas que surgem em sua vida, inclusive na postura diante do racismo. No desenvolver da oficina ‘Mãe de criança negra’ fiz uma pergunta ao grupo sobre como era educar as/os filhas/os no passado e hoje em dia com relação à questão racial. Conceição disse que

Hoje em dia eu creio que melhorou, por que assim, ainda existe racismo ainda existe aquela questão do racismo, porém hoje em dia você tem como se livrar, você tem como correr atrás, hoje em dia tem lei pra isso e antigamente não tinha. [...] Hoje a gente se aceita, você sabe dizer eu sou o que eu sou e acabou, você tem que me aceitar desse jeito e antes não era assim. Você não tinha essa força de vontade para falar, praticamente o racismo te calava e hoje não. Você tem voz, eu acho que melhorou. Essa força eu creio vem justamente disso de ter buscado, de ouvir as pessoas de entender o lado das pessoas porque antes a gente não tinha voz para relatar o que acontecia né e hoje em dia esses grupos eu até acho que esses grupos ajudou bastante (aponta para roda). É a rede de apoio. Porque ajudou bastante a gente a colocar pra fora o que a gente tinha ali guardado que ninguém ouvia, que deu aquele tempo para ouvir a gente, para ouvir a cada questão e tentar tomar uma posição entendeu? Eu acho que ajudou bastante a rede de apoio ajudou bastante mesmo, o dialogo porque antes era só dentro de casa, e até dentro de casa você sofria racismo e você não tinha como se libertar, e achava é assim né? é porque eu sou negra, porque eu sou negra e ficava nessa. E hoje em dia você pode gritar eu sou negra eu gosto de ser negra eu quero ser negra, é o meu caso, eu amo ser negra eu amo amo amo, eu acho que se eu não fosse negra eu queria ser entendeu? (Diário de campo, junho 2023).

Nota-se que Conceição faz menção a alguns fatores que a auxiliam na educação dos filhos em se tratando de questões raciais, fala das leis, da aceitação de si e da interação no grupo de convivência e continua,

O CRAS aqui acolhe com vontade. Quando eu entrei no CRAS era bem lá, depois já passou por mais três lugares até parar aqui e a gente tá junto e eu vejo que as meninas realmente abraça a causa sabe. (Diário de campo, junho 2023).

Assim sendo, Conceição enfatiza que se sente acolhida pelo CRAS, o que reflete na sua assiduidade aos encontros não apenas nas oficinas dessa pesquisa, mas nos encontros regulares do SCFV. Outro fator a ser observado é a construção da sua autoestima. A esse respeito, Kilomba (2019, p.22) salienta

O mito de que as pessoas negras se vitimizam quando falam sobre as feridas causadas pelo racismo é uma estratégia muito eficaz para silenciar aquelas que estão prontas para falar. A questão “o que o racismo faz com você?” não tem nada a ver com vitimização; tem a ver com o empoderamento, pois precede o momento no qual alguém se torna o sujeito falante, falando de sua própria realidade.

O posicionamento da escola relacionado às questões raciais foi mencionado por Nilma que destacou: “hoje tem até lei que acolhe a gente, antigamente só acolhia os brancos, mas hoje acolhe os negros também. Nas escolas antigamente só falava de negro na consciência negra e no folclore, tirando isso esquecia” (Diário de campo, junho 2023). Interessante perceber a visão dessas mulheres sobre as mudanças acontecidas ao seu redor, com relação ao racismo, observando inclusive as políticas públicas voltadas ao combate a desigualdade racial e ao racismo. Isso demonstra que elas constroem uma visão crítica a esse respeito, associando busca por direitos, transformação social e políticas públicas, como fatores inerentes para as mudanças efetivas na sociedade. Outro fator observável é o reflexo positivo na autoimagem das mesmas.

Na oficina ‘Autorretrato’, voltada para uma autoanálise das mulheres participantes da pesquisa, elas se olharam no espelho, escondido em uma caixa de papel e falaram sobre si na terceira pessoa. Foi solicitado que elas falassem sobre a imagem que veriam no interior da caixa. Nesta oficina, as mães/mulheres se emocionaram bastante ao falarem sobre como se viam, de suas trajetórias, expectativas para o futuro e da sua importância no seio familiar. É perceptível como essas mulheres, que inegavelmente enfrentam dificuldades em várias esferas de suas vidas, enfrentam suas batalhas com muita coragem e perseverança. São realistas quanto às condições materiais que possuem, e conscientes de seus papéis na estrutura familiar.

Ao se olharem no espelho, durante o desenvolvimento da oficina, miraram-se para dentro de si, foram gentis e generosas com elas mesmas. Quando estimuladas a falarem de suas qualidades ressaltaram atributos como corajosa, guerreira, batalhadora, mulher de fé, maravilhosa, determinada, linda, bonita, inteligente, alegre, perseverante. As falas de Conceição e Lélia chamaram atenção por terem se qualificado como base em suas famílias.

Eita mulher cheia de coragem essa mulher! Já enfrentou tantas barreiras na vida que só Deus pra ter misericórdia, muito sofrimento, mas carrega a família nas costas sempre, desde novinha eu carrego minha família nas costas, eu sou a base da família, o que eu tenho que falar dela aqui é que ela é uma mulher que nunca desistiu apesar das lutas ser tão difícil. Essa mulher é maravilhosa, essa mulher é a base de tudo sabe? a coluna da casa, é a força da família, é maravilhosa ( Diário de campo, junho, 2023).

Estas mulheres percebem-se como fortalezas em suas casas, destacam a importância de seus gestos e atitudes, e a potência da sua presença na vida dos que as cercam. Porém, essa imagem de supermulher, que é sinônimo de força segundo Grada Kilomba (2019), é também uma forma de desumanização da mulher negra. Para a autora, o processo de atribuir a mulher negra uma força surpreendente, a coloca em um lugar daquela que suporta além das suas capacidades, aquela que é capaz de tolerar, melhor que as outras mulheres, adversidades, dificuldades e dores.

Depois que se é desidealizada/o, torna-se idealizada/o, e por trás dessa idealização está o perigo de uma segunda alienação. Em ambos os processos, a pessoa permanece como uma reação a uma ordem colonial. As imagens idealizadas emergem como uma inversão das imagens racistas primárias (KILOMBA, 2019, p.195).

Assim, a imagem de guerreira, retira da imagem de mulher negra a sua complexidade, ou seja, há em uma mulher negra força, mas também há fragilidades, há bravura, mas também receio, assim como em todas as pessoas. Para Kilomba (2019) a imagem de mulher guerreira atribuída então à mulher negra é mais uma imagem controladora, mais um estereótipo.

Para finalizar a oficina ‘autorretrato’, eu solicitei às participantes que se desenhasssem, e procurasse reproduzir no desenho, a forma como se viam. Para Abreu (2011, p. 2800) a pessoa ao fazer um autorretrato reflete sobre si, na construção de sua imagem, “materializa a sua identidade no autorretrato, revela o que imagina ser, o que deseja e pretende ser. Portanto, a autorrepresentação envolve tomar decisões sobre como quer ser visto”.

No momento do desenvolvimento do autorretrato, percebi que as participantes se descontraíram, demonstrando alívio das emoções densas causadas pela atividade do espelho. Ao final, elas fizeram questão de se identificar em seus desenhos, registrando assim, não apenas a maneira como se veem, mas como desejam serem vistas.



Figura 4 –Autorretrato.

*Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.*

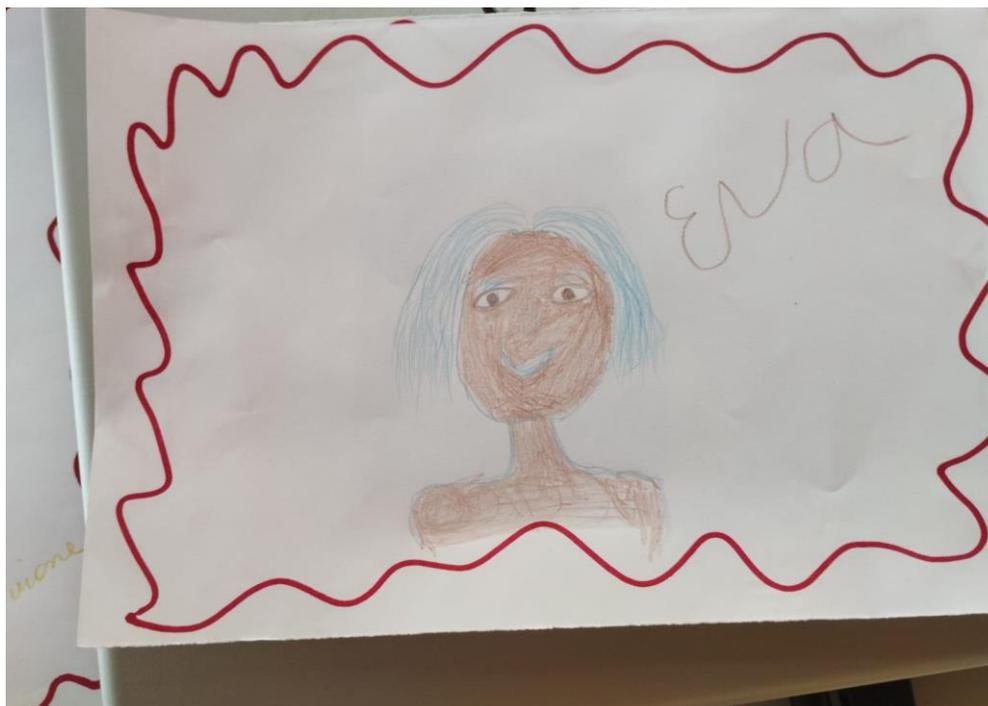


Figura 5 – Autorretrato.

*Fonte: acervo pessoal da pesquisadora*

No desenvolvimento do autorretrato, as mulheres/mães expressaram, por meio do desenho, a maneira que viam a si próprias. Na figura 04, a participante se desenhou de corpo inteiro, apresentando a imagem de uma mulher negra sorridente, bem vestida, de cabelos crespos, bem arrumados, sem se esquecer do detalhe no vestido e do sapato. Essa imagem transmite a ideia de mulher bonita, vaidosa e feliz. No momento da atividade do espelho, esta participante havia descrito a si como sendo guerreira que luta por tudo na vida, sendo interrompida por lágrimas que a fez desistir da sua fala. Durante os encontros, ela sempre se mostrou uma mulher divertida, bem humorada, embora bastante tímida para expor suas opiniões, mas atenta às discussões, tendo participado das três últimas oficinas.

Na figura 05 temos o autorretrato de uma das colaboradoras mais ativas nas oficinas. Ela participou de todas as oficinas, era muito expressiva e comunicativa, descreveu-se como maravilhosa, base de tudo, coluna da casa e força da família. Em seu autorretrato, trouxe a imagem de uma mulher negra de sorriso largo, olhar vibrante e cabelos azuis. Durante a realização das oficinas, ela ressaltou suas vivências com relação ao racismo e seu processo de construção da autoestima. Seu autorretrato passa a impressão de uma mulher bonita, alegre e bem resolvida. Considerando o que diz Abreu (2011) estas mulheres se veem e pretendem serem vistas em suas melhores versões, dotadas de beleza e personalidade.

Ainda sobre autoimagem, Conceição salientou a contribuição das oficinas da pesquisa na forma como pensa a respeito do racismo

As oficinas serve de aprendizagem pra gente, eu mesma do primeiro encontro até hoje pra mim foi uma libertação, porque tinha coisas assim que tava reprimida que eu não tinha coragem de falar e aqui conversando né ouvindo o que cada uma, pra mim foi uma liberdade, hoje eu penso diferente como eu pensava antes do primeiro encontro, pra mim serviu de aprendizagem memo. Hoje eu penso diferente, falo diferente e me sinto eu, negra sim, porque eu gosto de ser negra, tenho cabelo duro sim mas é meu e quem quiser me aceita assim, hoje eu me imponho ali porque antes eu não tinha essa força pra isso e eu tô aqui, essa negona aqui, gorda mesmo, bonita, bonita maravilhosa pra mim eu sou. (Diário de campo, junho 2023).

A realização das sete oficinas, embora tenham tido um intervalo grande, não diminuiu a participação das mulheres, que manifestaram terem aprendido a melhor lidar com questões relativas ao racismo. Como última atividade das oficinas, eu solicitei que elas pintassem em tecido uma arte que simbolizassem os aprendizados adquiridos e os significados das discussões em suas vidas, conforme vemos nas figuras a seguir.



Figura 6- Pintura Retalhos Amada– Oficina Colcha de Retalhos.  
*Fonte: acervo pessoal pesquisadora.*

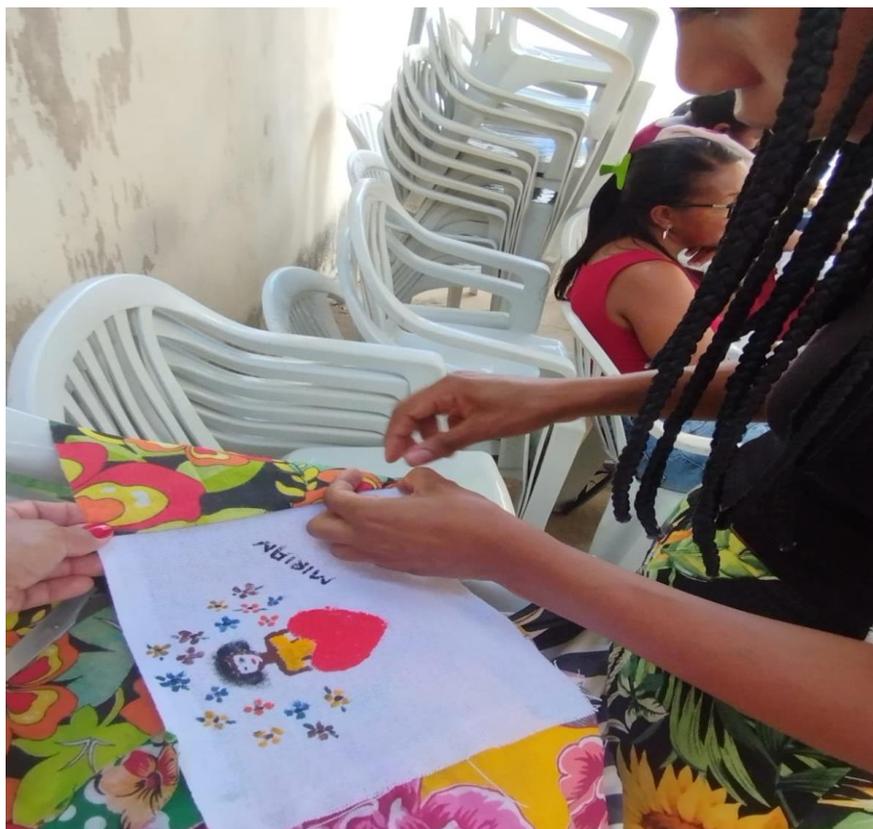


Figura 7 - Alinhavando os retalhos - Oficina: Colcha de Retalhos.  
*Fonte: acervo pessoal pesquisadora.*



Figura 8- Pintura Mulheres Poderosas – Oficina Colcha de Retalhos.  
*Fonte: acervo pessoal pesquisadora.*



Figura 9 - Pintura Vitória – Oficina Colcha de Retalhos.  
*Fonte: acervo pessoal pesquisadora.*



Figura 10 - A Colcha de Retalhos – Oficina Colcha de Retalhos.  
*Fonte: acervo pessoal pesquisadora.*

As mulheres/mães representaram em suas artes o que significou participar das oficinas. Teve representações variadas, desde um punho cerrado a flores, corações, cifra,

cachoeira, crianças, ciranda de mulheres, árvore enfim, várias manifestações artísticas que simbolizaram suas participações e aprendizados. Nilma, quem pintou a ciranda de mulheres e a mulher e o coração, explanou que suas pinturas significavam o amor de mãe e a força das mulheres unidas. Conceição disse que representou como se sentia após as oficinas. Ela pintou o coração sendo abraçado, escrito amada. Djamila optou por pintar um punho cerrado e a palavra vitória, pois para ela participar das oficinas significou que é preciso resistir sempre para alcançar a vitória.

Ao final a colcha, representa materialmente a energia de cada participante, cada um dos retalhos simboliza de maneira especial o modo de ver e interpretar os sete encontros em que discutimos a respeito do racismo. Cada pintura é um pedaço dessas mulheres que deixaram nesta colcha uma mensagem de amor, esperança e resistência.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maternidade é um exercício complexo que exige muito além de requisitos biológicos e afetivos. A mãe, com parceria ou não de demais membros da família, desenvolve ação política ao educar uma criança e prepará-la para a socialização fora do ambiente familiar. É no seio familiar, principalmente na pessoa da mãe, que as crianças recebem os primeiros ensinamentos sociais e culturais.

As mães de crianças negras têm, portanto, os mesmos papéis sociais das demais mães, porém, com o diferencial, que as mães de crianças negras devem educar seus filhos para lidar com o racismo, presente na sociedade brasileira, seja de maneira explícita ou velada.

Vale salientar que o racismo afeta a vida de pessoas negras desde a infância e se apresenta de diversas maneiras e em diversos lugares, inclusive na escola. É importante refletir que o ambiente escolar é o primeiro espaço social em que a criança se encontra longe do ambiente familiar. E é neste espaço que ela terá os primeiros contatos com as diferenças raciais e a partir daí iniciar a construção da sua identidade. É nesse lugar, ainda na educação infantil, antes mesmo de completar seis anos de idade, que a criança iniciará um processo de observação, onde poderá perceber e interpretar vantagens e desvantagens em ser negro ou branco.

A presença familiar junto à escola, como parceira na educação das crianças, é fundamental em todas as fases das/os educandas/os, acompanhando então o desenvolvimento e a aquisição de conhecimentos, como também a interação e socialização das/os filhas/os com os pares e adultos da comunidade escolar.

Ao longo deste trabalho procurou-se a partir das oficinas adentrar na rotina de encontros do Grupo de mulheres do SCFV do CRAS João Paulo II e demonstrar como as mães/mulheres deste grupo compreendem e enfrentam situações cotidianas em que percebem racismo.

Durante todo meu trabalho, observei que o SCFV possui um papel importante na socialização dessas mulheres, que veem o CRAS como lugar de acolhimento e escuta, onde não se sentem julgadas nem sofrem distinção de qualquer natureza. É também o CRAS, que elas afirmam ser o principal lugar onde recebem informações sobre seus direitos e direitos de suas famílias.

A participação em um Serviço de Convivência é para essas mulheres uma válvula de escape, no qual as mesmas podem compartilhar com as demais participantes suas angústias ou simplesmente distraírem-se das tensões vividas no dia a dia.

Durante o desenvolvimento das oficinas, pude observar que as mães/mulheres participantes atribuem ao papel de mãe grande importância na condução de uma educação antirracista, procurando a partir da observação e do diálogo identificar se as/os filhas/os vivenciam situações de exclusão, discriminação ou preconceitos raciais na escola. Sendo assim, percebi que para as mães/mulheres o impacto do racismo é identificado na vida das/os filhas/os a partir de mudanças no comportamento, em relação a aparência, principalmente o cabelo.

Esta característica fenotípica foi inclusive motivo de evasão escolar vivida por algumas participantes durante suas próprias infâncias e adolescência. A pesquisa apontou que para as participantes, as mudanças que ocorreram com o passar do tempo, quando comparados os período em que eram crianças aos dias atuais, houve mudanças positivas com relação à valorização da pessoa negra.

Em suma, atribuem tais mudanças ao fato da grande mídia abrir espaço para discussões em torno de temas raciais, além de possibilitar a artistas negras/os/ maior visibilidade na programação diária, sobretudo telenovelas. Ademais, reconhecem que existem políticas públicas voltadas a valorizar a população negra e a combater o racismo, que vem impactando na educação das crianças, principalmente na maneira como pensar e projetar o futuro.

Nesse sentido, as mães/mulheres do SCFV do CRAS João Paulo II enfrentam o racismo buscando seus direitos, para isso, contam com a rede de apoio oferecida pela equipe do CRAS, que as auxiliam e as orientam. É perceptível que as mesmas sentem-se desamparadas quanto a oferta, às suas crianças e adolescentes, de segurança, esporte, cultura e lazer, direitos previstos na Constituição Federal de 1988 e no ECA (1990), mas que infelizmente nem sempre contemplam suas crianças, negras e moradoras de bairros periféricos.

Vislumbrei que na opinião dessas mulheres, não basta construir estruturas como praças e quadras de esportes, há que ter investimento para desenvolver atividades esportivas e artísticas para as crianças, adolescentes e jovens, para que estes não se sintam atraídos por caminhos tortuosos da criminalidade.

Em síntese, a busca dessas mães/mulheres é por garantia de direitos básicos que possibilitem uma vida digna para si e para suas famílias, livre de barreiras raciais e sociais que

impeçam o crescimento e desenvolvimento pleno de suas crianças dentro e fora dos muros da escola.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A. et al., **Trabalhando a diferença na educação infantil: propostas de atividades**. São Paulo: Moderna, 2006.

ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F.; As relações étnico – raciais e sociologia da infância no Brasil: **alguns aportes**. São Paulo: CEERT, 2012.

ABREU, S. R. Autorretrato: inventando a si mesmo. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, n. 20, 2011, Rio de Janeiro. **Anais**, Rio de Janeiro: ANPAP, 2011. Disponível em: [https://www.anpap.org.br/anais/2011/pdf/chtca/simone\\_rocha\\_de\\_abreu.pdf](https://www.anpap.org.br/anais/2011/pdf/chtca/simone_rocha_de_abreu.pdf) Acesso em: 09 mai. 2023.

ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J.; RAMUSKI, C. L. Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro. **Psicologia política**, v. 10, n. 19, p. 57-73, jan./jun., 2010.

ALMEIDA, M. A. B. de; SANCHEZ, L. P. Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social, **Pro.Posições**, v. 28, n.1, p. 55-82, jan./abr., 2017

ANDRADE, I. P. de. **Construindo a Auto-Estima da Criança Negra**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p.113 -120, 2008.

BAHIA. , Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Panorama socioeconômico da população negra da Bahia - Textos para Discussão**. Salvador: SEI, n..17, 2020. 9 p.  
Disponível em:  
[http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos\\_discussao/texto\\_discussao\\_17](http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_17).  
Acesso em: 10 mar. 2022.

BENTO, M. A. S.; Educação infantil, igualdade racial e diversidade: **aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012.

\_\_\_\_\_. **A identidade racial em crianças pequenas**. São Paulo: CEERT 2012.

\_\_\_\_\_. Branquitude e branqueamento no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.) **Psicologiasocial do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petropolis, RJ: Vozes, 2002.

BUENO, W. de C.; ANJOS, J. C. dos; Da interseccionalidade à encruzilhada: operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras, **CIVITAS Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre, p. 359-369, 2021.

BORGES, L. P. C.; A circularidade de sentidos sobre o racismo na escola: vozes de um conhecimento produzido em roda, **Cadernos do Aplicação Pesquisa e Reflexão em Educação Básica**. Porto Alegre, v. 33, n. 2, p 1-7, jul./dez., 2020.

BOVOLENTA, G. A. Cesta básica e assistência social: notas de uma antiga relação. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 507-525, set./dez. 2017.

BRASIL. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: SEPPIR; MEC/SECAD, 2008.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relatório de desigualdades por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.069/90**. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo, Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12.435**, de 6 de julho de 2011. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania. **Portal brasileiro de dados abertos**. Disponível em: <https://dados.gov.br/organization/about/ministerio-do-desenvolvimento-social-mds> Acesso em 13 abr.2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, **Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB – DATASUS**. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php> acesso em: 18 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: **o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF – Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais**. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre PAIF: **Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família**. Brasília, 2012.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. – (Coleção primeiros passos; 20) 49ª reimpr. da 1. ed. de 1981

BRITO, A. E. C. de. Lares negros olhares negros: identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 15, n.2, p. 74-102, jan./jun., 2013.

CANDAU, V. M. Educação em Direitos Humanos: uma proposta de trabalho. In: CANDAU, V. M., ZENAIDE, M.N.T. **Oficinas Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos**. João Pessoa: Programa Nacional de Direitos Humanos; Secretaria da Segurança Pública do Estado da Paraíba; Conselho Estadual da Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1999.

CAVALLEIRO, E. dos S. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: **racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2007.

DEGENSZAJNA R. R.; PAZ, Rosângela D. O. da; WANDERLEY, M. B.; Por que precisamos falar de desigualdade?. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 141, p. 157-163, mai./ago. 2021.

DELEUZE, G. **Foucault** São Paulo: Brasiliense, 2005. [1981]

FONSECA, M.V.; SILVA C.M.N. da; FERNANDES, A.B. (Orgs). Relações Étnico-Raciais e Educação no Brasil. In:\_\_\_\_\_. **Aprender, ensinar e relações étnico – raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

GEBARA, T. A. A. Gênero, Família e Relações Étnico-Raciais: **um estudo sobre mulheres pardas e provedoras, e as relações que estabelecem com a educação de seus filhos e filha**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2014.

GOMES, J.V. Socialização primária: tarefa familiar?. **Cad. Pesq.** São Paulo, n.91, p.54-61, nov. 1994.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo. **Revista brasileira de Educação**, 2002.

\_\_\_\_\_. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo de identidade negra. **Rev. Amp.** Belo Horizonte, 2020.

\_\_\_\_\_. Socialização primária: tarefa familiar?. **Cad. Pesq.** São Paulo: n.91, p.54-61, nov., 1994.

hooks, b. Teoria feminista: **da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

\_\_\_\_\_. Ensinando a transgredir: **a educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandao Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação, episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Cobogó, 2019.

KRAMER, S. O papel social da Educação Infantil. **Revista Textos do Brasil**, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1999. Disponível em: [https://grupoinfoc.com.br/publicacoes/periodicos/p53\\_O\\_papel\\_social\\_da\\_Educacao\\_Infantil.pdf](https://grupoinfoc.com.br/publicacoes/periodicos/p53_O_papel_social_da_Educacao_Infantil.pdf) Acesso em: 20 mai. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, D. A.; FIGUEIREDO, A. Fios que tecem a história: o cabelo crespo entre antigas e novas formas de ativismo. **Revista OPARÁ: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, v. 6 n. 8, 2018.

MBEMBE, A. Necropolítica, biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Revista Arte & Ensaios**, n. 32, dez., 2016.

MOURA, G. **O direito à diferença**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 65 – 78, 2008.

MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

NUNES, M. D. F. Sociologia da infância, raça e etnografia: intersecções possíveis para o estudo das infâncias brasileiras. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 413-440, 2015.

OLIVEIRA, N. M. de. **Uma Leitura das Mães em Conceição Evaristo**. 2020. Dissertação (Mestrado - Mestrado em Literatura) – Programa de Pós Graduação em Literatura, Brasília, Universidade de Brasília, 2020.

RAICHELIS, R.I; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan../abr. 2021.

RAPOSO, P. L.; ALMEIDA, R. S. de.; SANTOS, .S. C.M. dos. O pensamento decolonial como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural no contexto escolar. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa: v. 16, p. 1-19, 2021.

RELATÓRIO CIRCUNCIDADO DE GESTÃO. Proteção Social Básica – PSB. Bom Jesus da Lapa: CRAS João Paulo II, 2018.

RELATÓRIO CIRCUNCIDADO DE GESTÃO. Proteção Social Básica – PSB. Bom Jesus da Lapa: CRAS João Paulo II, 2019.

ROSEMBERG, F. **A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais**. São Paulo: CEERT, 2012.

SANT'ANA. **História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 35 – 63, 2008.

SANTOS, G. A. dos. Nem crime, nem castigo: o racismo na percepção do judiciário e das vítimas de atos de discriminação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Brasil, n. 62, p. 184-207, dez. 2015.

SANTOS, L. **“Para ficar bonita tem que sofrer!” A construção de identidade capilar para mulheres negras no Nível Superior**. 2010. Monografia (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de Ciências Sociais Faculdade de Ciências Sociais) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, Disponível em: [https://www.academia.edu/31039064/Para\\_ficar\\_bonita\\_tem\\_que\\_sofrer\\_a\\_constru%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_identidade\\_capilar\\_para\\_mulheres\\_negras\\_no\\_n%C3%ADvel\\_superior\\_Para](https://www.academia.edu/31039064/Para_ficar_bonita_tem_que_sofrer_a_constru%C3%A7%C3%A3o_de_identidade_capilar_para_mulheres_negras_no_n%C3%ADvel_superior_Para)

\_ser\_bella\_hay\_que\_sufrir\_La\_construcci%C3%B3n\_de\_la\_identidad\_del\_cabello\_para\_las\_mujeres\_negras\_en\_la\_educaci%C3%B3n\_superior . Acesso em 06 mar. 2022.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, A. C. da. A representação social do negro no livro didático : **o que mudou ? por que mudou?**. Salvador: EDUFBA, 2011.182 p.

\_\_\_\_\_. **A desconstrução da discriminação no Livro Didático**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 17-33, 2008.

SILVA, P. B. C. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 161-187, 2015.

SILVA JÚNIOR, H. **Anotações conceituais e jurídicas sobre educação infantil, diversidade e igualdade racial**. São Paulo: CEERT, 2012.

SILVA JÚNIOR, H.; DIAS, L. R. **Diversidade étnico-racial e educação infantil: uma introdução**. São Paulo: CEERT, 2011.

SIQUEIRA, R. J.; ALVES, R. B.S. Oficinas: estratégia metodológica para a pesquisa dialógica com crianças, **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 05, n. 15, p. 1212-1228, set./dez., 2020.

SPINK, M.J., MENEGON, V.M., MEDRADO. B., Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas, **Psicologia e Sociedade**, v. 29, n. 1, p. 32-43, 2014. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/05.pdf](http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/05.pdf)<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/05.pdf>. Acesso: 21. Set. 2022.

TRINDAD, C. T.; **Diversidade étnico-racial: por uma prática pedagógica na educação infantil**. São Paulo: CEERT, 2012.

**ANEXO - PERFIL DA COLABORADORA DA PESQUISA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS**Perfil da colaboradora da pesquisa**

Nome \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_

Cor/raça:

 Preta/parda -  Branca  -  Amarela  -  Indígena 

Escolaridade:

 Não alfabetizada Alfabetizada Ensino Fundamental incompleto Ensino Fundamental completo – Ens. Médio incompleto – Ensino Médio completo - Ensino Superior incompleto Ensino Superior completo

Trabalha fora?

 Sim Não

Quantos filhos (as)? \_\_\_\_\_

Idade dos filhos (as)? \_\_\_\_\_

Os filhos (as) frequentam a escola? \_\_\_\_\_

Série escolar dos filhos (as)? \_\_\_\_\_

Filhos participam de serviços de convivência? \_\_\_\_\_

Beneficiária do bolsa família? Ou outro benefício de transferência de renda?

Qual? \_\_\_\_\_

Na sua casa quem é responsável pela educação dos (as) filhos (as)? \_\_\_\_\_

## APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSC

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Andreia Luiza dos Santos,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá Teles de Souza Costa a  
obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de  
pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada OFICINAS COM MÃES  
DE CRIANÇAS NEGRAS: o racismo na percepção das mães do grupo de convivência do  
CRAS João Paulo II, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam  
ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses  
e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade  
do/da pesquisador/a.

Bom Jesus da Lapa (BA), 20 de junho de 2023.

Andreia Luiza dos Santos

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Edmarcio Luiz da Rocha,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá eles de Souza Costa a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada CRIANÇA NEGRA E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM: PERCEPÇÕES E DESAFIOS DAS FAMÍLIAS NEGRAS FRENTE AO RACISMO., e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do/da pesquisador/a.

Dom Jesus de Lapa(BA), 13 de dezembro de 2022.

Edmarcio Luiz da Rocha

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Daviana Maria de Oliveira Souza,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá Teles de Souza Costa a  
obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de  
pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada OFICINAS COM MÃES  
DE CRIANÇAS NEGRAS: o racismo na percepção das mães do grupo de convivência do  
CRAS João Paulo II, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam  
ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses  
e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade  
do/da pesquisador/a.

Bom Jesus de Itaparica (BA), 20 de junho de 2023.

Daviana Maria de Oliveira Souza

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Evá Rita dos Santos Alves,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá Teles de Souza Costa a  
obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de  
pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada OFICINAS COM MÃES  
DE CRIANÇAS NEGRAS: o racismo na percepção das mães do grupo de convivência do  
CRAS João Paulo II, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam  
ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses  
e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade  
do/da pesquisador/a.

Bom Jesus da Lapa (BA), 20 de junho de 2023.

Evá Rita dos Santos Alves

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, gedalva Souza de Oliveira,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá Teles de Souza Costa a  
obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de  
pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada OFICINAS COM MÃES  
DE CRIANÇAS NEGRAS: o racismo na percepção das mães do grupo de convivência do  
CRAS João Paulo II, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam  
ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses  
e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade  
do/da pesquisador/a.

Bom Jesus da Lapa (BA), 20 de junho de 2023.

gedalva Souza de Oliveira

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSC

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Yanete Ribeiro de Almeida,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá Teles de Souza Costa a  
obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de  
pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada OFICINAS COM MÃES  
DE CRIANÇAS NEGRAS: o racismo na percepção das mães do grupo de convivência do  
CRAS João Paulo II, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam  
ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses  
e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade  
do/da pesquisador/a.

Dom Jesus da Lapa (BA), 20 de junho de 2023.

Yanete Ribeiro de Almeida

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Isabela Maria da Silva,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá eles de Souza Costa a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada CRIANÇA NEGRA E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM: PERCEPÇÕES E DESAFIOS DAS FAMÍLIAS NEGRAS FRENTE AO RACISMO., e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do/da pesquisador/a.

Bom Jesus de Lapa (BA), 13 de dezembro de 2022.

Isabela Maria da Silva

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Maria José Araújo dos Santos,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá Teles de Souza Costa a  
obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de  
pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada OFICINAS COM MÃES  
DE CRIANÇAS NEGRAS: o racismo na percepção das mães do grupo de convivência do  
CRAS João Paulo II, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam  
ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses  
e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade  
do/da pesquisador/a.

Bom Jesus da Lapa (BA), 20 de junho de 2023.

Maria José Araújo dos Santos

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Mariene Duarte dos Santos,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá eles de Souza Costa a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada CRIANÇA NEGRA E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM: PERCEPÇÕES E DESAFIOS DAS FAMÍLIAS NEGRAS FRENTE AO RACISMO., e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do/da pesquisador/a.

Bom Jesus de Lapa (BA), 13 de dezembro de 2022.

Mariene Duarte dos Santos

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Miriam Araújo de Souza Santana,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá Teles de Souza Costa a  
obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de  
pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada OFICINAS COM MÃES  
DE CRIANÇAS NEGRAS: o racismo na percepção das mães do grupo de convivência do  
CRAS João Paulo II, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam  
ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses  
e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade  
do/da pesquisador/a.

Bom Jesus da Lapa(BA), 20 de junho de 2023.

Miriam Araújo de Souza Santana

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Ronau Costa,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá eles de Souza Costa a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada CRIANÇA NEGRA E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM: PERCEPÇÕES E DESAFIOS DAS FAMÍLIAS NEGRAS FRENTE AO RACISMO., e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do/da pesquisador/a.

Barriguda (BA), 13 de Dezembro de 2022.

Ronau Costa

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSC

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Murielle de Oliveira Dourado,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá Teles de Souza Costa a  
obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de  
pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada OFICINAS COM MÃES  
DE CRIANÇAS NEGRAS: o racismo na percepção das mães do grupo de convivência do  
CRAS João Paulo II, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam  
ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses  
e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade  
do/da pesquisador/a.

Bom Jesus da Lapa (BA), 20 de junho de 2023.

Murielle de Oliveira Dourado

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Rosemaire de Souza Nascimento,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá Teles de Souza Costa a  
obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de  
pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada OFICINAS COM MÃES  
DE CRIANÇAS NEGRAS: o racismo na percepção das mães do grupo de convivência do  
CRAS João Paulo II, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam  
ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses  
e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade  
do/da pesquisador/a.

Bom Jesus da Lapa (BA), 20 de junho de 2023.

Rosemaire de Souza Nascimento

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Rosileide Alves de Souza,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá Teles de Souza Costa a  
obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de  
pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada OFICINAS COM MÃES  
DE CRIANÇAS NEGRAS: o racismo na percepção das mães do grupo de convivência do  
CRAS João Paulo II, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam  
ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses  
e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade  
do/da pesquisador/a.

Bom Jesus (BA), 20 de junho de 2023.

Rosileide Alves de Souza

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSC

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Sharis Caroline Ribeiro Nunes,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá eles de Souza Costa a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada CRIANÇA NEGRA E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM: PERCEPÇÕES E DESAFIOS DAS FAMÍLIAS NEGRAS FRENTE AO RACISMO., e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do/da pesquisador/a.

Bom Jesus da Seopa (BA), 13 de Dezembro de 2022.

Sharis Caroline Ribeiro Nunes

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSC

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Jussilene Ribeiro Nunes,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá eles de Souza Costa a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada CRIANÇA NEGRA E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM: PERCEPÇÕES E DESAFIOS DAS FAMÍLIAS NEGRAS FRENTE AO RACISMO., e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do/da pesquisador/a.

Bom Jesus da Lapa (BA), 20 de junho de 2022.

Jussilene Ribeiro Nunes

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ**

Eu, Michele Marques Oliveira,  
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Viviane Sá eles de Souza Costa a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada CRIANÇA NEGRA E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM: PERCEPÇÕES E DESAFIOS DAS FAMÍLIAS NEGRAS FRENTE AO RACISMO., e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do/da pesquisador/a.

Bom Jesus do Lapa (BA), 20 de junho de 2022.

Michele Marques Oliveira

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa